

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

PAULO DANILO VARGAS ALVES

**AS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO,
O MERCADO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Recife-PE
Maio 2008

PAULO DANILO VARGAS ALVES

**AS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO,
O MERCADO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Professor Dr. Breno Augusto Souto-Maior Fontes.

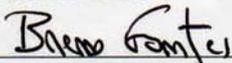
Recife-PE
Maio 2008

Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de PAULO DANILO VARGAS ALVES, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

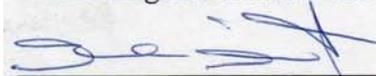
Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de PAULO DANILO VARGAS ALVES**, intitulada: **"AS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO, O MERCADO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL"**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes - Presidente/orientador; Dr. Aécio Gomes de Matos - Titular Interno - PPGS; Dr. Marcos Costa Lima – Titular Externo – PPCP/UFPE**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a **Dr. Breno Augusto Souto Maior fontes**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 22 de maio de 2008.



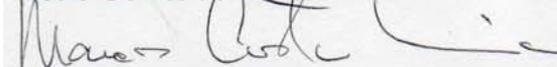
Zuleika Elias



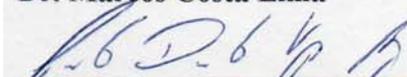
Breno Augusto Souto Maior Fontes



Aécio Gomes de Matos



Dr. Marcos Costa Lima



Paulo Danilo Vargas Alves

Alves, Paulo Danilo Vargas

As configurações institucionais na formação de parcerias entre o estado, o mercado e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento territorial / Paulo Danilo Vargas Alves. – Recife : O Autor, 2008.

209 folhas : il., fig., tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Capital social(sociologia). 3. Organizações da sociedade civil de interesse público. 4. Projetos de desenvolvimento econômico. 5. Sociedades civis. I. Título.

**316
301**

**CDU (2.
ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/58**

CDD (22. ed.)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, aos amigos e a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE pelo apoio durante o curso.

Ao Prof. Dr. Breno Fontes pelas orientações e esclarecimentos necessários.

Aos meus pais, João Nery e Áurea Vargas Alves, pelo exemplo, amor e dedicação sem limites e em especial a minha esposa e filhos pelo apoio e compreensão constante nesta jornada.

SUMÁRIO

Lista de figuras e tabelas	08
Resumo	09
Abstract	10
Introdução	11
Parte I	
<hr/>	
Capítulo I – O contexto atual para a formação das parcerias intersetoriais	16
1.1. Novos atores do desenvolvimento	16
Capítulo II – Desenvolvimento local	20
2.1. O local como estratégia de desenvolvimento	20
2.2. Redes sociais e Capital Social na construção do desenvolvimento territorial	25
Capítulo III – A construção dos significados na sociedade	31
3.1. Os universos simbólicos	32
a. A legitimação dos universos simbólicos	34
3.2. A institucionalização da sociedade	36
a. Extensão e modos de institucionalização	42
b. As configurações institucionais das organizações	44
3.3. A complexidade das relações sociais	46
3.4. As contradições na sociedade	50
3.5. A natureza dialética da instituição - instituído e o instituinte	52
Capítulo IV – As Organizações do mundo social e suas instituições	56
4.1. Organizações e instituições	57
4.2. As organizações e o ambiente social e institucional	59
4.3. Subjetividade e simbolismo nas Organizações	64
4.4. As organizações da Sociedade, as Empresas Privadas e o Estado	65
Parte II	
<hr/>	
Capítulo V – Analisando as Organizações e suas instituições	70
5.1. Proposta Metodológica	70
a. O objeto de pesquisa	70
b. A coleta de dados – fontes de evidência	70
c. Temas principais	71
d. Procedimentos metodológicos	71
1. Análise Institucional como base metodológica da pesquisa	71
I. A Análise Institucional para evidenciar as configurações institucionais	72
II. A hermenêutica dialética como método analítico	77
2. A Grade de Leitura da estrutura institucional das organizações	78
I. Os elementos institucionais	79
3. A construção / elucidação dos Analisadores	81
4. A rede de contradições das organizações	81

5. Os significantes -----	84
6. A Sociologia Institucional -----	85
I. O campo institucional mediatizante-----	86
II. O campo institucional mediatizado -----	87
7. Análise de Conteúdo para sistematização e análise dos dados coletados ----	88
I. O sentido oculto do discurso-----	89
II. Etapas da Análise de Conteúdo-----	90
5.3. Procedimentos de pesquisa -----	93
a. Primeira etapa: observação em eventos e reuniões realizadas no Território ----	93
b. Segunda etapa: entrevistas em profundidade -----	95
c. Terceira etapa: questionários estruturados para medir Capital Social -----	96
d. Quarta etapa: coleta e análise de dados secundários -----	97
e. Procedimentos de análise-----	97

Parte III

Capítulo VI – A busca pelos dados na pesquisa empírica -----99

6.1. Os elementos institucionais da Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações -----	99
a. Exterioridade / anterioridades -----	99
b. O formal interno-----	102
c. O manifesto informal -----	104
d. Pressões externas -----	104
e. Exigências implícitas -----	105
f. Demandas individuais -----	106
6.2. Os analisadores-----	107
6.3. A rede de contradições das organizações -----	109
6.4. A medição e análise do Capital Social -----	113
6.5. Leitura das instituições -----	118

Parte IV

Capítulo VII – Considerações finais ----- 120

7.1. As instituições e a formação de parcerias intersetoriais-----	120
7.2. O território como estratégia para o desenvolvimento -----	121
7.3. Mudança institucional ou equilíbrio institucional? -----	123
7.4. Organizações, simbolismo e as configurações institucionais-----	124
7.5. Concluindo-----	126

VIII - Referências Bibliográficas ----- 132

Anexos: Propostas de instrumentos de pesquisa----- 139

Anexo A - Questionário Multidimensional para Medir Capital Social -----	140
Anexo B - Entrevistas em Profundidade-----	156
Anexo C - Protocolo de Observação -----	160
Anexo D - Dados documentais secundários -----	162
Anexo E - Projeto Teste-----	163

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 01 – Capital Social: uma tipologia -----	29
Tabela 02 – Capital Social: aspectos cognitivos e estruturais -----	30
Tabela 03 – Grade de leitura das estruturas institucionais das organizações -----	80
Tabela 04 – Análise das Contradições -----	112
Tabela 05 – Capital Social: modelo para resultados gerais -----	117
Tabela 06 – Capital Social: aspectos gerais -----	117
Tabela 07 – Capital Social: dimensões e instituições -----	118
Tabela 08. Leitura das instituições e dos atores responsáveis -----	119
Figura 01 – Seqüência da análise de conteúdo -----	92
Figura 02 – Modelo Conceitual da Proposta Teórico- Metodológica -----	131

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma proposta teórico-metodológica para analisar as influências das configurações institucionais, das organizações pertencentes aos três setores da sociedade (o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil), na formação de parcerias entre as mesmas em projetos de desenvolvimento a nível territorial. O estudo leva em consideração a relação entre dinâmica territorial, desenvolvimento local, capital social e as configurações institucionais das organizações.

Para isto, o estudo parte do pressuposto que projetos de desenvolvimento que possuam a finalidade de desenvolver economicamente e socialmente um dado Território e que utilizem como princípio a formação de parcerias entre organizações setoriais, são permeados por processos sociais complexos, onde as organizações participantes são entrecortadas por diversas instituições próprias de cada ator social, que entram no jogo no momento da formação das parcerias entre estes atores, influenciando estas relações.

Palavras chave: Configurações Institucionais, Parcerias Intersetoriais, Capital Social.

Abstract

This dissertation presents a theoretical and methodological proposal to examine the influences of institutional configurations, of organizations belonging to the three sectors of society (the State, Market and Civil Society), in forming partnerships between them in development projects at territorial level. The study takes into account the relationship between territory dynamic, local development, social capital and institutional configurations of organizations.

For this, the study from the assumption that development projects that have the purpose of developing economically and socially a given territory and that uses as a principle the formation of partnerships between sectoral organizations, are permeate by complex social processes, where the organizations participating are crossed for various institutions of each social actor, entering the game at the time of formation of partnerships between these actors, influencing these relationships.

Key words: Institutional configurations, Intersectoral Partnerships, Social Capital

INTRODUÇÃO

A dissertação apresenta uma proposta teórico-metodológica, para analisar as influências das configurações institucionais das organizações pertencentes aos três setores da sociedade (o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil), na formação de parcerias entre as mesmas em projetos de desenvolvimento a nível territorial. Portanto, o trabalho faz uma revisão teórica para construir uma metodologia capaz de permitir a leitura das instituições destas organizações.

Para acompanhar e testar empiricamente a metodologia proposta na dissertação realizamos uma pesquisa empírica (*projeto teste*) em um território no Estado de Pernambuco, sendo, portanto, seus resultados de cunho analítico. No Anexo “E” apresentamos o projeto resumidamente, sem nos aprofundarmos nas análises.

A dissertação parte do princípio que complexos fenômenos sociais envolvem os processos de desenvolvimento local, principalmente quando nestes participam diversos atores com diferentes aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. Estas relações, quase sempre conflituosas, trazem à luz a necessidade de se levar em conta na realização das ações, os elementos que compõem a dinâmica das interações sociais, como por exemplo, em projetos que buscam na formação de parcerias entre os três setores da sociedade (o Estado, as Empresas Privadas e as Organizações da Sociedade Civil) um melhor desempenho das ações em um determinado território.

A formação de parcerias entre os três setores da sociedade é uma noção ainda nova no País. Para o Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (CEATS, 2004) a premissa é que as relações intersetoriais podem constituir-se em um modelo eficaz de atuação social, na medida em que promovem sinergia entre as competências essenciais das organizações participantes.

O fundamento para o estabelecimento de parcerias intersetoriais para o

desenvolvimento, reside na complexidade que as questões sociais atuais exigem como afirma James E. Austin (2000). “*Vivemos numa era em que nenhuma organização pode ter sucesso isoladamente*”, ou seja, um setor isolado não é capaz de responder aos desafios que se apresentam à sociedade atual, assim, diversos autores e órgãos internacionais envolvidos nestas questões (Banco Mundial, PNUD, Dowbor (2002), Austin (2000), entre outros), afirmam que a complementaridade entre os três setores leva a resultados mais satisfatórios em projetos que visem o desenvolvimento de determinado local.

No entanto, encontrar formas adequadas de entrosamento destes setores para formar parcerias, constitui um desafio importante nos tempos atuais, sendo um universo em construção (Dowbor, 2002, p. 31), pois estes setores possuem dinâmicas e aspectos valorativos diferenciados e inclusive, acostumados a uma cultura, desenvolvida historicamente, de desconfianças recíprocas e contradições.

Assim, segundo Dowbor (2002), as tendências recentes da gestão social levam a repensar formas de organização social e a redefinição dos procedimentos das relações entre o político, o econômico e o social, bem como, a rever os papéis de cada setor dentro deste processo, para melhoria da qualidade de vida de indivíduos e grupos menos favorecidos economicamente e socialmente.

O Estado, as Empresas e as Organizações da Sociedade Civil possuem dinâmicas bastante diferentes, o que frequentemente leva à desconfiança e a geração de conflitos, assim, a construção de articulações e sinergias para o desenvolvimento são ao mesmo tempo necessárias e complexas. Estudar os fenômenos que compõem esta complexidade é à questão central deste trabalho.

Com base nesta realidade, esta dissertação apresenta uma proposta teórico-metodológica para analisar as influências das configurações institucionais das Organizações que formam os três setores da sociedade na formação de parcerias entre as mesmas em

projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Portanto, através do estudo de teorias e metodologias de pesquisa que auxiliam no entendimento da realidade interna das organizações e das conseqüências desta nas relações com outras organizações a nível territorial, nosso objetivo é apresentar uma proposta que auxilie na busca das características institucionais destas organizações que, de alguma forma, influenciam a geração de Capital Social e conseqüentemente na formação das parcerias entre os atores dos três setores da sociedade.

A proposta leva em consideração a relação entre a dinâmica territorial, desenvolvimento local, Capital Social e as configurações institucionais das organizações pertencentes aos três setores da sociedade.

Partimos do princípio que em um projeto onde a finalidade é desenvolver economicamente e socialmente um dado território, a realização de parcerias entre os três setores da sociedade é uma questão que deve ser observada pelos responsáveis pela implementação do mesmo.

Nossas principais hipóteses de trabalho foram: 1. As configurações institucionais das organizações que formam os setores da sociedade (governo, mercado e sociedade civil), influenciam a formação de parcerias entre os mesmos para a realização de projetos que visem o desenvolvimento de um território; 2. O Estado, as Empresas Privadas e as Organizações da Sociedade Civil obedecem a dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais (configurações institucionais) bastante diferentes, existindo freqüentemente desconfiança entre eles, assim, a construção das articulações, das parcerias e das sinergias para o desenvolvimento é altamente complexa; e 3. A presença de capital social entre as organizações dos três setores da sociedade está diretamente relacionada com as configurações institucionais das mesmas.

Neste sentido, a medição do Capital Social tem a finalidade de possibilitar um estudo

comparativo com os resultados das relações entre as configurações institucionais de cada organização, dentro de cada uma das dimensões levantadas na medição do Capital Social, para então, verificar em qual (is) desta (s) dimensões se encontram as maiores possibilidades de influência e conseqüentemente de interferências das instituições na geração e na mobilização de Capital Social, elemento importante para a formação das parcerias.

O referencial teórico da dissertação é centrado em teorias do desenvolvimento local, Capital Social e participação da Sociedade Civil em parceria com o Mercado e o Estado, tendo como base de investigação os fundamentos teóricos da Análise Institucional, segundo os autores René Lorau e Georges Lapassade.

Assim, o estudo da aproximação do conceito de Capital Social, dinâmica territorial, desenvolvimento local e as configurações institucionais entre os três setores da sociedade para trabalharem em parceria foi o desafio do nosso estudo.

Para alcançar nossos objetivos, que é o de estudarmos teorias e metodologias para analisar as influências das configurações institucionais das organizações na formação de parcerias em projetos de desenvolvimento a nível territorial e apresentarmos esta proposta teórico-metodológica para isto, além da introdução, anexos e bibliografia, desenvolvemos nosso trabalho em quatro partes. Na primeira, iniciamos com um capítulo abordando sobre o contexto atual para a formação das parcerias intersetoriais, onde apresentamos um estudo sobre os novos atores que participam de projetos de desenvolvimento. No capítulo seguinte explicitamos as teorias sobre desenvolvimento utilizadas na pesquisa, ainda, construímos argumentações referentes aos processos de construção dos significados e da institucionalização da sociedade, elementos primordiais para o estudo do nosso objeto de pesquisa e por fim, levantamos teorias sobre as organizações que compõem os três setores.

Na segunda parte, apresentamos nossa proposta sobre as metodologias e procedimentos de pesquisa necessários para a coleta dos dados, focalizando os principais

aspectos teóricos, empíricos e os tipos de análise a serem utilizadas.

Na terceira parte, fazemos uma discussão sobre os meios teóricos e metodológicos responsáveis pela busca dos dados em uma pesquisa empírica, quais sejam a Análise Institucional, os elementos institucionais da Grade de Leitura da Estruturas Institucional das Organizações e a medição de Capital Social.

Na quarta parte, colocamos nossas considerações finais, as quais julgamos relevantes para o encerramento deste trabalho, destacando os seguintes pontos: As instituições e a formação de parcerias intersetoriais; O território como estratégia para o desenvolvimento; Mudança institucional ou equilíbrio institucional? Organizações, simbolismo e as configurações institucionais e, por fim, relatamos nossas conclusões.

PARTE I

CAPÍTULO I

O contexto atual para a formação das parcerias intersetoriais

Mesmo sendo uma das grandes potências econômicas do planeta e possuindo inúmeras possibilidades de desenvolvimento, o Brasil é um dos países com maior desigualdade sócio-econômica do planeta (Stein, 2003, p.163), fazendo com que dos 180 milhões de brasileiros, cerca de 33% vivam abaixo da linha da pobreza (Radar Social, 2005), que em números corresponde à cerca de 60 milhões de seres humanos. O rendimento das famílias situadas nos quatro primeiros décimos da distribuição de renda (as 40% mais pobres), o valor médio era R\$ 147,00, ou pouco menos de ½ salário mínimo. No último décimo, o rendimento alcançou quase R\$ 2.678,00, ou seja, 18 vezes mais. Considerando o conjunto de cerca de 565 mil famílias correspondente ao 1% mais rico, o rendimento médio era de R\$ 7.688,00 per capita. Tais resultados evidenciam o alto nível de desigualdade de renda no País (IBGE, 2007).

1.1. Novos atores do desenvolvimento

A persistência da pobreza no país levou a uma questão nacional a partir dos anos 80: diminuir a mesma, juntamente com as desigualdades sociais existentes. Porém, a incapacidade do Governo em resolver estes problemas levou a Sociedade Civil a organizar-se para a realização de projetos sociais junto às comunidades necessitadas, para de alguma forma suprir a falta de apoio das esferas públicas, ocasionando, então o surgimento nos últimos anos de milhares de ONG's, que atuam em favor destas comunidades.

Com o apoio de financiadores privados nacionais, internacionais e do próprio governo nas suas três esferas, muitas organizações se mobilizaram para captar recursos para a implementação dos seus projetos, o que levou muitos projetos a atuarem de forma muito

focalizada e isolada, não surtindo os efeitos desejados a partir de uma visão mais macro do que se entende hoje em dia por desenvolvimento local sustentável.

Assim, as políticas desenvolvimentistas implementadas nas últimas décadas revelaram-se insuficientes para diminuir a pobreza e também as desigualdades no país, as ações foram incapazes de surtir os efeitos esperados, muitas por serem insensíveis às particularidades locais e por agirem de forma isolada. Ainda, muitas destas políticas tiveram resultados negativos devido aos interesses econômicos e políticos envolvidos nas mesmas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, mesmo no contexto mais amplo da redemocratização do Brasil, desde o fim da década de 1980 e durante a década de 90, quando inúmeras Prefeituras e diversas ONG's estiveram envolvidas em projetos, programas e políticas locais para enfrentar a pobreza e ainda, com o aumento significativo do número de projetos sociais, culturais, de geração de renda e de desenvolvimento local, a pobreza, a miséria e principalmente, a desigualdade se mantiveram praticamente com índices inalteráveis. (IPEA; IBGE, Censo 2000, o que é confirmado pelo relatório da ONU em 2006).

Ainda, as mudanças recentes nos ambientes econômico e social brasileiro, decorrentes da internacionalização econômica, das mudanças na ação estatal nas questões sociais e da continuidade da desigualdade sócio-econômica, têm impactado as organizações de primeiro, segundo e terceiro setor, levando à necessidade de uma redefinição de seus papéis sociais e introduzindo desafios ao relacionamento intersetorial (CEATS, 2004).

A experiência adquirida após diversos trabalhos e pesquisas realizadas no Brasil e em outros países, demonstra a importância do envolvimento de vários atores que visem alcançar objetivos similares e/ou complementares para desenvolver um determinado local.

Segundo Pereira (2000, p. 128), acontece atualmente o bem-estar misto ou "*Welfare Mix*", como nova forma de atendimento às demandas sociais, que parte do pressuposto da

divisão de responsabilidades entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, onde a ação se dá de forma compartilhada entre os mesmos.

Temos, então, que as grandes tendências mundiais relacionadas à globalização, aos progressos na tecnologia da informação e a emergência da sociedade civil organizada, levaram à concepção de um novo papel do “*Estado*” (primeiro setor), que passa de produtor direto de bens e serviços para indutor e regulador do desenvolvimento (Maurano, 2004). Com isto, o Poder Público passou a atuar no fomento da prestação de atividades de interesse público através de organizações da sociedade por meio de contratos de gestão, permissões e concessões ao setor privado, criando agências de regulação e fiscalização destes serviços.

Para possibilitar essas ações foram criadas novas figuras jurídicas (Maurano, 2004), quais sejam: organizações sociais (OS) (Lei federal 9.637/98), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) (Lei federal 9.790/99), agências executivas (arts. 51 e 52 da Lei federal 9.649/98) e amparos legais que permitem parcerias com organizações não governamentais e empresas privadas.

A responsabilidade social do “*Mercado*” (segundo setor) é uma maneira que as empresas privadas encontraram para desenvolver atividades perante o local onde estão inseridas, a fim de que seja visado e alcançado bem estar social no mesmo, e assim se beneficiando de alguma forma. Pois, a responsabilidade social passa também a ser uma oportunidade de mercado para as empresas, já que muitos consumidores levam em consideração na hora de adquirir algum produto ou serviço se a empresa realiza projetos de cunho social e ambiental.

E, finalmente, temos o chamado Terceiro Setor da sociedade que engloba as “*Organizações da sociedade civil*” que prestam algum tipo de serviço ou atividade de relevância social fora do aparato estatal e que também não se confundem com os entes do mercado, por não apresentarem objetivo ou finalidade lucrativa financeira e, sim, visam um

lucro social tendo como objetivos o atendimento de necessidades coletivas e/ou públicas da sociedade.

Seguindo a tendência de outros países, a atuação social baseada em parcerias intersetoriais ocorre também no Brasil (CEATS, 2004). Organizações com e sem fins lucrativos e governamentais reconhecem que há benefícios inerentes ao estabelecimento de parcerias sociais, especialmente no tocante à otimização de competências complementares e a potencialização dos resultados sociais dos projetos. No entanto, ainda há uma série de desafios relacionados a estas formas de trabalho, principalmente, às diferentes culturas organizacionais, valorativas, estratégicas, linguagens e formas de atuação dos setores distintos.

Porém, temos historicamente estes três atores possuem divergências entre si, que de alguma forma as afastam, por exemplo, as agências governamentais possuem dificuldades de relacionamento porque representam lócus diferenciados de poder e de interesses, e as têm suas reservas sobre focos de atuação diferenciados, e o mercado, muitas vezes com interesses estritamente econômico e pela busca de algum tipo de vantagem.

Portanto, o contexto atual tem gerado inúmeros desafios que os três setores da sociedade (Estado, o Mercado e a Sociedade Civil) são incapazes de enfrentar isoladamente.

CAPÍTULO II

Desenvolvimento local

2.1. O local como estratégia de desenvolvimento

Neste trabalho evidenciamos a formação de parcerias entre os três setores da sociedade (Estado, Mercado e Sociedade Civil) como estratégia de ação em projetos que buscam o desenvolvimento de um determinado território, analisando como as configurações institucionais de cada um destes atores sociais interferem nestas relações.

Para tanto, levamos em consideração que desenvolvimento é uma série de transformações intencionalmente introduzidas em diferentes áreas de determinada sociedade e só possui perspectivas de acontecer com esta transformação intencional e deliberada por parte dos envolvidos. Isto significa uma mobilização intensa de recursos humanos, políticos e econômicos complementares com a participação de diversos atores que possuam capacidades suficientes que leve a “rede” alcançar os objetivos prévios explicitamente definidos e minuciosamente planejados.

O desenvolvimento é um processo geral e inclusivo, implicando em mudanças estruturais, interdependentes e inter-relacionadas que se entrelaçam produzindo alterações qualitativas profundas na sociedade onde é aplicado, gerando inevitavelmente uma transição social.

Portanto, levamos em consideração o que Goulet (2002) chama de desenvolvimento autêntico:

“É aquele que abrange todas as áreas das necessidades humanas: desenvolvimento social, político, cultural e econômico. Significando que uma sociedade fornece o nível ótimo de sustentação da vida, de estima e liberdade para todos os membros. (...) (in Cavalcanti, 2002, p. 78)”.

O desenvolvimento econômico, para se fazer autêntico, tem que permitir o uso dos recursos sem esgotá-los, satisfazendo todas as necessidades básicas da população, realizando

sua inclusão no mercado produtivo e de consumo de bens e serviços.

Na mesma direção, o desenvolvimento político, para se fazer autêntico, deve dar a todos os membros da sociedade uma responsabilidade na sua sobrevivência e isso só será alcançado com liberdade, direitos pessoais respeitados, participação nas decisões da construção do futuro do país e do próprio indivíduo. Tais condições supõem, por sua vez, a realização de uma democracia plena, que possa ser participativa.

Já o desenvolvimento cultural e social será autêntico quando os sistemas simbólicos e de significação forem respeitados e protegidos por todos, e quando jamais sejam utilizados como meios de submissão e controle. Inclui, ainda, o respeito às diferenças.

Enfim, temos a questão do meio ambiente: *"o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades"*. Este conceito foi firmado pela ONU em 1983, através do documento que ficou conhecido com o nome de Relatório Brundtland.

Admitimos assim, que o desenvolvimento local deve ser negociado entre os três principais atores da sociedade: os empresários, os poderes públicos e a sociedade civil organizada, a partir do que o local oferece, e da relação deste com o âmbito regional e nacional.

Neste processo, teorias atuais, consideram que um melhor desempenho de programas com estas finalidades necessitam levar em consideração as características endógenas do local a ser atingido por estes programas, segundo Franco (2001, p. 6) qualquer projeto de desenvolvimento deve ser baseado na realidade local e, em função dela, estabelecer as áreas de trabalho prioritárias.

"Desenvolvimento local é o fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas potencialidades locais por meio da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, políticos, físicos e ambientais. Local é qualquer âmbito sócio-territorial delimitado pela permanência de um campo estável de interação de agentes humanos" (FRANCO, 2001, p. 6).

O local representa o “*locus*” formador da consciência e conseqüentemente da identidade dos atores, que sofre, também, influência do mundo exterior. Aqui entra a necessidade de se relacionar o local e o global para entender os fatores influenciadores da formação da subjetividade dos indivíduos e da objetividade das organizações, que são responsáveis pela conformação institucional que molda e direciona as ações dos indivíduos e grupos.

Assim, torna-se importante conhecer o “*lugar*” onde se pretende realizar projetos de desenvolvimento. Para Milton Santos (In CARLOS, 1996, p. 19) existe uma dupla questão que deve ser analisada: o lugar visto de “*fora*”, isto é, considerado como resultado dos acontecimentos históricos mundiais que de alguma forma vão se impondo e influenciando o local, e o lugar visto de “*dentro*”, com o sentido de reconhecimento do contexto local. Para Carlos (1996, p. 20): “*É no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões... Significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhes são próprios*”. Para a autora:

“A espacialidade não se define em si, independente de um conteúdo real, o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade.” (CARLOS, 1996 p 39).

Projetos de desenvolvimento, na maioria das vezes, se propõem a resolver problemas causados pela própria estrutura social vigente, formada historicamente em determinados locais, onde muitas organizações trabalham com o objetivo de dar sentido às estruturas de poder e aos interesses econômicos e políticos que se institucionalizam e dominam o ambiente, portanto torna-se importante a compreensão destes mecanismos de dominação que se estabelecem nas relações internas e externas as comunidades (MATOS, 2004).

Desenvolvimento Territorial

A utilização do território como espaço de articulação para o desenvolvimento vem sendo objeto de ações de organizações da sociedade civil e dos governos (FLORES, 2006). Atualmente (Verde, 2004) o território assume um papel crescente como recurso analítico e como unidade de intervenção em projetos de desenvolvimento. Segundo Verde (2004) *“território é um local formado por vários municípios, podendo ser tanto urbanos como rurais, que dispõem de recursos locais suficientes para manter um processo de desenvolvimento. O território é operado como uma unidade de planejamento voltado para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social”*.

O ponto de discussão sobre a utilização deste conceito na formação de projetos de desenvolvimento a nível territorial parte das colocações de Abromovay (2000), onde ele afirma que *“um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”*; Segundo Abromovay (2000) o uso do território como unidade de planejamento para projetos de desenvolvimento supõe relações sociais diretas entre os atores envolvidos: *“Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas”*.

Está convergência na participação mútua dos atores dos três setores da sociedade dos municípios que formam um Território, pode ser analisada através da medição do Capital Social em uma de suas dimensões (Coesão e Identidade Territorial).

O território como estratégia de desenvolvimento

Diversas alternativas para o desenvolvimento têm surgido no atual contexto mundial, entre estas temos as estratégias denominadas como territoriais que atuam como formas de promoção de modelos para desenvolver regiões a nível micro, porém com relação com os

níveis macroeconômicos e sociais. Estas alternativas estratégicas trazem a luz à necessidade do estabelecimento de novas metodologias e instrumentos viáveis e inovadores para o desenvolvimento dos chamados territórios.

Esta relação pressupõe a participação de diversos atores presentes no território, realçando de imediato a necessidade da busca de novas estratégias que visem à cooperação e novas formas de gestão entre esses atores, porque estas, segundo diversos autores e órgãos nacionais e internacionais, são características do desenvolvimento local. Isso se caracteriza através de novas formas de gestão compartilhada e co-responsabilização entre os atores presente no território, quer sejam os representantes das comunidades, as autoridades locais governamentais e os atores da sociedade civil.

Segundo a WKKF (2007) no nível territorial existem recursos humanos potenciais para o desenvolvimento endógeno. A mobilização destes, aliados aos fatores econômicos, aos fatores sociais (laços sociais, identidades culturais) e aos fatores políticos como a participação à formação de parcerias e a cooperação, estão diretamente relacionadas com as estratégias para desenvolver um determinado território.

Para o desenvolvimento territorial correr de modo satisfatório, muitos fatores se relacionam e necessitam atuar de forma a criar um ambiente favorável para as ações alcancem seus objetivos. Barquero (2002, in Fonseca, 2004)

“considera que os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento possibilitado quando as instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente. A forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento favorecendo ou limitando a dinâmica econômica e, em definitivo, determinam o rumo específico do desenvolvimento das cidades e das regiões.”

Baquero (1999, in Fonseca, 2004) e Malé (2001, in Fonseca, 2004) identificam três dimensões importantes no processo de desenvolvimento endógeno: a primeira de caráter

econômico faz com que os agentes econômicos locais usem eficientemente os fatores produtivos para alcançar os níveis de produtividade que lhes permitem ser competitivos nos mercados, tanto internos como externos; a segunda, de cunho sociocultural, na qual os atores econômicos e sociais se integram com as organizações locais formando um sistema denso de relações, as redes, que incorporam os valores da sociedade no processo de desenvolvimento local; e, a terceira, de caráter político, que permite criar um ambiente local que estimule a produção e favoreça o desenvolvimento.

Temos, então, que o território está sendo utilizado por muitas agências, órgãos e por financiadores como estratégia nos projetos de desenvolvimento.

2.2. Redes sociais e Capital Social na construção do desenvolvimento territorial

Vimos nos capítulos anteriores como se dá o processo de desenvolvimento a nível territorial e um dos fatores colocados por diversos autores é a possibilidade dos atores sociais trabalharem formando parcerias que, de alguma forma beneficiarão todo o processo. Uma das formas de se visualizar inicialmente estes movimentos de trabalhos em conjunto é através da verificação da existência de redes entre estes atores.

O conceito de redes vem se tornando um caminho analítico para a compreensão de certos aspectos da organização dos atores sociais de um determinado local e da forma como estes se articulam para implementarem ações conjuntamente.

As redes fornecem importantes subsídios ao estudo das desigualdades (MATOS & BRAGA, 2004), já que o conjunto das suas articulações pode indicar quais são os subespaços dotados de um maior número de conexões capazes de gerar economias suficientemente fortes para desenvolver e atrair fatores de desenvolvimento em um determinado local.

Neste contexto, temos que a globalização provocou certas mudanças nas estruturas de produção e de comércio entre diversos atores, se constituindo em ponto fundamental sobre a

organização dos espaços, sejam eles supranacionais, nacionais, regionais e sub-regionais e mais precisamente de seus impactos sobre as pequenas localidades. Estas novas formas nas relações econômicas trazem benefícios para alguns locais, mais precisamente aquelas que se encontram em situações privilegiadas em relação à posição da distribuição e gerenciamento de fluxos de informações e de distribuição de fatores econômicos, porém, para outros menos capacitados gera disfunções cada vez mais graves, o que, de alguma forma, aprofunda as desigualdades regionais e sub-regionais.

No entanto, estas situações contrastam com os processos de fragmentação e segmentação que se observa entre os setores sociais mais fragilizados da sociedade. Assim, no Brasil estes novos processos e dinâmicas da sociedade em rede convivem com padrões tradicionais da vida social e econômica e em que prevalecem fortes tendências de desigualdade e exclusão social.

Portanto, podemos concluir que a participação em redes e a adequação ao comportamento das mesmas determinam um conjunto de relacionamentos privilegiados sinérgicos entre participantes que cooperam ou interagem em determinadas áreas da economia, o que lhes trarão certos benefícios, como tirar partido de economias de escala em relacionamentos complementares e efeitos sinérgicos em atividades cooperativas, conseguidas através de participação na rede.

*“Redes Sociais tornam-se instrumentos que permitem incluir a diversidade e a participação coletiva dos atores sociais. Além disso elas podem ser encaradas não só como instrumentos, como também indicadores de um fenômeno social mais amplo – o capital social.”
(Fugimoto, 2005).*

Capital Social

As conexões que os grupos estabelecem em um determinado local através da participação em redes, sejam qual for a finalidade das mesmas – econômicas, políticas – sociais etc. – podem produzir um ambiente favorável que poderá agir em benefício dos

mesmos, determinando o que muitos autores e órgãos nacionais e internacionais relacionados ao desenvolvimento chamam de Capital Social.

Capital Social é visto por organizações nacionais e internacionais de desenvolvimento como um recurso potencial a ser utilizado pelos atores em relação, por um lado, sendo detectado e aproveitado, e, por outro, sendo construído. Para Putnam, um dos mais conhecidos estudiosos da Teoria do Capital Social, este capital está relacionado “às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (2000, p. 186).

Segundo este autor, a partir de pesquisas realizadas na Itália, os dilemas da ação coletiva dificultam as tentativas de cooperar em benefício mútuo, donde se conclui da importância dos estoques de Capital Social para dirimir estas questões. Ele afirma que o Capital Social facilita a cooperação espontânea, o que é imprescindível em projetos de desenvolvimento local. (Idem)

Outros trabalhos de diversos autores ratificam o Capital Social como meio para auxiliar nas relações entre atores sociais: Fukuyama (in FRANCO, 2001, p.128); Evans (in LIMA, 1997, p. 53); a CEPAL, no livro “*Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*” (CEPAL, 2003), afirma que o Capital Social pode ser instrumentalizado (pelos atores locais) para o combate à pobreza e o fomento do desenvolvimento local urbano. No capítulo IX, “*La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas*”, Guillermo Sunkel realiza estudos no Chile e chega às seguintes conclusões: se em uma comunidade estão presentes atributos como as percepções de segurança e confiança, a participação comunitária e as redes sociais, passos importantes foram dados para o desenvolvimento e diminuição da exclusão.

Enumeras são as obras que afirmam que para o desenvolvimento de uma determinada região é fundamental a existência de estoques de Capital Social. Estas obras consideram que

normas, confiança e redes sociais (formadoras de capital social) contribuem para reduzir a pobreza e subsidiar o desenvolvimento econômico.

Então, Capital Social representa um conjunto de ativos enraizados em redes sociais, resultantes de relacionamentos, conexões e laços.

Tais recursos garantem aos seus detentores informações, permitem acesso a bens valiosos e geram oportunidades, ajudando-os na obtenção de resultados pretendidos. Nesse contexto, atores sociais, com conexões capazes de lhes permitir transpor distâncias sociais e estabelecer "pontes", com outros atores e redes (grupos sociais) distintas, gozarão de condições mais privilegiadas. (Vale, 2006)

Segundo Vale (2006) este conjunto de laços e conexões representa, em um dado momento, o estoque de Capital Social de um território. Este estoque não é, no entanto, estático, sendo dotado de características dinâmicas.

Assim, as configurações das redes, em um dado momento, refletem a história, a cultura e as características sócio-econômicas e políticas do próprio local. Por exemplo, relações e interações passadas influenciam a natureza das relações presentes e futuras que, por sua vez, são afetadas por variáveis de natureza institucional (formas sociais, políticas, econômicas e culturais) presentes no ambiente, ou seja, as características internas da sociedade local possuem peso decisivo na formação das redes e conseqüentemente nos estoques de Capital Social.

PARA UPHOFF (2000) Capital Social possui duas categorias distintas, mas complementares: a estrutural e a cognitiva. A categoria estrutural está associada às diversas formas de organizações sociais, tanto formais quanto informais e de instituições, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como por exemplo, papéis, regras e procedimentos, assim como as redes sociais que favorecem a cooperação, ou mais especificamente, o comportamento cooperativo. Este tipo de capital social é gerado através de associações horizontais e redes sociais que mantenham processos de tomada de decisão transparentes e coletivos, lideranças responsáveis e práticas coletivas. (UPHOFF, 2000, In JACOBI et all, 2005)

A categoria cognitiva é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores incluem-se a confiança, solidariedade e reciprocidade, que compartilhadas entre os membros do grupo criam as condições para que os indivíduos trabalhem para o bem comum. (Idem)

Os elementos da categoria estrutural **favorecem o comportamento cooperativo**, pois reduzem os custos de transação ao estabelecerem padrões de comportamento e de interações que tornam mais prováveis e desejáveis os resultados da ação coletiva. Os elementos da categoria cognitiva tornam os indivíduos mais **predispostos ao comportamento cooperativo**, pois, na medida em que são amplamente compartilhados, tornam a cooperação mais provável. Normas, valores, atitudes e crenças, que constituem a dimensão cognitiva do Capital Social, são os elementos que dão racionalidade à ação coletiva. (Idem)

A tabela 01 apresenta uma comparação entre aspectos estruturais e cognitivos.

Tabela 01 – Capital Social: uma tipologia

Capital Social – Uma tipologia		
	Aspectos Estruturais	Aspectos Cognitivos
Base para a ação coletiva	Transações	Relações
Motivação principal	Papéis	Crenças
	Regras e procedimentos	Valores
	Sanções	Ideologia
Força de motivação	Comportamento maximizador	Comportamento socialmente apropriado
Exemplos	Mercados, estruturas reguladas	Família, religião, etnofilia...

Fonte: Krishna (2000) (In JACOBI et al, 2005)

As duas categorias estão intrinsecamente conectadas, pois ainda que as redes sociais, as regras, os papéis e procedimentos possam ser verificados de forma relativamente fácil, todos, em última análise, surgem de processos cognitivos. Aspectos estruturais são observáveis, ao passo que os aspectos cognitivos não são tão evidentes (Idem). Na tabela 02 apresentamos a relação entre as categorias de capital social.

Tabela 02 – Capital Social: aspectos cognitivos e estruturais

		ASPECTOS COGNITIVOS	
		FORTES	FRACOS
ASPECTOS ESTRUTURAIS	FORTES	(1) Alto capital social Desafio: estender o escopo das atividades.	(2) Organizações fortes Desafio: legitimação, estruturação das relações.
	FRACOS	(3) Associações tradicionais Desafio: introdução de regras, normas e procedimentos.	(4) Anêmico, amoral, atomizado Desafio: auxiliar no estabelecimento de normas e estruturas.

Fonte: Krishna (2000) (In JACOBI et al, 2005)

As sociedades são formadas por atores sociais, tanto a nível individual quanto a nível coletivo, que são representados pelas organizações existentes nestes locais. Levantamos, então, a questão de quais seria o grau de influência que estas diferenças no ambiente das sociedades, que são historicamente e socialmente construídos, teriam na formação das redes sociais e conseqüentemente na formação do Capital Social no âmbito local.

E o que veremos no decorrer deste estudo.

CAPÍTULO III

A construção dos significados na sociedade

Para compreender os fenômenos que ocorrem quando da formação de parcerias entre os diversos atores sociais que compõem a sociedade, no nosso caso, as Organizações da Sociedade Civil, as Empresas privadas e as diversas esferas do Governo, implica colocar em evidência, além dos aspectos explícitos, também os que dizem respeito àquilo que está implícito nas relações, ou seja, o não dito. Assim, segundo Martins (2000), estes fenômenos são caracterizados e permeados, tanto por aspectos relativos à objetividade e a materialidade do vivido dos atores em relação, principalmente as questões que dizem respeito à economia e a política, bem como, também, aos aspectos relativos ao individual, ao subjetivo, às micro relações que se estabelecem no cotidiano social, que são construídos historicamente e socialmente em um local específico, que, se distingue de outros de acordo com este contexto.

A sociedade está em constante processo de construção e reconstrução, é permanentemente constituída e transformada pela ação e interação de atores sociais. É esta relação que constrói a realidade social, formando o universo de valores, normas e regras que, de alguma forma, irão orientar a vida dos indivíduos em determinado contexto.

A compreensão dessa formação dos universos sociais, simbolicamente construídos, nos leva a um melhor entendimento dos processos de formação das relações entre atores sociais distintos, mas que compõem o mundo da vida. Para Berger e Luckmann (2000) o processo de construção social da realidade é realizado por sujeitos em constante interação e comunicação uns com os outros.

Assim, para se buscar apreender a realidade necessita-se a apreensão da dimensão simbólica da mesma, a apreensão pelos sentidos construídos pelos atores intersubjetivamente. Esta realidade é formada por *“um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos, orientam as emoções”*

(MORIN, 1997, p. 15), ou seja, um universo simbólico em permanente construção, que estrutura e orienta as ações no mundo.

Temos então, que o vivido social ao nível simbólico vai agir diretamente nas formas de atuação dos indivíduos e, conseqüentemente das organizações, que são formadas por estes, em um dado local e contexto, o que se conclui que as relações sociais ao nível de formação de parcerias são diretamente relacionadas com o processo da formação sócio-histórica dos participantes, ou seja, ao mundo simbolicamente construído.

3.1. Os universos simbólicos

Segundo Castoriadis (1995, p. 142) tudo o que se nos apresenta no mundo social-histórico está entrelaçado com o simbólico, indicando que os indivíduos vivem e se relacionam entre si imersos em um mundo de significações que são construídas simbolicamente.

Temos, então, que as sociedades são caracterizadas e reconhecidas como tal a partir de um conjunto de significações que lhe dão sua unidade e identidade, e é por meio delas que os homens percebem, vivem, pensam e agem. Tais significações, no entanto, são operantes e efetivos, mas, também, muitas vezes circunscritas na ordem do inconsciente, irrefletidas (MARTINS, 2000).

Para Berger e Luckman (1992, p. 133) “*o universo simbólico é concebido como a matriz de todas as significações socialmente objetivadas e subjetivamente reais. A sociedade histórica inteira e a biografia completa do indivíduo são consideradas como acontecimentos que se realizam no interior deste universo*”. As ações, as expectativas, os sonhos fazem parte deste universo, assim, um mundo inteiro pode se criar simbolicamente em uma dada sociedade.

Os universos simbólicos, que caracterizam as sociedades, irão fornecer subsídios para

o reconhecimento das mesmas, como afirmam Berger e Luckmann:

“... os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado temos de entender a história de sua produção. Isto é tanto mais importante quanto estes produtos da consciência humana, por sua própria natureza, apresentam-se como plenamente desenvolvidos e inevitáveis.”
(BERGER e LUCKMANN, 1976, p. 134)

Continuam os autores, afirmando que o universo simbólico oferece a ordem para a apreensão subjetiva da experiência biográfica dos indivíduos e que as estas experiências pertencentes a diferentes esferas da realidade são integradas pela incorporação ao mesmo envolvente universo de significação, formando assim a sociedade simbolicamente mediada e reconhecida por seus signos.

Temos, então que o simbólico localiza os indivíduos no mundo social, determinando, também, que representações simbólicas estes membros da sociedade vão absorver.

Ainda, afirmam Beger & Luckman (1996, p. 140), o universo simbólico ordena a história, pois:

“... Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais. Assim, o universo simbólico liga os homens como seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo um significado à morte individual. Todos os membros de uma sociedade podem agora conceber-se como pertencendo a um universo que possui um sentido que existia antes deles terem nascido e continuará a existir depois de morrerem”.

Portanto, o universo simbólico cristaliza-se na sociedade da mesma forma como se dá a acumulação de conhecimento. Isto é: os universos simbólicos são produtos sociais e culturais que têm sua história influenciando diretamente o comportamento dos atores.

É através do reconhecimento do nível simbólico do cotidiano dos indivíduos e, assim, das organizações que podemos verificar a construção das características dos diversos atores

em suas ações nos seus contextos específicos. Através do universo simbólico pode-se buscar explicar quaisquer fatos ocorridos dentro de uma realidade social em termos dos significados que este universo provê.

a. A legitimação dos universos simbólicos

As legitimações, a qualquer nível, são descritas e reconhecidas como mecanismos que servem à manutenção dos universos simbólicos, sendo esta manutenção uma questão bastante problemática. Temos, também, que os universos simbólicos são legitimados, mas também são modificados por estes mecanismos que têm a função, por exemplo, de defender uma dada sociedade contra os desafios de certos grupos ou de outras sociedades.

A legitimação diz aos indivíduos por que as coisas são o que elas são (MAIA, 2005, p. 82). Não é apenas o valor que importa, mas a forma de conhecimento. Assim, na construção social da realidade constroem-se vários níveis de legitimação.

Segundo Berger e Luckman (1996, p. 126) a legitimação pode ser mais bem definida e, assim entendida, como uma forma de objetivação, que produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais dispares. Eles entendem legitimação como “*o saber socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social*”. Trata-se de um processo cognitivo de justificação da ordem institucional, que confere “*dignidade normativa*” a seus procedimentos práticos.

Para os autores a função da legitimação seria a de tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações que foram institucionalizadas, ou seja, tornar legítimas as formas simbólicas que uma determinada sociedade coloca para os indivíduos no decorrer do tempo histórico. Para tanto a legitimação do simbólico, necessita de ter uma explicação e uma justificação para os elementos institucionalizados, sendo mesmo, como afirmam Berger e Luckman (idem, p. 128), “*a legitimação é este processo de explicação e*

justificação”, o que nos abre de imediato à idéia de poder se captar as mesmas em nível dos indivíduos e das organizações, já que elas são as transmissoras da memória e das tradições de uma determinada sociedade.

“A legitimação explica a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de valores, sempre indica também conhecimento... o conhecimento precede os valores na legitimação das instituições.” (BERGER e LUCKMANN, 1996, p. 128).

Berger e Luckman consideram essencial o processo de legitimação para a manutenção da ordem social, que definem como o saber objetivado que serve para explicar e justificar esta ordem. As legitimações existem como definições disponíveis da realidade, objetivamente válidas. Entretanto, para se tornarem efetivas no respaldo da ordem social, terão de ser interiorizadas e igualmente definir a realidade subjetiva. Por isso, as legitimações têm um aspecto objetivo e um subjetivo.

A cristalização dos universos simbólicos segue os processos de objetivação, sedimentação e acumulação do conhecimento, isto é, os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado temos de entender a história de sua produção. (BERGER e LUCKMANN, 1996, p. 133).

O universo simbólico é concebido como a matriz de todas as significações socialmente objetivadas e subjetivamente reais. A sociedade histórica inteira e a biografia completa do indivíduo são consideradas como acontecimentos que se realizam no interior deste universo (BERGER E LUCKMANN, 1992, p. 133).

Concluimos assim que o objetivo principal do processo de legitimação é a manutenção da realidade, tanto no nível objetivo como no subjetivo.

Até aqui podemos ver em um primeiro plano que o universo simbólico legitima o institucional, de maneira generalizada, integrando todos os processos institucionais separados,

fazendo com que a sociedade inteira ganhe sentido. Instituições particulares são legitimadas por sua localização em um mundo compreensivamente dotado de significação (Idem, p. 141).

Neste projeto buscamos entender a simbolização da sociedade através das institucionalizações destes símbolos, vamos agora analisar como se dá esse processo.

3.2. A institucionalização da sociedade

Este tópico fundamenta nossa escolha teórica e metodológica: a questão da investigação das parcerias intersetoriais pela possibilidade do reconhecimento e da apreensão das configurações institucionais das organizações participantes e, assim, a verificação do nível de influência das mesmas nestas relações.

O mundo das significações. Compreendemos a sociedade composta por elementos que são viáveis de serem lidos, reconhecidos e de certa forma apreendidos por pesquisadores ou não, assim seguimos a colocações de Castoriadis (1996, p. 404) quando afirma que “*A instituição da sociedade é toda vez instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um mundo de significações*”. São estas significações que buscamos ler e dar sentido no mundo das ações. Então, tudo o que é realizado no mundo da vida está intrinsecamente relacionado com significações que as representam, é o que afirma Castoriadis quando coloca que “*correlativamente nada pode ser para a sociedade, se não está referido ao mundo de significações, tudo o que aparece é logo tomado nesse mundo - e já só pode aparecer sendo tomado nesse mundo*”.

Este mundo de significações que é instituído, forma, por assim dizer, o que é a unidade e a identidade, ou seja, o que unifica uma sociedade. “*O que unifica uma sociedade é a unidade de seu mundo de significações*” (CASTORIADIS, 1996, 404). Com isso podemos pensar esta sociedade como única e não como outra, com suas particularidades e especificidades do seu mundo de significações. “*A instituição da sociedade é instituição do*

fazer social e do representar/dizer social” (Idem, p. 404).

A sociedade institucionalizada. Segundo vários autores, de um modo geral o Movimento Institucionalista¹ atual afirma que a sociedade é uma rede, formada por um tecido de instituições “*que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens*” (BAREMBLITT, 1994, p.29). Ainda, estas instituições, por sua vez, “... *são composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamento.*” (Idem, p. 27). Entendemos ainda as instituições como um conjunto de leis e princípios que prescrevem ou proíbem comportamentos e valores, ou seja, dizem o que deve ser o que não deve e o que é indiferente.

Para Martins (2000) as composições lógicas que formam as instituições, estão diretamente relacionadas com a regulação das atividades dos indivíduos, elas as circunscrevem e as caracterizam, e se pronunciam valorativamente com respeito a essas atividades, indicando o que deve ser e o que não deve ser.

Para Castoriadis (1995) a instituição é uma “*uma rede simbólica, socialmente sancionada*”, que é sustentada pelo imaginário dos atores sociais, sendo este imaginário uma imagem do real, que no fim influencia os comportamentos e atitudes destes atores, sejam individuais ou coletivos. Castoriadis mostra assim, a importância das significações imaginárias sociais na instituição da sociedade.

A instituição é uma célula simbólica que direciona ações e comportamentos através de uma estrutura institucionalizada que fora instituída por atores sociais, tidos como instituintes e/ou instituídos, que estão em constante dinâmica dialética com a instituição que, por sua vez, estão em confronto com outras instituições.

¹ “O Movimento Institucionalista é um conjunto heterogêneo e polimorfo de orientações, entre as quais é possível encontrar-se pelo menos uma característica comum: sua aspiração a deflagrar, apoiar e aperfeiçoar os

Temos, então, que as instituições são normas, regulamentos e valores, que estabelecem as formas de interação entre os atores sociais nos campos econômico, social ou político.

Uma instituição é uma idéia de obra ou de empreendimento que se realiza e perdura em um meio social (LOURAU, 1997), sendo considerada como o lugar da ação social. Assim, um ator social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (ator coletivo) que sofrem o processo de orientação da ação.

Segundo Lourau (1997) a unidade de uma organização também é definida pela relação com a globalidade mais vasta que a abrange, assim, uma instituição é socialmente aceita e legítima, sendo simultaneamente a resultante global e de âmbito específico, quase sempre materializado e espacializado, do estado sempre dialético das relações de força entre grupos e classes sociais que se afrontam no espaço e no tempo históricos da sociedade considerada, nos níveis econômico, ideológico e político que são estreitamente imbricados.

Para Lourau (In Altoé, 2004, p. 68) as instituições formam a trama social que une e atravessa os indivíduos, que as mantêm e também as criam, sendo estes indivíduos instituintes quando modificam ou criam as instituições e instituídos quando se moldam as mesmas. Então, instituição é um conjunto de regras, normas, enunciados e valores produzidos histórica, cultural e coletivamente, que existentes em organizações de uma sociedade, delineiam as ações, atitudes e comportamentos em um determinado momento e em um determinado local, fazendo parte da estrutura simbólica do grupo e do indivíduo.

Porém, como afirma Lourau (idem), as instituições não são somente os valores ou as regras visíveis na superfície das relações sociais, elas possuem suas faces escondidas que caracterizam o instituído (momento objetivo de uma instituição). Estas faces ocultas, o não dito – o não visível é o que a análise institucional se propõe a descobrir. Para nós este conhecimento implica em analisar as instituições mediatizantes e suas influencias na

processos auto-analíticos e auto-gestivos dos coletivos sociais” (BAREMBLITT: 1996, p.11).

formação de parcerias intersetoriais.

As instituições enquanto sistemas de referência para atores sociais possuem três instâncias de reconhecimento: o objetivo, o simbólico e o imaginário.

A instância objetiva tem a instituição como um sistema coercitivo que impõem suas colocações e determinações, possuindo uma realidade objetiva.

Estes significados objetivados no processo de institucionalização são concebidos com conhecimento e transmitidos como tais. Alguns conhecimentos são direcionados para todos, enquanto outros só interessam a certos atores, o que caracteriza, desde este momento, certo controle sobre as ações na sociedade específica.

A adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo é assegurada através da interiorização - pelos atores - dos valores, normas e princípios sociais. A possibilidade de uma ação se exercer se encontra, assim, objetivamente estruturada.

Como exemplo, podemos citar os estatutos, as normas e outras formas de documentos que regulamentam a entrada, permanência e ações dentro de uma dada organização ou mesmo sociedade.

A instância do imaginário tem a instituição como um sistema que se particulariza para cada ator, que a vê como uma projeção dos seus anseios e desejos.

Esta perspectiva parte do reconhecimento que o ser humano é um ser que imagina e que realiza um imaginário radical não causal e criador de um universo sempre renascente de significações que escapam à elaboração estritamente racional dos dados (CASTORIADIS, 1995). Para Ardoino (1980 - In Martins, 2000), o homem se alimenta continuamente de seu imaginário, no fundo do qual está o desejo.

Castoriadis apresenta o imaginário sob duas perspectivas: como imaginário radical e como imaginário efetivo.

O imaginário no sentido radical para CASTORIADIS (1985, p. 154), refere-se a

“faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são (que não são dadas na percepção) ou nunca foram”. Esta é a principal característica deste imaginário ou da imaginação produtiva ou criadora, ou seja, é a capacidade estritamente humana de criar, de produzir significados e significantes (a produção de sentidos). *“Assim, o imaginário radical é considerado como o motor da história, visto que ele nos põe diante da emergência da alteridade, do inédito, do inaudito, do inesperado, do indeterminado”* (MARTINS 2000, p.5).

Já o imaginário efetivo, constitui, segundo Castoriadis, o magma de significações imaginárias sociais atuantes, operantes, em uso por uma determinada sociedade, ou seja, aquilo que está sendo vivenciado no dia-a-dia. Portanto, o imaginário efetivo se manifesta, está presente no mundo social, historicamente construído através dos sistemas simbólicos instituídos (linguagem, religião, ritos, valores, formas de exercício de autoridade etc.) nos quais será sempre possível encontrar uma dimensão funcional, identitária e um sentido que se prende à dimensão imaginária ou significativa (MARTINS, 2000). **É esse sentido que pode ser percebido, pensado ou imaginado e se faz presente no discurso.**

“Dito de outra forma, as significações que caracterizam o imaginário efetivo se estabelecem no próprio fazer da sociedade; elas atuam como organizadoras dos comportamentos humanos e das relações sociais, independente de sua existência para a “consciência” da sociedade – é o que Castoriadis denomina de imaginário social do coletivo anônimo, e é o que nós queremos denominar através do termo não-dito” (MARTINS, 2000).

Conclui ele afirmando que o imaginário efetivo oferece aos indivíduos, uma série de sentidos, a partir dos quais emerge a possibilidade da vida social. No entanto, cabe ressaltar que como afirma Castoriadis, o social,

“... é uma dimensão indefinida, mesmo se está circunscrito a cada instante, uma estrutura definida e ao mesmo tempo mutante, uma articulação objetável de categorias de indivíduos e o que para além de todas as articulações mantém sua unidade. (...) É o que pode apresentar-se na e pela instituição, mas que é sempre infinitamente mais do que a instituição...” (CASTORIADIS, 1995, p. 135)

Castoriadis refere-se ao fato de que existe um social instituído, mas ele pressupõe sempre um social instituinte.

Temos, então, que as sociedades se caracterizam e são reconhecidas como sociedades específicas a partir do conjunto de significações que lhes dão sua unidade e identidade. É por meio dessas significações criadas que os homens percebem, vivem, pensam e agem, por fim, são reconhecidos.

O imaginário remete, também, para uma dimensão social, o imaginário social, que por sua vez, realiza as duas formas do imaginário pessoal, a potencialidade criadora e o poder instituinte, criando, assim, sentidos simbólicos para o conjunto das práticas e das instituições sociais; nada existe na sociedade que não tenha uma dimensão simbólica criada pelo imaginário social. Porém, como afirmam vários autores, uma vez criadas as significações sociais, elas têm o poder de instituir a subjetividade pessoal com o sentido socialmente instituído.

Esta subjetividade se socializa a partir de uma rede de sentidos sociais já instituídos, estes por sua vez têm um poder instituinte sobre os sujeitos que nascem ou se socializam nessa sociedade. É deste modo que o imaginário social atua com uma potencialidade criadora e com um poder instituinte que configuram o modo de ser de uma sociedade (RUIZ,?).

A instância simbólica tem a instituição como uma síntese entre a primeira e a segunda instância, ou seja, é a representação simbólica da mesma, aquilo que ela exterioriza em determinados momentos. A relação que temos entre o imaginário e o simbólico é de que o primeiro abre todas as comportas do segundo, principalmente na sua dimensão de imaginário radical. (BARBIER, 1985, p. 152).

Para Castoriadis (1995, p. 152) as sociedades estão imersas numa rede de sistemas simbólicos instituídos, sistemas de poder, político, econômico, jurídico, entre outros, Sempre existe a dimensão simbólica, já que a mesma “*determina aspectos da vida da sociedade (e*

não somente o que se supunha determinar), estando, ao mesmo tempo, cheio de interstícios e graus de liberdade.” (CASTORIADIS, 1995, p. 152). No entanto, para o autor, o simbólico – o instituído – não é um fato último, não se explica por si só, mas nos remete a algo que não é da ordem do simbólico, que é o imaginário (MARTINS, 2000).

“Só podemos pensar este imaginário social, que cria a linguagem, as instituições, os costumes, como a capacidade criadora do anônimo coletivo que se põe em funcionamento cada vez que os humanos se reúnem e se dão, cada vez, uma figura singular instituída para existir” (CASTORIADIS, 1992, p. 92).

Faz-se necessário também entender que a tarefa de compreender instituições de outras sociedades é um trabalho complexo e difícil porque o imaginário que cerca outra realidade social é apreendido dentro do imaginário social específico.

Nossa análise vai ao sentido de estudar estas dinâmicas nas organizações setoriais como formadas e atravessadas por várias instituições simbolicamente representadas e que possuem no imaginário sua base de sustentação. Este conjunto vai influenciar diretamente as relações entre as organizações, que terá maior ou menor capacidade de influenciar dependendo da extensão e como se dá a institucionalização.

a. Extensão e modos de institucionalização

Peter Berger e Tomas Luckmann (1996, p. 110) observam que são incontáveis as variações das manifestações e combinações dos modos de institucionalização, porém na nossa análise importa entendermos e buscarmos responder a pergunta colocada pelos autores: *“Qual é a extensão da institucionalização da totalidade das ações sociais em uma dada coletividade?”*, complementam eles: *“... diversas sociedade deixam maior ou menor espaço para as ações não institucionalizadas... importante é o esclarecimento dos fatores que determinam um campo de institucionalização mais vasto por oposição a um campo mais estreito.” (Idem, p. 110).*

Temos, então que dependendo do grau de institucionalização, teremos sociedade mais ou menos institucionalizadas, isto com relação às estruturas existentes nas mesmas, ressaltamos a importância do entendimento de que certas estruturas podem estar fragmentadas no interior de uma sociedade, ou seja, podem ser partilhadas por alguns grupos e não por uma dada sociedade toda.

Esta fragmentação no interior de uma sociedade poderá acarretar as diferenças nas formas de institucionalização com relação às certas estruturas, mesmo sendo os atores participantes pertencentes historicamente a mesma formação societal, o que poderia ser exemplificado pela divisão social do trabalho. Ainda, as ordens institucionalizadas variam no tempo histórico e também o conhecimento social pode ser atualizado de acordo com as novas biografias individuais.

Outros fatores podem influenciar os modos e extensão de institucionalização de uma sociedade, a segmentação e a formação de subuniversos institucionais. No processo de segmentação, certos atores executam determinadas ações, especializando-se e com o tempo instituindo novas formas de ação.

No processo de criação de subuniversos institucionais, que poderão ser consequência dos acima citados (fragmentação e segmentação) entre outros motivos, como a corrente especialização de papéis. Os autores colocam que estes subuniversos podem ser ocultos ou não de uma visão geral.

Um dos motivos principais que levam a um maior ou menor nível de institucionalização são os conflitos inerentes às sociedades e a dialética constante entre instituídos e instituintes. Conclui-se que um maior número de subuniversos, fragmentação e segmentação institucional no interior de uma dada sociedade levará a uma maior possibilidade de desintegração e desestabilidade da mesma, com isso, o que nos interessa neste trabalho, um maior grau de possibilidades de influências negativas na formação das parcerias. Isto leva a

um maior grau de complexidade das relações sociais, pois o conhecimento institucional poderá se tornar inacessível a outros. Outro problema acarretado com esta complexidade é o da legitimação simbólica, ou seja, a uma perda da condição de uma da organização, por exemplo, encontrar legitimidade nas suas características frente a outras, ou mesmos a grupos internos.

Temos, ainda, como ponto de grande importância nos modos e extensão da institucionalização, a maneira pela qual a ordem institucional é objetivada, até que ponto a mesma ou parte dela é reificada pela sociedade.

Diversos fatores podem marcar um processo de mudança institucional. Fatores esses que podem redirecionar as significações. Temos, assim, por exemplo, os desdobramentos e acontecimentos políticos, econômicos, culturais, entre outros. Nessa perspectiva estão diretamente associados os modos de organizar, viver, pensar e agir dos indivíduos que participam de um determinado contexto e época.

Entendemos por isso tudo e segundo vários autores, inclusive Berger e Luckmann (1996, p. 113), que a institucionalização não é um processo irreversível, mesmo tendo o fato das instituições terem a tendência de perdurarem no tempo. *“Por uma multiplicidade de razões históricas, as extensão das ações institucionalizadas pode diminuir. Pode haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social”*. (Idem, p. 113)

b. As configurações institucionais das organizações

Definimos neste item o que chamamos de Configurações Institucionais. Partimos, assim, do que Lourau (In Altoé, 2004, p. 68) coloca (e outros autores) que as instituições formam a trama social que une e atravessa os indivíduos que as mantêm e também as criam, sendo estes indivíduos instituintes quando modificam ou criam as instituições e instituídos quando se moldam as mesmas. Então, instituição é um conjunto de regras, normas,

enunciados e valores produzidos histórica, cultural e coletivamente, que existentes em organizações, delineiam as ações, atitudes e comportamentos em um determinado momento e em um determinado local.

Assim, para nós as Configurações Institucionais são formadas pelo conjunto de instituições que definem, qualificam e tornam cada sociedade, e assim, cada organização diferentes umas das outras. As configurações institucionais das organizações nos permite apreende-las e reconhecê-las como tal, portanto, as configurações formam, por assim dizer, a identidade institucional das organizações, que é uma construção histórica dentro de determinado contexto, a partir da relação dialética entre os atores que definem um conjunto de valores, regras e normas, caracterizando as relações sociais daquela sociedade.

As configurações institucionais, que caracterizam as organizações moldam as ações das mesmas, e com isso condicionam o processo das relações com outras organizações.

Assim, os padrões das ações constituem-se numa decorrência do contexto institucional interno e externo as organizações.

Estas configurações institucionais são ao mesmo tempo causa e consequência das variáveis presentes na organização. Estas variáveis compõem o ambiente onde estão imersas as mesmas.

As configurações institucionais das organizações fornecem oportunidades para o conhecimento de múltiplas características das mesmas, por exemplo, a capacidade ou disposição no estabelecimento de parcerias e/ou cooperação com atores de diferentes configurações.

As configurações institucionais de cada organização refletem a história, a trajetória, os símbolos, os seus membros, as suas lideranças e toda questões relevantes para compreensão de sua cultura, valores, crenças e normas. É neste sentido que para nós são propicias de serem captadas através da utilização de uma “*Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações*”, a análise das “*contradições*” e a utilização de “*analísadores*”, todos

auxiliam na busca das configurações institucionais, no complexo mundo das relações sociais.

3.3. A complexidade das relações sociais

Antes de entrarmos na discussão das contradições e no referencial dialético, onde trabalhamos a complexidade do processo organizacional, é importante estabelecer algumas considerações sobre a questão da própria complexidade, que auxilia na compreensão dos sistemas complexos (como é o caso das organizações sociais dos três setores da sociedade).

As ações para o desenvolvimento no âmbito territorial, que nos propusemos analisar, e como vimos em capítulos anteriores, envolvem, para sua melhor eficácia, eficiência e efetividade, relações entre os três setores da sociedade – Governo, Mercado e Organizações da Sociedade Civil, a nível local (micro), mas com relações diretas com níveis externos (macro). Temos, então, um triplo aspecto analítico, relações entre organizações de um mesmo território (micro), destas com o exterior do território (macro) e relações entre atores de uma mesma organização (internas - micro), o que nos leva imediatamente a outro aspecto: os conflitos que estes atores carregam entre si pelas suas próprias características de formação histórica. Assim, levamos em consideração neste projeto às configurações institucionais micro-sociais sendo influenciadas e influenciando as relações macro-sociais dentro deste contexto organizacional e territorial.

A identificação dos sentidos existentes nas organizações que podem influenciar as relações intersetoriais, parte da busca pela compreensão das contradições, tanto a nível interno como externo, entre os sujeitos sociais em relação e assim, visa identificar os fenômenos sociais relacionados à formação de parcerias, que estão diretamente relacionados com o reconhecimento da complexidade e da heterogeneidade que caracterizam as práticas sociais e seus fenômenos em sua profundidade.

Através de uma visão social-histórica entendemos que a complexidade da vida social

permeia a vida dos atores sociais sob formas diferenciadas. Cada momento no percurso do tempo e nos espaços específicos vividos e inter-relacionados com espaços externos possui seus fatos, ações, tradições, conflitos etc., ou seja, suas características próprias, e suas formas de interpretar e compreender os mesmos. Os percursos das sociedades não são apenas de confrontos sociopolíticos, econômicos, são, ao mesmo tempo, embates no terreno simbólico, entre idéias e concepções (SILVEIRA, ?). O simbólico gera as visões de mundo dos atores sociais, estas visões são produtos conceituais, através dos quais os sujeitos percebem e interpretam o mundo, tanto para compreendê-lo como para transformá-lo. (TORRES, 2005)

As visões de mundo refletem a cultura das sociedades, contendo os valores, crenças, normas, regras, princípios, conceitos, etc. que modelam a percepção da realidade e, portanto, as decisões, ações e interações e todos os aspectos da experiência dos sujeitos no universo (Idem).

Para Torres (2005), quando os atores sociais compreendem que a realidade é o que o seu método de observação lhes permite perceber, passam a reconhecer que a visão de mundo de cada um formata os modelos mentais, através dos quais os atores observam, sistematizam, interpretam e aportam o significado às suas próprias experiências no mundo. Assim, para o autor, atualmente modelos mentais obsoletos e com uma percepção de realidade inadequada para lidar com o mundo cada vez mais complexo e que não levam em conta a complexidade do mundo limitam a maneira de as pessoas pensarem, agirem e interagirem, caracterizando uma crise de percepção. Assim, os atores deixam de reconhecer que diferentes problemas estão inter-relacionados e que se recusam a reconhecer como as soluções afetam outros atores e até mesmo as gerações futuras (DE SOUZA SILVA, 2001, in TORRES, 2005).

Portanto, segundo Silveira (UFPB) entre outros autores, as transformações do nosso tempo e suas turbulências sinalizam para a necessidade de novos e adequados princípios e formas de compreensão do mundo enquanto conjunto da natureza-sociedade. Estas formas do

pensamento, abrangem as múltiplas dimensões da vida: econômica, político-ideológica, psicológica, estética, científica, etc. e que vão abrindo novos campos epistemológicos na ciência moderna, por onde se introduzem os elementos do pensamento complexo.

Concluí-se que os processos sociais são mais bem analisados e, assim, melhor entendidos à luz de teorias da que lidem com a complexidade. Portanto, todos estes fatores levam, cada vez mais, para uma ciência que tem uma visão complexa do mundo e que procura meios para compreender a realidade em suas profundas complexidades. “*Una de las obsesiones de la ciencia actual es aproximarse a la realidad, en sus diversas manifestaciones sin reducirla en su complejidad*” (MUNNÉ, 1995, p. 1)².

O pensador francês Edgar Morin, criador da teoria da Complexidade, entende a complexidade como um tipo de pensamento que não separa, mas une e busca as relações necessárias e interdependentes de todos os aspectos da vida humana (MORIN, 1980, p. 14).

Morin destaca as relações e dependências multidimensionais de todos os saberes, tais como a biologia, a antropologia, a sociologia e a física, e ainda coloca o pensamento mítico-simbólico-mágico ao lado do racional-lógico-científico.

Trata-se de um pensamento que integra os diferentes modos de pensar, opondo-se aos mecanismos reducionistas, simplificadores e disjuntivos. Esse pensamento considera todas as influências recebidas, internas e externas, e ainda enfrenta a incerteza e a contradição, sem deixar de conviver com a solidariedade dos fenômenos existentes. Enfatiza os problemas de forma inter-relacionada e não a questão que tem uma solução linear. Como o homem, um ser complexo, o pensamento também assim se apresenta. (Idem)

Morin, (1982) considerando a complexidade que permeia a realidade, propõe uma comunicação entre as ciências, o que possibilitaria tanto a compreensão da complexidade da realidade, quanto à compreensão da realidade da complexidade.

² Uma das obsessões da ciência atual é aproximar-se da realidade, em suas diversas manifestações sem reduzi-la de sua complexidade.

Importante destacar que para Morin os princípios da Teoria da complexidade não produzem nem determinam a inteligibilidade dos fenômenos, para ele, os mesmos podem incitar a estratégia e a inteligência do sujeito pesquisador ao considerar a complexidade da questão estudada, quer dizer, para Morin a complexidade não está no objeto, mas no olhar de que o pesquisador se utiliza para estudar seu objeto, na maneira como ele aborda os fenômenos (TORRES, 2000).

A forma de abordar os fenômenos ratifica a idéia de complexidade desenvolvida por Morin.

“A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, implica pensar que existe uma realidade econômica, por um lado, uma realidade psicológica, por outro, uma realidade demográfica, mais além, etc. Acreditamos que essas categorias criadas pelas universidades são realidades, mas esquecemos que, no econômico, por exemplo, estão as necessidades e os desejos humanos. Por trás do dinheiro, existe todo um mundo de paixões (...) A consciência da complexidade nos faz compreender que não poderemos escapar jamais à incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: a totalidade é a não verdade”. (MORIN, 1996a, p. 100-101)

Para Morin a necessidade do pensamento complexo se impõe, portanto, quando o pensamento simplificador encontra seus limites, suas insuficiências, suas carências. No entanto, para ele, a complexidade não elimina a simplicidade.

“... a complexidade aparece ali onde o pensamento simplificador falha, mas integra em si mesma tudo aquilo que põe ordem, claridade, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as conseqüências mutilantes, reducionistas, unidimensionalizantes e finalmente ocultadoras de uma simplificação..”. (MORIN, 1996a, p.22)

Comparativamente as colocações de Torres (2000) que remete a Ardoino (1995, p. 7), a respeito da educação, na perspectiva da Teoria da Complexidade, o desenvolvimento territorial deve ser entendido como uma função global, que atravessa o conjunto dos campos das ciências do homem e da sociedade, interessando a diversos campos do saber, como a psicologia geral, a psicologia social, a economia, a sociologia, a geografia, a filosofia, a

historia etc.

À medida que os fenômenos relacionados ao desenvolvimento, também, são apreendidos de forma complexa, assim, torna-se necessário uma abordagem que atente para essas várias perspectivas, reconhecendo suas recorrências e contradições, de tal forma que elas não se reduzam umas às outras.

A noção de complexidade traz para o campo do desenvolvimento contribuições importantes à medida que se abre a possibilidade de ter um conhecimento mais amplo da realidade. Como, por exemplo, reconhecer a necessidade de um olhar múltiplo para a compreensão dos fenômenos relacionados ao desenvolvimento o que, segundo Torres (2000), implica um rompimento com o pensamento linear, unitário e reducionista característico do paradigma de simplicidade, passando a privilegiar o heterogêneo, como ponto de partida para a construção do conhecimento.

3.4. As contradições na sociedade

O alto grau de complexidade existente nas relações sociais atuais, principalmente no nível das organizações, dificulta a construção das significações simbólicas que estão imersas no movimento dinâmico da relação entre o que os sujeitos pensam e o contexto da vida social que determina essas significações.

Segundo Minayo (1994, p.174) na medida em que os significados "*se reproduzem e se modificam a partir das estruturas e das relações coletivas e dos grupos*", apresentam "*elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos, como do conformismo*".

Em nossa pesquisa buscamos formas de apreender estes elementos, presentes nas falas, nos produtos e nas práticas em suas múltiplas dimensões. Para tanto, optamos em utilizar à metodologia dialética que segundo Demo:

"Se baseia na observação da realidade social e na adequação a ela da visão dialética que privilegia: a) a contradição e o conflito predominando sobre a harmonia e o consenso; b) o fenômeno da transição, da mudança, do vir-a-ser sobre a estabilidade; c) o movimento histórico; d) a totalidade e a unidade dos contrários". (DEMO, 1985 in MINAYO, 1994, p. 86)

O método dialético possui várias definições, tal como a hegeliana, a marxista entre outras. Utilizamos aqui a que a define como um modo esquemático de explicação da realidade que se baseia em oposições e em choques entre situações diversas ou opostas, buscando elementos conflitantes entre dois ou mais fatos para explicar uma nova situação decorrente desse conflito.

Os elementos básicos do método dialético consistem em **três etapas distintas e complementares: a tese, a antítese e a síntese**. A tese é uma afirmação ou situação inicialmente dada como ponto de partida; o encontro da tese com elementos contraditórios (oposição) a ela forma a antítese; e, do conflito entre tese e antítese surge a síntese, que é uma situação nova que carrega dentro de si elementos resultantes das contradições, a síntese, por sua vez, gerará uma nova tese que repetirá "*ad infinitum*" o movimento acima descrito. Enfim, esta é a dinâmica da contradição, contradição esta que, genericamente, pode ser considerada como o motor interno do movimento dialético.

A filosofia descreve a realidade e a reflete, portanto a dialética busca não interpretar, mas refletir acerca da realidade. Para a dialética é fundamental enxergar o todo. A teoria dialética alerta para as sínteses, identificando as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o tecido de cada totalidade. Sendo que a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem.

Edgar Morin (2000, p. 55) afirma que para compreender a vida em todas as suas possibilidades e limitações precisamos justapor conceitos contraditórios de modo dialógico. Essa visão compreende a complexidade do real, remetendo-nos a um pensamento que aceite as ambivalências, o uso de contradições e as incertezas em todas as dimensões. Assim, a

complexidade humana não pode ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem, como as autonomias individuais e as participações coletivas, ou seja, respeitar a multidimensionalidade da vida.

Tomamos a contradição como uma forma interpretativa vinculada ao real, pois é inerente ao próprio movimento do real, funcionando como um estopim gerador dos conflitos e das disputas onde existe o debate ou a argumentação dialética. A realidade na sua totalidade subjetiva-objetiva é contraditória, portanto, ela é essencialmente dialética, mesmo que uma ideologia hegemônica (de cunho conservador) tente ocultar as contradições do fenômeno (GALVÊAS, ?). Corroborando com estas colocações temos em Morin (1973) a expressão “*a vida vive de contradições*”, afirma Morin (1973, p. 145):

“(...) para compreendermos o homem, devemos unir as noções contraditórias do nosso entendimento. Assim, ordem e desordem são antagonistas e complementares, na auto-organização e no devir antropológico. Verdade e erro são antagonistas e complementares na errância humana”.

Temos então que a relação entre o visível e o invisível, o manifesto e o não manifesto, as contradições existentes no contexto, foram tomados como parte de um processo social em permanente construção. A contradição, enquanto conceito fez parte da compreensão desta relação entre o visível e o invisível, o dito e o não dito.

3.5. A natureza dialética da instituição: instituído e o instituinte

Passamos agora a discussão da relação dialética entre instituído e instituinte e a decorrente institucionalização, que é a base para nosso estudo da construção das configurações institucionais das organizações setoriais em projetos de desenvolvimento (juntamente com os elementos da Grade de leitura das estruturas institucionais das organizações). Estes elementos chaves que compõem os processos definidores das características das organizações representam o ponto de partida para a busca das possíveis influências que as mesmas possuem nas relações de parceria entre atores sociais distintos.

Entendemos que realizar uma análise que leve em conta às configurações institucionais dos atores, no nosso caso as organizações dos três setores, é buscar questionar, interpretar e compreender o momento imaginário, o momento simbólico e o momento objetivo destes atores. É, também entender a formação da subjetividade e, principalmente, a relação dialética entre o instituído e o instituinte e as contradições decorrentes desta relação.

Consideramos para este estudo as interações entre organizações de um território e a relação deste com o ambiente maior que o envolve. Isso proporciona um caráter dinâmico à totalidade concreta do local. Utilizamos para apreender esta totalidade o que Yamauti (2006) chama de “*Totalidade Dinâmica*”, que é o conhecimento concreto de um período específico em um determinado espaço específico³. Para este autor essa forma de conhecimento teria como objetivo exprimir as relações dialéticas existentes entre as contradições de ordem estrutural e os conflitos entre atores sociais de diversas origens, funções, posições e categorias sociais que afloram na dimensão superestrutural deste espaço.

Colocamos assim que o estudo das influências das configurações institucionais é importante dar-se a partir de em um recorte, um espaço delimitado do campo de análise, que se torna mais amplo na medida em que se levar em conta às relações com o ambiente externo. Comprendemos com isso que em cada espaço concreto da organização dá-se de modo particular e singular as relações entre o instituído e o instituinte com todas as influências que os mesmos sofrem no tempo e espaços históricos.

Para Castoriadis (1995) instituição é entendida como “*uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam, em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário*” (CASTORIADIS, 1995, p. 159), e será a dinâmica destes dois fatores que irá determinar o processo de heteronomia instituída (ou regulação pelo outro - alienação). Isso nos leva ao entendimento de que estes fenômenos se

³ Voltaremos a essa questão quando das análises da pesquisa na terceira parte deste trabalho.

circunscrevem numa dialética instituído-instituinte que são historicamente construídas e por isso permitem acompanhar o desenrolar dos fatos sociais acontecidos em uma “*Totalidade Dinâmica*”. Decorre disso que as organizações que fazem parte do espaço territorial ou como chamamos da “*Totalidade Dinâmica*” convivem com estes dois componentes, o instituído e o instituinte.

O instituído representa para nós as configurações institucionais, definidas pelo conjunto das normas, regras, estatutos, interesses, estruturas de poder e de coerção, sistemas de valores considerados como unificadores das ações nas organizações. As regras e normas vão se materializar, ter vida nas organizações, estas dão realidade social as instituições. É esse instituído que admitimos como o responsável pelas formas como são construídas ou não as parcerias em projetos de desenvolvimento territorial. O instituído é o que está dado, assim entendido como o sistema explicitado pela organização e responsável nos modos da condução das ações.

Nesse meio termo, entre o instituinte e o instituído, está, dialeticamente, **o instituindo-se**, no processo de discussão, de geração de novos valores, normas e procedimentos. Este processo dá-se através dos indivíduos envolvidos na organização, que expressam suas vontades, construindo e reconstruindo espaços de ações num processo interativo no meio em que atuam. Estes indivíduos são os suportes e protagonistas da atividade coletiva da instituição na medida em que protagonizam práticas sociais que podem ser verbais, não-verbais, discursivas, teóricas ou técnicas nas organizações e no ambiente da Totalidade Dinâmica. O instituído é importante e necessário, porém, não é suficiente. É vazio sem o vigor do instituinte. (MARTINS, 2000)

Por sua vez o instituinte gera o instituído dando sentido a ele enquanto condição de sua existência. Nesta perspectiva temos que a dimensão instituinte é o processo dinâmico, dialético, o conjunto de forças dinâmicas que movimenta e cria as instituições e que as

mantêm vivas atualizadas, transformadas e em transformação. Por outro lado o Instituído é o resultado material dessa força instituinte. Por isso, Castoriadis refere-se ao fato de que existe um social instituído, mas ele pressupõe sempre um social instituinte.

Para Lourau (1988) o Instituinte é o lugar das paixões na instituição. Ele afirma que o conceito de instituição vem revestido de duas faces inseparáveis, o “*instituído*” e o “*instituinte*”. O instituído significa aquele que institui o direito, a ação é feita em direção ao sujeito. Instituinte é aquele que faz a ação, o sujeito que age, produz, cria, opera.

Concluimos afirmando que as organizações em seus espaços (“*Totalidade Dinâmica*”) são atores em constante ação e reação, principalmente no contato com outras e com o ambiente que as envolve. Assim, a análise parte da identificação das configurações institucionais presentes em cada grupo ou organização social, buscando identificar o conjunto de forças sociais, políticas, econômicas entre outras que permeiam as situações, que aparentemente são regidas por normas explícitas, em vista de objetivos e funções organizacionais precisos. Existe assim nas organizações um mundo sócio-cultural, práticas, valores, interesses e relações sociais, bem como uma economia, uma correlação de forças, e uma história concreta. (NOGUEIRA, 2005)

O Território enquanto “*locus*” para projetos de desenvolvimento com a participação de multiatores está imerso numa rede de sistemas simbólicos instituídos (sistemas de poder, econômico, jurídico, entre outros). São estes sistemas que nos permitiram fazer a leitura das configurações institucionais das organizações estudadas.

CAPÍTULO IV

As Organizações do mundo social e suas instituições

Iniciamos este capítulo reforçando os conceitos que utilizamos de organização em comparação ao conceito de instituição, que já vimos no decorrer deste trabalho, com a finalidade principal de diferenciá-las, e com isso, reforçar a compreensão do fenômeno complexo que é realizar desenvolvimento em um determinado local com a participação dos três setores da sociedade, que são formadas por múltiplas organizações.

Muitos autores se referem aos dois conceitos de forma semelhante ou utilizam um quando era para usar o outro e assim por diante, confundindo a organização com instituição e vice-versa, o que torna necessário esta distinção para que possamos reconhecer a instituição em suas especificidades e separá-la da organização, com o qual ela se confunde. Na visão de Ardoino (1998a), a distinção entre instituição e organização é necessária porque os dois conceitos tratam de questões diferentes.

As organizações viabilizam o funcionamento da sociedade, permitindo a satisfação de necessidades básicas e as necessidades sociais, culturais e de qualidade de vida dos indivíduos. (KUNSCH, 2003)

Segundo Jacques Marcovitch:

“Quando o homem junta esforços com outros homens, surge a organização. O homem é um elemento multiorganizacional que continuamente se vê afetado por várias organizações e, ao mesmo tempo, as influencia... O homem é um ser que produz e para isso se associa. A organização corresponde a uma associação de homens e uma coordenação de esforços.” (1972, p. 5, In KUNSCH, 2003)

Como afirma Kunsch (2003) as organizações, no aspecto conceitual, não se resumem em uma associação de indivíduos ou a esforços cooperativos entre eles, existem muitas outras implicações, o que torna o tema bastante complexo, como por exemplo, as questões institucionais nas organizações.

Com relação à conceituação atual sobre organização, seguimos Kunsch (2003) quando afirma que a maioria dos autores da área de administração (citados no livro da autora entre outros) colocam que as organizações constituem aglomerados humanos planejados conscientemente, que passam por um processo de mudanças, se constroem e reconstroem sem cessar e visam obter determinados resultados. Assim, o termo organização é utilizado como expressão de um agrupamento planejado de pessoas que desempenham funções e trabalham conjuntamente para atingir objetivos comuns, ou seja, coletividades especializadas na produção de determinado bem ou serviço.

Segundo o Tavistock Institute⁴, uma organização é definida como um sistema técnico-social dotado de características diferenciadoras próprias e que, socialmente legitimada, realiza funções relevantes para a sociedade. Muitas vezes subdivide-se em partes especializadas, ou subsistemas, que interagem no cumprimento das funções do conjunto.

E, por fim, Pereira valendo-se do sociólogo americano Phillip Selznick, afirma:

“Organização é simplesmente um instrumento técnico, racional, utilizado para canalizar a energia humana na busca de objetivos prefixados, cuja sobrevivência depende exclusivamente da sua capacidade de atingir os resultados e adaptar-se às mudanças ambientais para evitar a obsolescência técnica.” (PEREIRA, In KUNSCH, 2003)

4.1. Organizações e instituições

Para Baremlitt (1994) a sociedade é um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana e a relação entre os indivíduos. Assim, as instituições são entidades abstratas, mesmo quando estão presentes e registradas em escritos ou tradições em contextos específicos.

Para Ardoino e Lourau (1994) este caráter abstrato da instituição é problemático, pois

⁴ O Tavistock Institute of Human Relations foi criado em 1946, em Londres, por pesquisadores em ciências sociais, que tinham trabalhado juntos na área, ao longo da Segunda Guerra Mundial.

sendo virtual produzida pela análise que a elabora e, ao mesmo tempo, a interpreta, necessita de um lugar (corpo) que a contenha, é onde entra a organização e/ou alguma forma de grupo de pessoas. “A instituição é imaterial. Ela não é jamais acessível diretamente. Podemos apreendê-la somente através da materialidade das coisas da organização”. (ARDOINO e LOURAU, 1994, p. 26)

As organizações são as materializações das instituições sob a forma de um organismo, uma entidade, assumindo uma configuração mais complexa ou mais simples dependendo do tipo de atividades e finalidades a que se destinam e, também, do local onde se situam e do ambiente com o qual possuem relações.

“São grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que concretizam as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fosse através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivos, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições”. (BAREMBLITT, 1996, p.30)

Complementando os conceitos sobre organização, Barembritt (1996) coloca ainda que os estabelecimentos, por sua vez, são as estruturas propriamente físicas que conjuntamente integram a organização. São as escolas, conventos, quartéis etc, e que possuem equipamentos, que são os dispositivos técnicos cujo objetivo é facilitar a consecução dos objetivos da organização. Conclui ele que todo esse aparato só pode ter dinamismo através dos atores e suas práticas.

Estes conceitos não podem ser confundidos, pois é através deles que se pode levar à prática a análise das instituições como influenciadoras dos comportamentos e das ações.

Portanto, a análise institucional que propomos neste trabalho tem como objetivo analisar as configurações institucionais das organizações que de alguma forma influenciam as relações sociais entre as mesmas em projetos de desenvolvimento. Para Ardoino o que é propriamente institucional deve ser buscado mais profundamente, como aquilo que funda

simbolicamente uma organização e que para nós a caracterizará, definindo suas configurações e, assim, seus modos de ver a participação em redes sociais

Assim, concordamos e nos baseamos nas colocações de Ardoino e Lourau (1994, p. 27) onde “*a instituição deve portanto ser lida enquanto sentido, conjunto de significações, poder-se-ia dizer, no sentido aristotélico, a ‘alma’ da organização.*” (ARDOINO e LOURAU, 1994, p. 27), reafirmados por Martins (2000) quando coloca que a organização é uma ordem dada que se impõe e produz efeitos de força, enquanto a instituição somente pode ser desvelada através dos efeitos de sentido, os quais a análise procura revelar. Estes sentidos estão implícitos na organização.

Concluimos afirmando, com base em Horton e Hunt (1980, p. 160 In KUNSCH, 2003) e no que vimos a cima, que as instituições se desenvolvem gradualmente na vida social de uma sociedade ou de uma organização; que quando certas formas de agir se tornam padrões de comportamento e/ou ação, dizemos que elas foram institucionalizadas; que uma ação ou um comportamento institucionalizado são aqueles que foram padronizados, esperados e, normalmente são cumpridos de maneira bastante previsível, não importando quem as desempenhe; que cada sociedade ou nosso caso cada organização inclui um aglomerado de configurações institucionais (códigos de comportamento, atitudes, valores, símbolos, rituais e ideologias), funções manifestas (aquelas que a organização tenciona executar ou se acredita que possa executar) e funções latentes (cujos resultados não são intencionais nem planejados).

4.2. As organizações e o ambiente social e institucional

Neste trabalho temos as organizações como um conjunto organizado de funções interdependentes, com uma localização concreta seja ela física e/ou jurídica e que possuam ou não um estabelecimento (empresas privadas ou públicas, Universidades, ONG's, Partidos Políticos, Igrejas, etc.). Envolvendo estas organizações temos um ambiente social muito

abrangente, onde ocorrem de forma geral uma interdependência de funções e um contínuo processo de troca, pois, segundo Daniel Katz e Robert L. Kahn (1978, p. 32), *"as organizações sociais são flagrantemente sistemas abertos, porque o input de energias e a conversão do produto em novo input de energia consiste em transações entre a organização e seu meio ambiente"*.

Uma dada sociedade possui muitas organizações, cada uma com características próprias, com uma estrutura interna que possibilita alcançar os objetivos, mas, sobretudo, dependente, como subsistema, de inúmeras interferências do ambiente geral, numa perspectiva sistêmica. São microssociedades que operam nas mais diferentes dimensões sociais, econômicas, políticas e simbólicas, devendo ser vistas numa visão que leve em conta todas estas dimensões do universo relacional.

Diversos fatores sociais e históricos, principalmente o alto nível de complexidade que as sociedades atuais alcançaram, levaram a um grande aumento de organizações no mundo contemporâneo e, ainda, fazendo com isso que as mesmas venham passando por mudanças em todos os seus aspectos, entre os quais, que nos interessa diretamente, as formas de relação com o ambiente, que no fim caracterizam de modo geral as próprias organizações.

Portanto, as organizações fazem parte de um ambiente com o qual mantêm diversas e diferentes formas de transações, assim, não devem ser vistas como realidades circunscritas a si mesmas, mas como elementos integrantes de uma realidade maior, com a qual mantêm um processo permanente de intercâmbio, o que em capítulo anterior chamamos de *"Totalidade Dinâmica"* YAMAUTI (2006). É esta presença na totalidade do ambiente que serve como base para a formação das suas características e também como influenciadora do mesmo. Para tanto as organizações estão repletas de variáveis próprias, assim como o ambiente onde ela está inserida e que mantém constantes processos de interações.

Para Duarte e Dias (1986) nenhuma organização é uma ilha, elas estão inseridas em

ambientes, achando-se assim sujeitas ao impacto do processo local e global de mudanças, influenciando e sendo influenciada por eles. À medida que estes ambientes se transformam, mudam-se os padrões de comportamento, a natureza e a hierarquia dos valores o que afeta diretamente as organizações.

Utilizamos o termo “*Totalidade Dinâmica*” para determinar o ambiente em que organizações estão inseridas e no qual desenvolvem suas atividades e onde sofrem influências e também influenciam. Este ambiente representa três segmentos: (Idem)

- o macroambiente (geral – total);
- o ambiente operacional (externo – específico); e
- o ambiente interno.

O **macroambiente** é o mundo, as sociedades em geral, é constituído por um conjunto amplo, complexo e difuso que influencia as organizações. Este ambiente é afetado por inúmeras variáveis que o influenciam. São normas gerais de funcionamento das sociedades e os mecanismos de regulação da economia, da política, do governo. Nele incluem-se ainda as tradições, valores, necessidades e aspirações, atuando como forças dinâmicas e conflitantes na formação de ideologias e dialéticas, e na determinação do comportamento das pessoas e das organizações participantes.

As principais variáveis deste ambiente e que também fazem parte dos outros ambientes, que influenciam as organizações são: (Fonte: MARIS, 2004 e DUARTE, DIAS, 1986).

- Políticas – envolvem decisões tomadas pelos governos. Tendências ideológicas e de poder podem definir os rumos das políticas econômicas, sociais, fiscais, de saúde, de educação, etc.
- Econômicas – podem determinar o volume de operações, a facilidade ou dificuldade na obtenção de recursos básicos, o nível de preços e de lucratividade

potencial, os mecanismos de oferta e procura do mercado em geral, etc.

- Legais – conjunto de normas e leis que controlam o comportamento organizacional.
- Sociais – representam as características da sociedade onde a organização opera.
- Demográficas – características da população (raça, cor, religião, densidade demográfica etc.)
- Ecológicas – o meio ambiente (natureza), influencia os objetivos organizacionais.
- Variáveis Culturais – valores, pressupostos básicos e hábitos. Constitui expressão material e não-material da sociedade ou de segmentos representativos desta e que, permeando os diversos elos, é importante para o desenvolvimento geral e específico das sociedades.
- Tecnológicos – conhecimentos utilizados pelas organizações para a realização de suas tarefas.

Estas variáveis podem influenciar as organizações em diversos aspectos, por exemplo:

- **Influências relacionais:** são as formas e as razões de relacionamento interorganizacional levando em conta as características próprias de cada organização.
- **Influências nas transações:** são expressas pelas relações que as organizações mantêm com o ambiente na busca da realização de seus objetivos e no exercício de seu papel como estrutura relevante para a sociedade. Isto se realiza por meio de ações próprias, segundo as quais a organização procura: transferir normas e valores para pessoas, grupos e outras organizações no ambiente; obter apoio e eliminar resistências, manter um equilíbrio de trocas materiais e não-materiais com o ambiente, estruturar o ambiente e obter legitimidade.

O **ambiente operacional** é composto pelos chamados públicos relevantes externos e

pelas variáveis que a nível mais micro compõem o ambiente, com os quais as organizações mantêm diferentes tipos de relacionamento. Os públicos relevantes externos são pessoas físicas, grupos de pessoas, organizações e órgãos governamentais. Os processos de relações se evidenciam por formas diversas como: fornecimento, influência, apoio, antagonismo, cooperação, competição etc.

O **ambiente interno** é aquele composto pelos públicos relevantes internos e pelos componentes e variáveis internas que podem ser culturais, estruturais e mercadológicas das organizações. Os públicos internos podem ser grupos distintos de pessoas que possuem algumas características ou interesses comuns ou afins e que, por ações ou omissões, podem influenciar significativamente no desempenho de uma ou mais áreas da organização. Esses grupos podem ser formal ou informalmente constituídos e sua existência e atuação consideradas legítimas ou não.

Alguns componentes e variáveis internas que formam a estrutura das organizações são: personalidade jurídica, filosofia, objetivos, recursos, tecnologia, estrutura, liderança, cultura, programas, processos, fronteiras ou limites, história, finalidades, identidade social, território (espaço de inserção), formal interno (regulamentos), manifesto informal (comportamentos e clima), pressões externas, realidade do contexto (atual), exigências implícitas, pertencimentos transversais, relações de grupo, demandas individuais, necessidades, afetos, mecanismos de defesa, entre outros.

Segundo Maris (2004) o ambiente onde estão inseridas as organizações e onde acontecem as relações entre as mesmas é muito mais complexo que parece a primeira vista. As organizações sofrem várias influências, como por exemplo: restrições: são limitações que reduzem o grau de liberdade da empresa; coações: são imposições do ambiente às quais a organização não pode deixar de atender; contingências: são eventos prováveis que afetam muito a organização; problemas: são eventos correntes não previstos; oportunidades: são

situações favoráveis à organização, entre muitas outras que dependendo do contexto específico de cada organização atuam de formas diferentes sobre as mesmas.

4.3. Subjetividade e simbolismo nas Organizações

Partindo do entendimento que as organizações são, também, espaços onde freqüentam e interagem indivíduos, vindos, tanto do espaço local como de espaços mais externos de uma determinada sociedade, podemos visualizar e entender a realidade das organizações como sendo formada por padrões de significados construídos e mantidos a partir de interações simbólicas entre estes indivíduos.

Portanto, o ambiente interno e externo das organizações são repletos de símbolos que geram as significações responsáveis pelas características das mesmas, levando-as a serem entidades simbólicas permeadas pelas subjetividades humanas. Esta subjetividade e os simbolismos são construções sociais que ocorrem e se acumulam no tempo histórico dos sujeitos implicados nas ações das organizações.

Este sistema simbólico das organizações reforça a preservação dos valores organizacionais, podendo desenvolver um sistema de controle cada vez mais intenso sobre os sujeitos participantes, através das normas, princípios, regimentos, códigos valores etc., ou seja, através das características institucionalizadas nas mesmas.

No nosso modelo importa menos compreender como se dão os processos de produção de subjetividades e de simbolismos, mas se e como estes últimos influenciam as organizações nas práticas das relações com outras organizações em projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Segundo Enriquez (1997, p. 33) as organizações coexistem como sistemas cultural, simbólico e imaginário. Sistema cultural porque oferece uma cultura, normas e valores que orientam a conduta, porque estabelece papéis a cumprir, fornece hábitos de pensamento e

ação em prol da coletividade; é sistema simbólico porque não pode viver se não segregar um ou mais mitos unificadores, que viverão na memória coletiva; e é um sistema imaginário porque sem este o simbólico e o cultural não conseguiriam existir nas organizações.

Lourau (1975, p. 12) afirma que é preciso levar em conta que as empresas como, por exemplo, as fábricas, produzem modelos de comportamento, mantêm normas sociais, integrando os seus participantes no sistema total e para nós, também, no sistema local.

Neste mesmo sentido, para Freitas (1991) a objetivação da cultura dá-se por meio de seus elementos formadores, fornecendo aos participantes das organizações o direcionamento para suas ações. Estes elementos, são os valores, as crenças e os pressupostos, os ritos, os rituais, as cerimônias, as histórias, os mitos, as sagas, os símbolos, os tabus, os heróis, as normas, a linguagem, a comunicação, os sistemas de recompensas, os fundadores, os artefatos, os aspectos históricos, os aspectos externos, as estratégias de socialização dos novos membros e as políticas de recursos humanos.

Para buscar as múltiplas e diferentes dimensões contidas na realidade das organizações, visando encontrar novas pistas para descortinar as relações de parceria entre organizações, é importante analisar, além dos aspectos instituídos, o lado instituinte das mesmas, que se dá a partir de significações imaginárias que estão de forma oculta, não dita. Estas evidenciam a realidade do cotidiano das organizações, pois, os universos de significações simbólicas dos diferentes tipos de organizações (Empresas, ONG's e o Estado), diferem de acordo com as especificidades de cada uma. Assim, as organizações são atores sociais que contribuem para criar novas significações, normas e padrões que compartilhadas pelos indivíduos que vivem no grupo, modelam suas ações.

4.4. As Organizações da Sociedade Civil, as Empresas Privadas e o Estado

As organizações existentes em uma sociedade podem se apresentar de vários tipos e

formas e, ainda são envolvidas por um alto grau de complexidade que as caracteriza, classifica e determina seus aspectos internos e externos. As organizações têm objetivo, um conjunto de regras, normas e valores que as rege e que determina sua estrutura interna.

Portanto, para que sejam compreendidas as organizações precisam ser estudadas dentro de uma classificação. Apesar de existirem diferentes formas de classificar e de caracterizar, as terminologias e pontos centrais são semelhantes porque as maiorias dos modos de classificação vêem as organizações como unidades econômicas, políticas e sociais.

Segundo Kunsch (2003), uma das maneiras simples de classificar as organizações é pelas formas de propriedade, podendo ser públicas, privadas ou sem fins lucrativos. Assim são distribuídas ao longo do primeiro setor (setor público - órgãos governamentais), do segundo setor (setor privado - empresas comerciais e industriais) ou do terceiro setor (formado por um conjunto muito diversificado de organizações cuja atuação é voltada para o social e não visam ao lucro; são as organizações não-governamentais - ONG's).

A classificação das organizações, por si só, já carrega uma grande variedade de informações sobre as mesmas e pode ajudar a caracterizá-las. (Fontes: CHIAVENATO, 1993 e FISCHER, FALCONER e FARIA, 2003 e NOGUEIRA, 2006 e MAURANO, 2004)

Organizações públicas – o Estado – primeiro setor: conforme afirma Fischer (2003) o Estado sempre teve um papel preponderante na vida econômica e social do país.

As organizações públicas (primeiro setor - o Estado) cujas ações são organizadas e delimitadas por um arcabouço legal, sendo dotado de poderes coercitivos em face da sociedade para que possa atuar em seu benefício, devendo ter sua atuação dirigida a todos os cidadãos, indiscriminadamente, promovendo de modo universal suas necessidades sociais.

Segundo Maurano (2004) o Estado é o poder social e político institucionalizado e ele se legitima enquanto exterioriza suas finalidades. Portanto, podemos entender grande parte das características de uma sociedade à luz das configurações institucionais do seu governo,

que são conseqüências das idéias, ideais, valores, regras e normas que permeiam a vida social e política de uma determinada sociedade em cada momento histórico.

Organizações privadas – o mercado – segundo setor: uma organização privada do segundo setor, também denominada de empresa privada, pode existir como firma individual ou de sociedade limitada aberta ou anônima, sempre com o objetivo de obtenção de lucro financeiro e material. Uma empresa pode envolver diversos segmentos de mercado como indústria, comércio, educação, prestação de serviços, entre outros.

As empresas privadas são especializadas na aplicação de recursos materiais e humanos para o atendimento de necessidades individuais ou coletivas, por isso são formas de organizações em maior evidência na sociedade contemporânea (DUARTE e DIAS, (1986). As empresas participam diretamente do sistema de poder econômico e político e, por conseqüência, interpretam as orientações culturais de uma sociedade, elas têm poder e procuram impor internamente e fora delas os valores e comportamentos sociais, políticos e culturais conforme seus interesses particulares. Integram o macros-sistema social, a empresa dá e recebe, age e reage, influencia e sofre influências, adapta-se e provoca adaptações na “*Totalidade Dinâmica*” que participa.

Organizações não governamentais – terceiro setor: o termo ONG - Organização Não Governamental se refere de modo genérico a toda organização não pertencente a nenhuma instância de governo em qualquer nível ou as instancias do mercado, possuindo uma função social e política em uma sociedade.

Existem diferentes conceitos de Terceiro Setor, não existindo uma unanimidade em torno deste termo, neste trabalho utilizamos o de Fernandes (2002, p.21): “...um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços públicos”, nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas”.

Existe uma grande variedade de tipos de organizações no Terceiro Setor, como por exemplo: Organizações Não Governamentais, Fundações e Institutos Empresariais, Associações Comunitárias, Entidades Assistenciais, Religiosas e Filantrópicas, entre outras sem fins lucrativos, como coloca (FISCHER, 2002, p. 45 e 46).

“Terceiro Setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Sua presença no cenário brasileiro é ampla e diversificada, constituída por organizações não-governamentais, fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas, associações culturais, educacionais, as quais desempenham papéis que não diferem significativamente do padrão conhecido de atuação de organizações análogas em países desenvolvidos.”

As organizações do Terceiro Setor possuem diferentes características, como por exemplo, no tamanho, no grau de formalização, nos recursos financeiros e materiais, nos objetivos, nas finalidades, nas formas de atuação. Estas diferenças são resultados de inúmeros fatores, como os diferentes marcos históricos onde as mesmas tiveram origem, os tipos de valores e tradições dos indivíduos que participam, do tipo de relação com o Estado no início e durante a existência das mesmas etc.

Muitas ONG's possuem vínculo ou foram criadas a partir de alguma denominação religiosa e com isso carregam todo simbolismo que as religiões possuem, assim acontece, também, com as denominações políticas partidárias, movimentos populares de reivindicação, de apoio aos índios, proteção ao meio ambiente etc.

Desta forma, encontramos respaldo nas palavras de Fernandes (2002) quando coloca que os grupos que compõem o terceiro setor trazem consigo diferentes hábitos organizacionais e acrescentamos diferentes valores, normas de conduta, pensamentos, idéias e ideais, de onde se concluí que há uma diversidade enorme de situações e contextos onde surgem e existem as ONG's, o que as torna entidades impares em suas características.

Vale ressaltar que o conhecimento de algumas características básicas, formadas

historicamente, dos atores dos três setores da sociedade é base para o reconhecimento das suas configurações institucionais, o que leva a se ter pistas sobre algumas tendências de ações e comportamentos dos mesmos.

PARTE II

CAPÍTULO V

Analisando as Organizações e suas instituições

5.1. Proposta Metodológica

a. O objeto de pesquisa

O foco principal da pesquisa é apresentar uma proposta para analisar as influências das configurações institucionais das organizações que participam de projetos de desenvolvimento a nível territorial, levando em conta a formação de parcerias entre organizações dos três setores da sociedade.

Portanto, um projeto nesta área, consiste em uma investigação detalhada das organizações, grupos dentro das organizações e dos indivíduos, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos institucionais envolvidos no fenômeno em estudo: a formação de parcerias intersetoriais para o desenvolvimento territorial. Assim o fenômeno estudado não está isolado de seu contexto, já que o interesse é o de justamente analisar a relação entre o fenômeno – formação das parcerias para o desenvolvimento – e o contexto onde o mesmo está inserido – o Território.

b. A coleta de dados – fontes de evidência

A coleta de dados pode ser realizada com as seguintes fontes de evidência: Dirigentes e participantes de ONG's que fazem parte do Território, representantes dos Governos municipais, estadual e federal, representantes de Empresas privadas e cooperativas, Diretores e Consultores de ONG's, Fundações, Órgãos governamentais externos ao território que participam de algum tipo de projeto no local e a utilização de fontes de dados secundários. Consideramos dados secundários: outras pesquisas realizadas no local que possam fornecer

informações, os documentos relativos às organizações (estatutos, regras, textos, falas, materiais de divulgação, projetos etc.), jornais, livros, internet (para aspectos históricos e sócio-econômicos), entre outros.

c. Temas principais

Os principais temas e pontos de investigação levantados pelo estudo e que têm a finalidade de servirem como guia para a construção dos instrumentos para a coleta dos dados e na identificação dos Analisadores que permitiram a compreensão do objeto de estudo, são: Dinâmica territorial; Formação de parcerias; Capital Social; Configurações institucionais; e Desenvolvimento local.

d. Procedimentos metodológicos

Utilização de métodos qualitativos (entrevistas em profundidade e observação) e quantitativos (questionários estruturados) para a coleta, sistematização e análise dos dados e, ainda, informações secundárias para a leitura dos dados sócio-econômicos das cidades que fazem parte do Território e de documentos e informações referentes às organizações a serem pesquisadas.

Como base para as investigações empíricas estudamos e apresentamos os procedimentos e princípios da Análise Institucional e para a sistematização, compreensão e análise das informações coletadas técnicas da Análise de Conteúdo, que veremos em detalhes a seguir.

1. Análise Institucional como base metodológica da pesquisa

O objetivo da Análise Institucional é o de através da análise dos produtos, das práticas e dos discursos sociais dos componentes das organizações envolvidas, procurar nos campos

objetivos, imaginários e simbólicos as características institucionais que podem influenciar a formação de parcerias intersetoriais para o desenvolvimento local.

I. A Análise Institucional para evidenciar as configurações institucionais

Fundamentamos-nos no método proposto por René Lourau (1975) e Georges Lapassade (1983). Resgatamos, assim, as bases conceituais da abordagem institucional, utilizando as noções de grupo, organizações e institucionalização, que fez com que chegássemos a um processo de análise que possibilita compreender o papel das configurações institucionais das organizações nos processos de formação das parcerias entre as mesmas.

Esta teoria parte do princípio de que os fenômenos políticos, sociais e culturais, dentre outros, que compõem o ambiente das organizações, moldam os comportamentos individuais e dos grupos (VIEIRA e CARVALHO, 2003). A teoria se constitui na interpretação simbólica da realidade organizacional de caráter subjetivo e objetivo, destacando a construção social desta realidade.

Buscamos com este método analisar os processos institucionais e suas influências em contexto de relações entre organizações de diferentes características, para isso nos baseamos, primeiramente no significado do termo análise, utilizando à definição de Yves Barel (In ALTOÉ, 2004, p 67).

“Em que consiste o método analítico? Baseia-se, essencialmente, na hipótese de que é possível explicar e compreender uma realidade complexa decompondo-a em elementos simples, analisando cada elemento e somando, ou pondo uma depois da outra, essas análises. O método analítico não rechaça as relações nem a interação entre os elementos. Mas se baseia na idéia de que tais relações são mais bem explicadas pela ação dos elementos, pois aquelas não explicam esta ação.”

Destacamos que o método escolhido como fundamento metodológico tem como princípio evidenciar as principais instituições das organizações presentes nos projetos e que podem exercer algum tipo de influencia nas relações entre as mesmas.

O conjunto destas instituições presentes nas organizações forma o que chamamos de Configurações Institucionais, ou seja, é a caracterização das organizações nos seus aspectos explícitos e também nos implícitos.

Assim, trata-se de uma análise sustentada pelo coletivo, que assume a tarefa de pesquisar, questionar e analisar a história, os objetivos, a estrutura e o funcionamento das organizações, além dos dispositivos, práticas, atores grupais, valores, normas etc., definidos dentro de um “*campo de análise*” específico, delimitado de acordo com os objetivos do pesquisador.

Destacamos que na metodologia da AI existe o chamado “*campo de intervenção*”, que indica o espaço para planejar estratégias, logísticas, táticas, técnicas para operar sobre um âmbito específico e transformá-lo concretamente. Assim, o objetivo final de uma pesquisa desta natureza pode ser o de proporcionar meios para melhorar o planejamento de projetos de desenvolvimento, porém, a teoria nos permite pensar num campo de análise sem intervenção, mas não em construir um campo de intervenção sem campo de análise.

A Análise Institucional sócio-analítica ou Socioanálise surgiu a partir da década de 60, como um prolongamento da Terapia Institucional, da Pedagogia Institucional, da Filosofia, da Sociologia Política e da Dinâmica de Grupo americana de Kurt Lewin. Direcionou-se em seguida para a análise de grupos sociais e não de indivíduos.

A AI é uma abordagem que utiliza um conjunto de conceitos e instrumentos para a análise das instituições e das relações entre instituições. Optamos por utilizar esta teoria por entendermos que a mesma pode revelar as características de um determinado grupo. Estas características definem as diversas instituições que formam este grupo e estas instituições determinam o perfil do mesmo.

AI estuda os sentidos cristalizados nas instituições. A identificação destes sentidos nas relações intersetoriais visa compreender as influências internas e externas que os mesmos

impõem nas ações e nos comportamentos, durante os processos da formação das parcerias.

Temos, então, que a Análise Institucional permite conhecer a rede de significações que uma instituição é portadora enquanto célula simbólica da sociedade, através dos produtos, dos discursos sociais que a práxis social gera nas organizações em suas relações.

A AI entende a instituição como uma célula simbólica que direciona ações e comportamentos através de uma estrutura institucionalizada que fora instituída por atores sociais, tidos como instituintes e/ou instituídos, que estão em constante dinâmica dialética com a instituição que, por sua vez, estão em confronto com outras instituições.

Lourau no livro “*A análise institucional*” (1975), realiza uma extensa discussão sobre o conceito de instituição e ele resume o mesmo através dos três momentos dialéticos, ou seja, os três momentos do conceito de instituição. (da universalidade, da particularidade e da singularidade).

O momento da universalidade ou da unidade positiva, que diz respeito à significação universal da instituição o que nos remete para uma análise de sua estrutura. É o momento da afirmação, o que diz respeito às normas, ao que está estabelecido, é o instituído da sociologia. São as ideologias, os sistemas de normas e os valores estabelecidos.

O momento da particularidade ou da unidade negativa refere-se à significação particular, contingente, histórica e dialética da instituição, é o momento da negação da afirmação anteriormente referida. É o ato de instituir, de fundar, de modificar o sistema anteriormente estabelecido.

O momento de singularidade ou da negação cujo conteúdo são as formas organizacionais, jurídicas ou anômicas. Expressa a significação singular da instituição, como negação da negação - uma segunda negação. Isto nos remete para o instituinte já instituído, é a negação da negação precedente. Refere-se a formas sociais visíveis, tangíveis. (LOURAU, 1975, p. 139).

Estes momentos descritos por Lourau sugerem que se deve distinguir, através da dinâmica da institucionalização, o que está se instituindo, o que já está instituído, e o que está em projeto de instituição, em curso de institucionalização.

Para Lourau a dialetização do conceito de instituição leva a sua imbricação dinâmica e tridimensional, ou seja, pensar a instituição hoje é pensar simultaneamente em instituído/universalidade, instituinte/particularidade e institucionalização/singularidade.

Podemos, agora, colocar as três dimensões que compõem uma organização e que são importantes para a análise (BARBIER, 1985), o instituído, o funcional e o relacional:

O instituído corresponde ao público, à exterioridade e a normatividade da organização. É a enunciação, a afirmação do que deve ser a organização. São as inscrições fundadoras que pretendem fixar o devir institucional.

O funcional corresponde a normatividade pragmática, pondo em prática o instituído, porém o trai e o reduz, limitando-se aos fins concretos da organização.

O relacional é a parte mais espontânea resultante da confrontação do instituído e do funcional com as pessoas que investem, assumem, efetuam e imaginam.

A outros pontos importantes a se considerar na dinâmica institucional das organizações. Um deles é levar em consideração que existem formas ideológicas, profundamente inscritas nas mentalidades, na prática social, e que a ideologia dominante se empenha em fazer passar por universais, logo racionais, normais, obrigatórias, intocáveis (LOURAU, In ALTOÉ, 2004).

Outro ponto importante da AI é o entendimento sobre os “*particulares*”, que são indivíduos ou grupos de uma organização (estas instâncias são instituições-pessoas ou instituições-grupos).

- Os particulares podem estar como **membros das instâncias instituídas**. Refere-se aos que estão institucionalizados, a priori defendem os princípios e modo de atuação de uma

organização e são os que exteriorizam e colocam em prática estes princípios. “*Por outro lado, as instâncias imediatamente inferiores são sempre diferenciadas em corpos constituídos, eles mesmos diferenciados pela organização e, sobretudo, pelo modo de recrutamento: com efeito, a divisão do trabalho*” (Idem).

- Os particulares como **usuários e mantenedores das instituições**. Os “*usuários*” são os que se ajustam, pelo menos publicamente, ao sistema de referência das normas que elas simbolizam e encarnam. Em função dos pertencimentos, o “*usuário*” poderá se beneficiar das formas singulares de ordenamento das normas universais aceitas (institucionalizadas). (LOURAU, In ALTOÉ, 2004). Os “*mantenedores*” são os que mantêm as instituições que repousam sobre o consenso, praticamente constante, dos membros da comunidade.

Ainda, temos aqueles que participam pouco ou muito da instituição do “*salário*”, estes contribuem a todo momento para a manutenção da ordem estabelecida. Também, os mantenedores podem ser percebidos como constituindo uma ou mais categorias privilegiadas, eles têm em princípio “*todo o interesse*” em manter intacta a instituição da qual dependem, bem como as outras instituições de interesse.

Existem também os fenômenos de compensação, de idealização, de sublimação das coações e de sobre-repressão, que alimentam e mantêm o funcionamento das instituições em locais mais burocratizados (forças armadas, universidade, administração pública etc.). (Idem, p. 54)

- Como **agentes de transformação institucional**. Atores sociais capazes de modificar um estado de coisas em uma determinada organização. Suas principais características são:

- *capacidade do ator - malgrado a alienação de qualquer saber fragmentário -, de analisar a posição que ocupa na estrutura social;*

- *orientação de tais ferramentas de análise para a prática social, tendo em vista assegurar uma crítica permanente da implicação institucional e da distância institucional do ator, bem como dos outros atores presentes ou presentificados em seu campo de ação;*

- *estilo de vida e ("mistério" da articulação entre vida privada e prática social) estado de disponibilidade para as ações coletivas de transformação institucional.*

Importante na análise distinguir os tipos de particulares, pois estes com suas respectivas contradições podem fazer parte da construção das instituições mediatizantes, elementos importantes no processo de institucionalização.

O conhecimento da práxis institucional dos grupos segue dois momentos complementares, com base em Barbier (1985, p. 190). Uma socioanálise institucional, que acompanha o grupo na sua história, avaliando a rede de diferenças e contradições que a práxis social gera e oculta a cada instante. A ênfase foi dada na relação instituinte e instituído.

Em um segundo momento a análise é feita baseada na teoria da sociologia institucional, que se dedica à análise dos momentos dialéticos singulares da práxis institucional, buscando compreender e explicar os fenômenos em um dado momento e espaço.

Colocamos por fim, que o principal objetivo da Análise Institucional é o de fornecer conhecimento para melhor entender as relações entre as organizações, através do desenho do perfil institucional das mesmas, ou seja, suas configurações institucionais.

II. A hermenêutica dialética como método analítico

A partir do respaldo no pensamento de Morin sobre complexidade do real, apontamos à utilização do método hermenêutico-dialético como meio para chegarmos à compreensão das significações das relações interinstitucionais. Para Minayo (1994b, p. 231) este é o método *"mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida"*. Desta forma buscamos entender o texto, a fala, o depoimento etc., como resultado de um processo social e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico, no

nosso caso as relações institucionais para o desenvolvimento.

A escolha da hermenêutica dialética como método teve o propósito de dar relevância à práxis e à incessante busca de entender o significado, mais do que reconstruir processos que se organizaram de forma seqüenciada, para enfim, buscar na linguagem da práxis a compreensão do sentido dos fatos que compõem a dinâmica das relações a serem analisadas. Assim, a relação entre o visível e o invisível, o manifesto e o não manifesto, as contradições existentes no contexto é tomado como parte de um processo em permanente construção. A utilização da Análise Institucional nesta pesquisa encontra respaldo nos aspectos dialéticos que compõem seus fundamentos teóricos e na sua possibilidade de análise entre o macro e micro, sejam eles o ambiente ou as estruturas internas das organizações.

2. A Grade de Leitura da estrutura institucional das organizações

A Grade de Leitura da estrutura institucional das organizações⁵ (Tabela 03) (BARUS-MICHEL, 2004), fornece um arcabouço descritivo para expor as configurações institucionais dos atores envolvidos, isso permite a obtenção do material para as análises do objeto da pesquisa. A Grade remete a leitura da dinâmica das organizações:

“...identidade, história e território fornecem orientações gerais, focalizam. O formal interno engendra obrigações. Certo número de regras de funcionamento o tornam normativos. Materiais e comportamentos resultam de efeitos, uma produção cujas conseqüências vão reagir sobre a instituição. Por sua vez o ambiente pressiona, os grupos exigem, as pessoas impõem demandas contrárias. Exigências e demandas impõem-se muitas vezes às finalidades, aos regulamentos e aos resultados. Sua articulação conforma os poderes.”
(BARUS-MICHEL, 2004, p. 145).

Para Barus-Michel (2004), em uma análise institucional a unidade abstrata e consensual deve ser exposta a partir da leitura de um grupo com a finalidade de expor suas instituições.

⁵ Com algumas adaptações para o nosso projeto.

A Grade permite compilar alguns tipos de elementos institucionais potencialmente presentes nos sistemas e cuja presença ou ausência são utilizados como índices verificadores do jogo instituído nas organizações e entre as mesmas a nível territorial.

A leitura da Grade permite levantar informações sobre:

I. Os elementos institucionais:

- os elementos públicos formais e observáveis das organizações, geralmente de acesso direto (inclusive documental).
 - Estes elementos estão localizados nas três primeiras linhas da grade: Exterioridade/Anterioridade (finalidades); Formal interno (regulamentos/resultados) e Manifesto informal (campo objetivo institucionalizado).
- os elementos mais ou menos reconhecidos, que agem de modo latente, são os que muitas vezes negam, contradizem os elementos do item anterior. Destes provém os material essencial de análise (estão localizados nas três últimas linhas da grade).
 - Estes elementos são os valores, crenças, costumes, tradições, práticas, discursos, o ambiente, pertencimentos etc. (campos simbólicos e imaginários).

Veremos mais detalhes sobre a Grade na parte III, Capítulo VI, Item 6.1.

Grade de leitura das estruturas institucionais das organizações

Tabela 03 – Grade de leitura das estruturas institucionais das organizações

Elementos institucionais (compõem as configurações das organizações)	Componentes (dados coletados)	Instâncias institucionais	Analísadores	Rede das Contradições
Exterioridade / Anterioridade (finalidades)	Identidade Social	Objetivo	analísadores históricos analísadores organizacionais	-Principais -Transversais -Verticais -Horizontais -Grupo
	História			
	Território (espaço de inserção)			
O formal interno (regulamentos/resultados)	Estatutos / Convenções			
	Funcionamento			
	Organização do tempo / espaço			
Manifesto informal	As tarefas (práticas)			
	Comportamentos ditos e agidos			
Pressões externas	O clima	Simbólico	analísadores sócio-econômicos	-Principais -Transversais -Verticais -Horizontais
	Realidade do contexto (atual)			
Exigências implícitas	Influência do ambiente (atual)			
	Pertencimentos transversais		analísadores políticos – relacionais	
Demandas individuais (inconsciente)	Relações de grupo	Imaginário	analísadores psicológicos	-Elementares -Grupo
	Representações			
	Necessidades			
	Afetos			
	Mecanismos de defesa			

Fonte: Barus-Michel, 2004 (adaptada pelo autor)

3. A construção / elucidação dos Analisadores

Analisadores são elementos que permitem enunciar as determinadas situações de contradição no campo dialético interinstitucional – acontecimentos ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo catalisadores, ou seja, produtos de uma situação que agem sobre ela (LOURAU, In ALTOE, 2004, p.132), dando acesso, principalmente ao não dito e ao oculto (BARUS-MICHEL, 2004, p 150).

Segundo Baremlitt (1996) os analisadores caracterizam os indícios apresentados pela organização que poderão auxiliar na explicação do objeto de análise. Os analisadores podem ser encontrados em qualquer lugar na organização e são dotados de sentidos que permitem compreender a forma como seus atores sociais compreendem a organização e as relações dentro dela. Um analisador pode ser espontâneo ou construído, ou seja, pode ocorrer ao acaso, involuntariamente; pode ser produzido pelo analista institucional com o objetivo de explicitar conflitos ou problemas nas organizações.

Os analisadores básicos a serem utilizados como ponto de partida são: analisadores históricos, analisadores organizacionais, analisadores sócio-econômicos e analisadores políticos - relacionais (de poder – de conflito).

4. A rede de contradições das organizações

A rede de contradições é formada a partir das instâncias institucionais objetivas, imaginárias e simbólicas. Para Barbier (1985) é a partir do reconhecimento das diferenças do momento da particularidade que se consegue analisar a rede de contradições institucionais como um fenômeno incontornável.

A análise a partir das contradições tem como fundamento o estado de conflito que se estabelece em uma organização. Assim, para analisar o jogo das forças institucionais é preciso especificar as principais contradições ativas no contexto, buscar compreender os

antagonismos (contraditórios no sentido dialético) e comportamentos decorrentes das diferenças essenciais. A elucidação das contradições auxilia na busca das principais instituições de uma organização.

A elucidação e análise das contradições visam buscar nos elementos contraditórios expostos nos discursos dos indivíduos e observados, informações que possibilitaram revelar as características ocultas existentes nas organizações. Portanto, as contradições individuais e dos grupos a nível micro (intra-organizações) são utilizadas, aliadas aos elementos da grade, para evidenciar as principais instituições das organizações referentes aos comportamentos na formação das parcerias a nível mais macro (interorganizações) dentro de um território em estudo. A seguir os principais tipos de contradições a serem pesquisadas e analisadas (com base em Barbie, 1985).

Contradições Transversais. Para Barbie (1985) estas são as contradições que provêm da ação da transversalidade do grupo, quer dizer, das relações com o ambiente técnico, econômico, político (relações de poder), cultural, social e ideológico (que articula a interpretação da realidade social). São as características macrossociais se refletindo nas microssociais e, ainda, elas permeiam as contradições dos outros níveis, pelo menos no essencial (BARBIE, 1985, p. 177), sem com isso fazer das outras mero reflexo da ação da transversalidade da organização.

As contradições transversais podem ser identificadas na análise da própria estrutura da organização, que podem ser capturadas através da leitura de alguns elementos institucionais da Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações. (vide pág. 80)

O conceito de transversalidade na análise é fundamental para se explicar às dinâmicas das organizações. Elas não estão isoladas dos conflitos da sociedade global, são atravessadas pelo jogo das forças sociais, pelos modelos da realidade exterior, pela sociedade global, com suas desigualdades, suas relações de força e de dominação e pelas pertinências de seus

membros aos grupos, categorias e ideologias.

“As particularidades de pertencimento e de referência atravessam a organização, porque o sistema social global, a estrutura da sociedade dividida em classes refrata na unidade micro-social da organização. A transversalidade constitui a multiplicidade dos “momentos” da vida social, e, a maneira como ela é regulada em cada pertencimento institucional representa uma das questões que a socioanálise tenta compreender.” (MARTINS, 2000)

Contradições Elementares. Situam-se ao nível individual dentro de cada organização e que resultam da distancia entre os desejos e as possibilidades de realização dos mesmos. São contradições entre o imaginário e o objetivo por análise do simbólico como instância mediadora. Portanto, pode indicar insatisfação com os tipos de ações desenvolvidas na organização, revelando, assim, várias características da mesma, que no fim são impostas e aceitas por estes indivíduos. A instancia imaginária do individuo formado na sua relação com o ambiente se confronta com a instancia objetiva do grupo, com o que está posto, intermediado com aquilo que o grupo representa, o simbólico.

Contradições de Grupo. No momento da particularidade na dialética da organização podem nascer subgrupos, que possuem suas próprias contradições que poderão interferir no conjunto das instituições das organizações e, também, em relação a outros subgrupos, que, também, auxiliam na formulação das instituições. Neste sentido encontramos diversos tipos de grupo dentro de uma organização, que serão diferentes em outras e que terão outros campos. Os grupos podem se formar desde a simples separação de gênero, educação, condições sociais, tendências políticas, religiões, time de futebol, interesses etc.

Cada grupo destes terá, então, suas próprias características, partindo dos seus imaginários e conseqüentemente da sua simbolização própria da organização, claro que isto dependerá do grau de institucionalização de certos campos, o que leva a construção de instituições que entram no jogo geral, podendo exercer influencia no mesmo.

Quanto mais diversificadas forem as formas de atuação e ou de divisão do trabalho,

mais grupos existirão e assim, mais elementos contraditórios ao nível geral poderão existir, tornando o jogo instituído instituinte cada vez mais acirrado.

Contradições Verticais. Internamente nas organizações são as contradições de poder de decisão, de capacidade, de legitimidade e de dominação. Aqui ressalta-se que os indivíduos que exercem cargos de primeiro escalão, geralmente, refletem os comportamentos principais da organização, assim, outros grupos terão suas contradições, geralmente, com o grupo gestor, o que revela muitas das posições institucionais da organização.

Contradições Horizontais. As instituições de cada organização entram em relação com as de outras organizações internas e externas ao Território. No caso do nosso projeto são entre organizações de mesma classificação (ONG x ONG – Privado x Privado – Governo x Governo) e de classificações diferentes (ONG x Privado – Governo x ONG – Privado x Governo). Essas instituições geram contradições e conseqüentemente podem proporcionar uma visão geral das configurações institucionais de um Território.

5. *Os significantes*

Seguimos aqui a posição de Barus-Michel (2004, p. 152) quando afirma que a análise *“Trata-se sempre de liberar significantes e de ver como se articulam. Cada instituição é um arranjo singular a ser decifrado”*. Para ela o objeto da análise é explicar esses arranjos, os encadeamentos, a equivalência, as oposições, os vazios, de onde a instituição se significa e se coloca na prática. *“Os significantes são esses elementos institucionais que adquirem sentido ao serem articulados de acordo com certos modos e ao ocuparem um lugar diferenciado no conjunto”*. (*idem*)

A análise apoiada pela Grade busca encontrar as instituições mais significativas dos atores intersetoriais envolvidos no Território que possam influenciar nas relações entre os mesmos para a formação de projetos de desenvolvimento.

6. A Sociologia institucional

Para complementar e dar sentido aos elementos captados através da Grade de leitura, e assim chegar ao conhecimento das principais instituições que se relacionam com a formação de parcerias, seguimos alguns aportes teóricos colocados por René Barbier (1985) a respeito da análise sincrônica do campo dialético das instituições, o que o autor chama de “*Sociologia Institucional*”. Portanto os elementos institucionais levantados pela Grade possuem seus aspectos históricos, como veremos na parte III, Capítulo VI, Item 6.1., e são tratados a nível da rede de objetivação das organizações, levando em conta os comportamentos e ações das mesmas (os produtos, as práticas e os discursos) no contexto do Território. Isto se associa ao que estamos chamando de “*Totalidade Dinâmica*”, ou seja, o espaço e o momento histórico delimitados dos eventos que preconizam a situação momentânea dos aspectos comportamentais do grupo.

Barbier (1985) afirma serem indispensáveis detectar marcos, totalidades parciais e precárias para conseguir o “*Trend da Práxis*”⁶ (*tendências das práticas*) das organizações.

Para Barbier (1985) o objetivo da Sociologia Institucional é o “*reconhecimento, a decodificação e a decifração o campo institucional singular. Sua intenção é a de contribuir para o conhecimento (imperfeito) da hipercomplexidade da prática num determinado ponto da ação*” (Idem, p. 181). Isto significa entender o campo institucional no momento da singularidade, do concreto, onde acontecem os jogos relacionais dentro de cada organização e destas com outras.

A análise permite a busca dos marcos e das estabilidades provisórias da práxis institucional das organizações dentro da “*Totalidade Dinâmica*” e através destes analisar o campo institucional mediatizante e mediatizado, produzido e reproduzido nas mesmas,

⁶ “O conhecimento do “*Trend da práxis*” impõe o reconhecimento de “*momentos*” significativos, totalidade parciais dialéticas suscetíveis de serem analisadas sincronicamente (decodificação). ...Cada momento é concebível na análise como uma trama de contradições dinâmicas, estruturada principalmente pelas contradições de uma totalidade englobante significativa. (Barbie, 1985, p. 169 – Sexto princípio básico da pesquisa-ação institucional).

buscando apreender como e com que força o imaginário social que está permeado de instituições “*mediatizadas*” se projeta em um determinado grupo ou organização por meio de instituições “*mediatizantes*”. Para Barbie (idem) duas instâncias devem ser destacadas na análise: a instância do reconhecimento e decodificação do campo institucional mediatizante e a instância da decifração do campo institucional mediatizado.

I. O campo institucional mediatizante

É aquele que é constituído por uma ou o por um conjunto de instituições intermediárias que servem como mediadoras nas relações de força entre o instituinte e instituído em uma organização, em um dado momento. Possui grande importância na análise, pois geralmente são os campos dos grupos que não pertencem ao primeiro escalão, mas que de alguma forma exercem influência nas decisões da organização (os particulares como agentes de transformação institucional), possuindo contradições diretas com o instituído, geralmente defendido pelo principal grupo gestor (os particulares como usuários e mantenedores de instituições).

O campo institucional mediatizante é definido dentro de uma “*Totalidade Dinâmica*” estabelecida, que pode ser exatamente o tempo e o espaço em que um grupo, ou suas idéias ou ideais, estão à frente da organização.

Este embate entre o que está posto e as instituições mediatizantes poderá levar as mudanças mais profundas na organização, por isso a importância de se dar atenção às mesmas. Porém, a estabilidade no campo mediatizado poderá ser menos abalada dependendo do nível de relação da organização com o ambiente externo e interno.

Uma instituição mediatizante influenciará as relações de acordo com seu grau de amplitude dentro do espaço na “*Totalidade Dinâmica*” e inversamente poderá perder força se o tempo histórico da formação do instituído for maior, englobando valores, tradições,

convenções etc., mais arraigadas pelo tempo, ou mesmo, se as renovações internas forem reduzidas ou não existirem nesta Totalidade.

O reconhecimento e a decodificação da lógica interna dos produtos, práticas e discursos sociais permitem *“procurar, no seu campo simbólico, uma ordem institucional escondida, latente, um modelo estrutural de inteligibilidade de elementos diversos que a perspicácia do pesquisador vai tornar coerente”*. (BARBIER, 1985, p.188)

Portanto, a decodificação e delimitação da coerência interna e a autonomia relativa do campo institucional mediatizante, reverte-se em informações importantes para o aprofundamento da análise, haja vista, que para um diagnóstico institucional que tenha resultados satisfatórios deverá partir, também, da(s) instituição(ões) mediatizante(s) mais evidente(s) e importante(s) para o objeto de análise.

II. O campo institucional mediatizado

Barbie (Idem, 188) coloca que decifrar e analisar o campo institucional mediatizado se constitui no ponto culminante da sociologia institucional.

Decifrar o campo institucional mediatizado significa decodificar e apreender a estrutura institucional mais significativa que caracteriza uma organização como um todo e demonstra a lógica interna da mesma, que quase sempre é invisível, ou seja, é reconhecer as características principais. Estas características definem as formas de comportamento e de atuação de uma organização em uma determinada *“Totalidade Dinâmica”* onde se situa espacialmente e temporalmente a mesma, o que certamente envolve as relações com outras, sejam de mesma área ou de diferentes áreas de atuação.

O conjunto destas instituições mediatizadas irão se constituir nas configurações institucionais da organização, que, agora sim, após serem analisadas, representarão um perfil para um ou mais campos de análise pré-definidos pela demanda e ou durante o trabalho de

análise, caracterizando-as de forma a se ter condições de se mostrar resultados.

O campo institucional mediatizado, ou seja, o campo das instituições institucionalizadas e muitas vezes reificadas em uma dada organização, expressa da maneira sempre dissimulada o confronto entre o momento imaginário da universalidade e o momento real da particularidade da instituição. O resultado deste confronto se impregna nos indivíduos, nos grupos (os particulares como membros de instâncias instituídas), se concretizando nos objetos, nas práticas e se afirmando nos discursos sociais, que vão produzir o simbólico. (Idem, p. 189)

7. Análise de Conteúdo para sistematização e análise dos dados coletados

Como técnica para tratar e analisar as informações a serem coletadas, optamos pelos recursos da Análise de Conteúdo (AC), conforme proposto por Bardin (1994). Para este autor a AC é uma ferramenta para a compreensão da construção dos significados que os atores sociais exteriorizam nos seus discursos. AC é definida por BARDIN (1994, p 37) como:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”.

AC, segundo Bardin (1994), é um método para ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo, enquanto na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica do conteúdo ou do conjunto de características num determinado fragmento de mensagem considerado. Possibilitando, assim, a interpretação dos dados, onde buscamos compreender as características, estruturas e/ou modelos que estão por trás das mensagens levadas em consideração (GODOY, 1995).

I. O sentido oculto do discurso

A AC parte do pressuposto que por trás do discurso dos atores esconde-se um outro sentido que convém descobrir através da análise qualitativa, possibilitando a interpretação dos dados, pela qual o pesquisador passa a compreender características, estruturas e/ou modelos que estão por trás das mensagens levadas em consideração (GODOY, 1995). Para Bardin, é necessário evidenciar mensagens que se escondem por detrás de um discurso aparentemente simbólico e polissêmico.

Temos então que a AC parte de uma comunicação de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, relacionando estruturas significantes com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados, levando em conta elementos psicossociais e o contexto onde ocorre processo de produção de mensagem, como afirma Bardin (1979, p. 42). *“A leitura do analista de conteúdo não é apenas uma leitura ao pé da letra, mas um trabalho em nível mais aprofundado. Trata-se de obter significados de natureza psicológica, sociológica, histórica etc.”*. Assim, a AI busca os conteúdos latentes, relacionado ao contexto e à história dos fatos.

A análise de conteúdo pressupõe uma *“leitura das entrelinhas”* dos textos e falas para captar a intenção do enunciador e, com isso, encontrar uma mensagem oculta por trás daquilo que foi expresso e que carece de uma metodologia adequada para ser desvendado. Para isso a AI reúne um conjunto de técnicas bem definidas para captar a mensagem transmitida. *“Tratando-se de um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”* (BARDIN, 1979, p. 9).

Segundo Richardson (1999, p. 222) o estudo das comunicações é básico para compreender o homem, sua história, seu pensamento, sua arte e suas instituições, em suma, é um instrumento importante para estudar as interações entre atores sociais. Ainda, segundo Bauer (2003, p. 192) textos contém registros de eventos, valores, regras e normas,

entretenimento e traços do conflito e do argumento, permitindo reconstruir valores indicadores e cosmo visões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos, permitindo com isto a realização de comparações entre atores e colocamos, ainda, permite evidenciar como um determinado ator se reconhece e reconhece outro(s) ator(es).

Aliado a isto, tem-se que a AC pode reduzir a complexidade de uma enorme coleção de textos (Bauer, 2003, p. 191) através da classificação sistemática das unidades de comunicação, resultando em uma descrição curta de algumas de suas características, que são evidenciadas para busca das respostas para as questões levantadas, o que vem de encontro aos objetivos deste projeto.

II. Etapas da Análise de Conteúdo

Partindo dos objetivos, das hipóteses e das questões da pesquisa, o primeiro passo para a análise de conteúdo consiste em estar de posse dos dados coletados. Em seguida é feita a preparação e a identificação dos textos onde se gera um quadro que organiza e articula os conteúdos encontrados nas entrevistas, nas observações e na análise dos documentos. Assim, os recortes de textos são às unidades de registro de investigação, em torno das quais se estruturaram as categorias de análise. As etapas da análise categorial são as seguintes: Pré-análise; Exploração do material; e Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, que segundo Bardin (2004, p. 89) corresponde a um período de intuições, é a fase de organização do material coletado e o momento de fixar o que o autor define como corpus da investigação, que é a especificação do campo que o pesquisador deve centrar a atenção. Enfim, o objetivo desta fase é o de tornar operacional e sistematizar as idéias iniciais da pesquisa com relação a sua etapa de análise do que foi coletado, tendo como base os objetivos, questões, hipóteses e teorias que fundamentam o estudo.

Segundo Bardin (2004, p. 89), a primeira fase possui algumas sub-fases: a leitura do

material disponível, a escolha dos documentos que serão utilizados para a análise, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que fundamentarão a interpretação final e a preparação do material para a análise propriamente dita.

A segunda fase é a exploração (análise) do material. Busca o cumprimento das decisões tomadas anteriormente e na utilização dos resultados obtidos na pré-análise. Consiste basicamente na codificação, categorização e quantificação das informações contidas no corpus da pesquisa em função de regras e procedimentos definidos anteriormente (que foram orientados pelas hipóteses e pelo referencial teórico), surgindo desta análise quadros de referências, que buscam sínteses coincidentes e divergentes de idéias, que serão interpretados durante a fase de tratamento dos resultados.

A análise por categorias, *“funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”* (Bardin, 2004, p. 153). A categorização é feita por temas: *“entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples”* (Idem).

Com base nas teorias sobre desenvolvimento territorial, capital social, formação de parcerias, devem ser levantados os principais temas e sub-temas e, também, a determinação dos critérios para os recortes e seleção dos materiais a serem codificados.

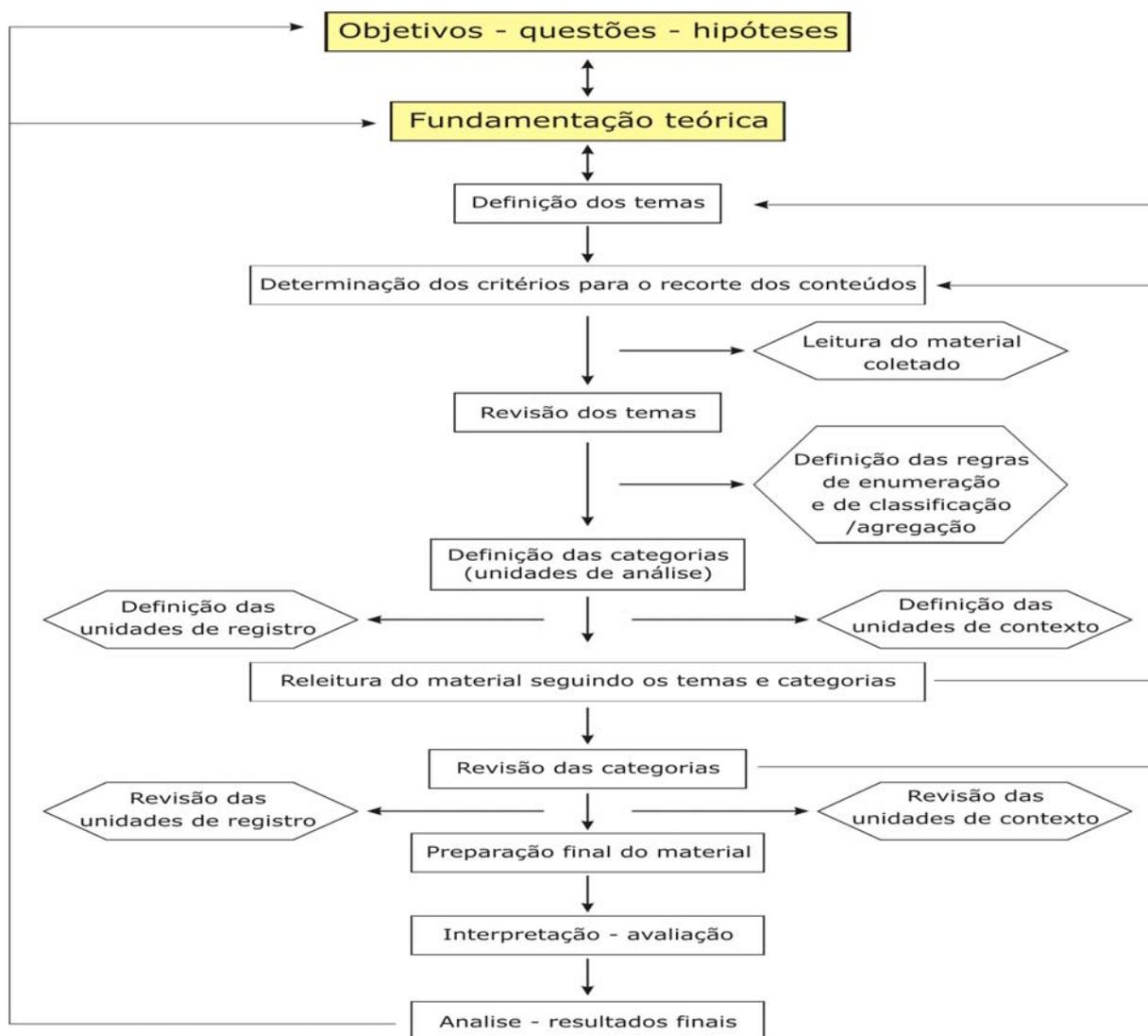
Segundo Bardin, a codificação corresponde a uma transformação, efetuada segundo regras precisas e pré-estabelecidas. Os dados codificados foram sistematicamente agregados em unidades, as quais permitiram obter uma representação do conteúdo discursivo ou da sua expressão, esclarecendo a cerca das principais características do texto, permitindo, assim, a comparação entre os discursos dos diferentes atores participantes a respeito do objeto da pesquisa.

A partir dos problemas e objetivos da pesquisa e de posse dos resultados brutos

devidamente codificados, categorizados e quantificados, inicia o processo de análise propriamente dita, realizando os cruzamentos, comparações e às interpretações das informações coletadas e tratadas na fase anterior. Este é o momento de fazer as observações, considerações e conclusões da pesquisa.

O seguinte modelo do processo demonstra a seqüência do processo de análise:

Figura 01. Seqüência da análise de conteúdo.



Fonte: o autor

Finalmente, ressaltamos que a utilização da Análise de Conteúdo é importante para a compreensão das falas e dos textos dos atores, através das sistematizações por categorias dos núcleos temáticos, o que permite a leitura das posições contraditórias coletadas nos discursos e nas observações.

5.3. Procedimentos de pesquisa

Neste item apontamos procedimentos a serem utilizados na coleta e na análise dos dados. As etapas são:

- a. Observação em eventos realizados no âmbito do Território;
- b. Entrevistas em profundidade;
- c. Questionários estruturados para medir Capital Social; e
- d. Pesquisa documental (dados secundários).

Observamos que por ser uma pesquisa basicamente qualitativa, a amostra pode ser definida de forma intencional (com base em critérios da qualidade das informações a serem coletadas pelos atores⁷), não sendo, portanto, uma amostra quantitativa que represente o total de atores que compõem o universo do Território, mas que contemple uma amostra significativa dos atores que possivelmente farão parte do projeto.

A seguir detalharemos os procedimentos de cada uma das técnicas, bem como o *corpus* da pesquisa:

a. Primeira etapa: observação em eventos e reuniões realizadas no Território

Pode-se iniciar a pesquisa com a participação em alguns eventos, como fóruns, encontros e reuniões realizadas no âmbito do Território sobre o projeto a ser implementado ou mesmo sobre projetos em andamento. Nestes encontros são preenchidos os protocolos de observação (Vide modelo anexo). Neste primeiro momento é possível identificar os atores que fazem parte do Território, bem como, verificar a falta de outros que poderiam estar participando, já que fazem parte do Território e podem ser considerados como atores chave neste processo. Neste sentido Prefeituras, ONG's e Empresas Privadas consolidadas na região são esperados em alguns encontros de âmbito geral. Nestes eventos são feitas as escolhas dos

⁷ Os critérios para a formação da amostra podem ser os seguintes (por ordem de prioridade) 1. Fazer parte do Território como organização formal ou informal; 2. Possíveis participantes do projeto; 3. Outros

atores e os contatos para a aplicação dos questionários e das entrevistas.

As observações têm como objetivos acompanhar, descrever e analisar o processo de formação de parcerias no âmbito do Território. Assim durante os eventos e reuniões realizadas, devem ser observados os comportamentos específicos dos participantes sobre o processo de implementação do(s) projeto(s) e, principalmente, os tipos de acordos e parcerias que os mesmos se prontificam realizar ou os procedimentos nos que estão efetivamente sendo realizados.

A participação nestes eventos permite o recolhimento de informações geradas nos atos espontâneos dos atores, como em reuniões entre os diversos participantes, em eventos desenvolvidos pelas organizações do Território, entre outras formas de participação.

Durante as observações procurar captar informações sobre as formas simbólicas de reconhecimento mútuo entre os participantes, inerentes ao ambiente de formação de parcerias para o desenvolvimento territorial.

Assim, discursos, atitudes pro e contra, dificuldades levantadas, vantagens e desvantagens exteriorizadas e momentos reflexivos dos atores setoriais, deixam transparecer muito sobre os detalhes que envolvem este tipo de relação.

Por fim, as observações permitem a coleta dos produtos, práticas e discursos dos atores envolvidos, a identificação de alguns analisadores situando o campo simbólico de cada um que auxiliaram na verificação das instituições mais significativas das organizações que compõem os três setores da sociedade.

Durante e logo após as observações devem ser feitos registros minuciosos em diário de campo (protocolo de observação) para posterior análise.

Estas informações auxiliaram na formatação da Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações que se completa com as entrevistas em profundidade, os questionários estruturados para medição do Capital Social e com os dados secundários. Nesta etapa começa a caracterização dos atores envolvidos quanto suas configurações institucionais.

b. Segunda etapa: entrevistas em profundidade

Após a escolha dos atores, segundo os critérios requeridos pelo projeto, inicia-se a aplicação das entrevistas em profundidade. (Vide modelo anexo)

A realização de entrevistas em profundidade visa aprofundar a compreensão das configurações institucionais dos atores envolvidos. Entre seus objetivos estão: à tentativa de compreender as formas como os outros atores são percebidos pela organização, as visões gerais sobre a formação das parcerias, posições sobre desenvolvimento territorial, conhecimentos específicos sobre a organização, coletar dados para a formatação da Grade de leitura e buscar decifrar as contradições existentes na organização, através de perguntas direcionadas para isto.

É importante para a busca das contradições definir uma amostra estratificada de atores dentro da organização e com um número suficiente para poder fazer as comparações e cruzamentos.

Com as entrevistas busca-se aprofundar os dados levantados nas outras etapas e fazer um cruzamento entre as mesmas.

A partir de perguntas e colocações sobre os temas centrais da pesquisa (desenvolvimento territorial, formação de parcerias entre os três setores da sociedade) as entrevistas tem a finalidade de captar as opiniões, valores, regras, estatutos, conhecimentos dos entrevistados a respeito das suas Organizações e sobre a relação com os outros setores participantes.

A seleção dos entrevistados deve ser feita de tal maneira que, no seu conjunto, a pesquisa cubra os temas e sub-temas propostos pela pesquisa e alcance os mais variados níveis de conhecimento e de situações onde os mesmos apareçam.

Os resultados das entrevistas colaboraram para a formatação das informações requeridas na Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações e para o

levantamento das contradições que auxiliaram na busca pelas instituições de cada organização.

c. Terceira etapa: questionários estruturados para medir Capital Social

Para verificação das relações entre os diversos atores sociais envolvidos.

A finalidade do questionário para medir Capital Social (Vide modelo anexo) é o de através de um conjunto de questões essenciais gerar uma base de dados quantitativos sobre as várias dimensões do Capital Social entre os atores do Território.

O objetivo desta medição é o de obter dados sobre as relações entre os atores dos três setores e com isso se ter a possibilidade de verificar a posição que ocupa o Capital Social na formação de parcerias entre as Organizações de diferentes setores e áreas de atuação e com diferentes configurações institucionais.

Portanto, os dados e as análises relativos à medição do Capital Social entre as organizações do Território têm a finalidade de possibilitar um estudo comparativo e um contraponto com os resultados das relações entre as configurações institucionais de cada organização, dentro de cada uma das dimensões levantadas na medição do Capital Social, para, então verificar em qual(is) destas dimensões se encontram as maiores possibilidades de influência e conseqüentemente de interferências das instituições na geração e na mobilização de Capital Social, elemento primordial para a formação das parcerias.

Desta forma, é importante para a análise de projetos de desenvolvimento a nível territorial aprofundar a compreensão da relação entre Capital Social e as configurações institucionais das organizações.

Para operacionalização da medição do Capital Social utilizamos os conceitos de Capital Social estrutural e cognitivo. (Vide Cap. II, item 2.2)

As dimensões utilizadas para a medição do Capital Social são (Vide modelo em anexo)

- I) Nível de participação em Associações e Redes Locais (estrutural);
- II) Grau de confiança e solidariedade (cognitivo);
- III) Nível de ação coletiva e cooperação (estrutural e cognitivo);
- IV) Nível de informação e comunicação (estrutural e cognitivo);
- V) Coesão e identidade territorial (cognitivo); e
- VI) Autoridade, empoderamento e ação política (cognitivo).

d. Quarta etapa: coleta e análise de dados secundários

Levantamento da documentação disponível referente ao Território no que diz respeito às condições sócio-econômicas e históricas do mesmo.

Utilização de dados de outras pesquisas realizadas sobre o objeto da pesquisa.

Estudo e análise de documentos relativos às organizações pesquisadas: estatutos e normas internas, análise histórica através de documentos, jornais, internet, livros e revistas. Estes documentos visam a formatação da Grade de Leitura.

Pesquisa de documentos que possibilitem a caracterização das organizações pesquisadas.

e. Procedimentos de análise

A análise dos dados é realizada segundo as etapas previstas pela análise de conteúdo, descritas anteriormente.

- a. Para a observação nos eventos e reuniões:
 - 1. Pré-análise - observações gerais sobre os eventos e reuniões;
 - 2. Tratamento das anotações buscando nas falas os termos e expressões que tragam informações de interesse para o objeto da pesquisa. (atitudes pró ou contra, dificuldades, tipos de relacionamentos, tipos de projetos e acordos ou

ausência dos mesmos etc.).

b) Para as entrevistas:

1. Leitura das respostas e anotações buscando os conteúdos mais comuns e os termos e expressões repetidos com maior frequência;
2. Depois de determinado os princípios da codificação, é necessário à classificação dos elementos constitutivos do texto por categorias analíticas;
3. Análise das respostas que podem evidenciar as contradições internas das organizações. (Vide modelo em anexo)

c) Para a análise dos questionários sobre o Capital Social:

1. Utilização de software específico (SPSS 14 ou outro) para definir as frequências das respostas;
2. Criação de índices para os tipos de dimensões do Capital Social;
3. Análise dos resultados a partir das frequências.

d) Para a análise dos documentos:

1. Leitura dos estatutos, textos históricos em jornais, revistas e internet para a busca dos padrões das ações das organizações e assim obter as unidades de significado;
2. Verificação dos conteúdos contidos nos documentos para o levantamento dos elementos institucionais contidos na Grade de Leitura.

e) Fazer estudo comparativo entre os resultados da medição do Capital Social em suas seis dimensões com as instituições levantadas das organizações, verificando em qual(is) dimensões houve influências mais acentuadas.

PARTE III

CAPÍTULO VI

A busca pelos dados na pesquisa empírica

Neste capítulo colocamos nossa proposta para a operacionalização, a partir de uma pesquisa empírica, dos elementos institucionais da Grade de leitura das estruturas institucionais das organizações, dos analisadores, das contradições e do Capital Social.

Para isto levamos em consideração que a base para a busca dos resultados na pesquisa empírica, parte do entendimento de que o método dialético tem como fundamento o conhecimento da estrutura da realidade social enquanto totalidade concreta. Isto propicia a leitura das contradições essenciais desta realidade, permitindo a compreensão das principais características que permeiam as diferentes estruturas sociais e, que no fim, auxiliam na explicação dos seus comportamentos e de suas ações.

Para instrumentalizar esta busca utilizamos o conceito de “*Totalidade Dinâmica*” (YAMAUTI, 2006), que é o conhecimento concreto de um período⁸ específico de um determinado ambiente (espaço - tempo) e suas relações com outros ambientes. Este processo busca descortinar as contradições de ordem estrutural a nível micro, entre sujeitos de diversas origens, funções e posições que se encontram no ambiente estudado, permitindo captar, através da análise destas contradições as principais instituições das organizações em questão.

6.1. Os elementos institucionais da Grade de leitura das estruturas institucionais das organizações

a. Exterioridade / anterioridades (a identidade social, a história e o território

⁸ Intervalo de tempo compreendido entre duas configurações diversas em alguns de seus aspectos essenciais facilmente identificáveis. Configuração seria a unidade elementar abstrata de uma totalidade dinâmica, isto é, um momento supostamente congelado do processo conjuntural que se desenvolve no plano superestrutural de uma formação nacional.

como espaço de inserção).

O primeiro elemento institucional a ser analisado neste item é a “*identidade social das organizações*”. Este elemento caracterizado, primeiramente, pela “*razão social*” das mesmas, identifica e as caracteriza no sistema social, demonstrando nitidamente o campo de atuação e o setor da sociedade em que se localizam o que por si só já traz várias características específicas de cada uma, bem como, demonstrando suas primeiras diferenças.

Ainda o conhecimento da identidade social permite “*começar*” a identificar alguns pertencimentos, dependências, programas políticos, visões econômicas e sociais de cada organização, fazendo, também, detectar laços oficiais e não oficiais, tipos de imposições, opressões diretas e indiretas e as, de certa forma, liberdades.

As diferenças básicas são aquelas que dizem respeito ao foco e formas de atuação entre as organizações dos três setores. Diferenças relativas ao próprio sentido de existência das organizações, ou seja, mercado o lucro, governo o poder e organizações da sociedade civil a causa e a liberdade de agir em prol do social.

O conhecimento prévio das identidades das organizações é um passo importante para o início da construção das instituições de cada uma, pois estas identidades representam à porta de entrada dos indivíduos nestas estruturas.

O segundo elemento institucional é a “*história das organizações*”. “*Dizer a história é se abrir à possibilidade de compreender o presente*” (BARUS-MICHEL, 2004). A organização é situada no tempo, que pode ser entendido para análise desde sua fundação ou marcada por tempos delimitados, que de alguma forma tiveram influencia nas suas configurações. As organizações sofrem mudanças no tempo, passam por diferentes eventos, crises, rupturas que as marcam e deixam vestígios e acumulam experiências (Idem). Portanto, as organizações de hoje extraem seus sentidos das diversas situações dos caminhos

percorridos nos tempos históricos, por isso, certas características, comportamentos e ações só se compreendem buscando a referência na história.

A história analisada para compreender o presente poderá estar associada a qualquer um dos ambientes (geral, operacional, interno), podendo os mesmos estar em inter-relação e, ainda, como utilizamos o conceito de “*Totalidade Dinâmica*” ela pode ser delimitada por eventos ou acontecimentos que marcaram a vida da organização, como por exemplo, mudanças na direção (corpo de diretores), mudanças nas formas de gestão, acordos com outras organizações etc.

O terceiro elemento institucional é o “*Território*”. O território insere as organizações e conseqüentemente as instituições em um espaço e isto afeta as mesmas. Podemos ter diferentes práticas e relações sociais muito deferentes de acordo com a localização no espaço, quer ele seja urbano, rural, situado em locais de periferia pobre, residencial etc., os sentidos assumem posições diversas. Este espaço tem ligação com a história das organizações e conseqüentemente com a formação das suas instituições. No espaço específico onde se localiza cada organização podem ocorrer ou terem ocorrido pressões políticas, ideológicas, conjunturais no sentido econômico e social e estas pressões vão formando as características destes atores, que no fim, vão se refletir na construção inconsciente ou não das suas instituições.

O “*Território*” constitui os ambientes onde surgem, desaparecem ou até ressurgem instituições. No nosso estudo os ambientes foram categorizados de três maneiras: em Ambiente Organizacional Interno (microambiente), materializado pelas Organizações dos três setores da sociedade, o Ambiente Organizacional operacional, materializado pelo Território, local onde é realizada a coleta de dados e Ambiente Organizacional Geral (total – macroambiente), materializado pelos processos de âmbito estadual, nacional e mundial que de alguma forma exercem influencia nos outros dois ambientes. Faz-se importante evidenciar o

ambiente micro em relação com o ambiente macro onde buscamos captar também as interdependências entre eles, com as influências e as pressões, e conseqüentemente, o resultado na formação das configurações institucionais das organizações.

A identidade social, a história e o território correspondem ao que é público das organizações, o que é visto de fora e que pode dar início à apreensão das suas instituições.

b. O formal interno (os estatutos / convenções, o funcionamento, a organização do tempo / espaço e as práticas / tarefas).

Também fazem parte da instância objetiva das instituições. São elementos institucionais do domínio interno das organizações, não sendo de acesso direto do público externo. **Nesta instância existem os estatutos** que são uma espécie de constituição ou modelos jurídicos que regem o funcionamento das organizações e, também, as formas permitidas de modificações deste modelo. São essencialmente disciplinares, contendo as regras e as normas que regem o funcionamento e os papéis dos participantes e, ainda, normatizam as relações de poder e o acesso aos modos de utilização dos meios econômicos (BARUS-MICHEL, 2004, p. 137).

O conhecimento destes documentos permite, entre outras, uma leitura das relações de poder, tanto ditas e não ditas, pode demonstrar ainda a existência de procedimentos, abertos ou não, sobre as relações com outras organizações. Para Barus-Michel (2004) é importante analisar os estatutos para verificar suas intenções e medir sua eventual distância em relação ao funcionamento real das organizações. Podem se somar a este, **convenções e regulamentos anexos**, inerentes aos procedimentos nas ações e, mesmo, regulando as linhas de comportamento.

Os estatutos, convenções ou regulamentos anexos, podem ser analisados através dos próprios documentos que os contêm ou através dos discursos oficiais que são mantidos e

reconhecidos nas organizações através de textos, servindo como forma de descrever as mesmas. Sendo estes os discursos oficiais eles explicitam as finalidades, os valores, a ideologia marcante, as regras de convivência e de comportamento e as formas de ação etc., indo muitas vezes além dos estatutos, revelando outras características.

Continuando a analisar o formal e o interno, encontramos outros elementos capazes de possibilitar uma interpretação das organizações. Temos **a ocupação dos espaços físicos**, que diretamente revelam as facetas do poder e da ideologia instituídos. Assim, a distribuição e atribuição de lugares e papéis, que explicitam hierarquias e valores, revelam pormenores das características explícitas e implícitas das organizações, auxiliados, ainda, pelos lugares que são proibidos para uns e não para outros.

A forma de organizar o tempo é outra maneira de se buscar pequenos detalhes que possam ajudar na compreensão e na construção das instituições, principalmente no que diz respeito ao ritmo da organização e ao regime de trabalho, que podem ser reveladores de contradições, quando entra em confronto a relação vida privada e vida social, ou seja, indivíduo e coletivo.

Por fim, **as funções e papéis** são, também, reveladores de características das organizações. Pode-se partir da análise do organograma funcional que designa papéis e status, dependências, reciprocidades, subordinação e as vias por onde circulam as informações e o poder (Idem, p. 139). O organograma dá uma idéia da complexidade ou da simplicidade das relações funcionais, da hierarquia, da estrutura funcional se é aberta ou fechada, autoritária ou democrática, arcaica ou moderna, etc.

Como colocamos, estes elementos são da ordem do objetivo e podem auxiliar na busca de elementos reveladores das instituições das organizações. Estes são elementos de análise muitas vezes direta, seja através da leitura ou da observação, porém, é durante as entrevistas ou na observação do dia-a-dia que se revelam as contradições inerentes entre o

instituído e os instituintes, fazendo emergir o que não está posto, o que não está dito nas linhas ou nas ações objetivadas. Vale salientar que o conhecimento das instancias objetivas são de suma importância, pois caracteriza o uso do método dialético. Assim, a distância entre as normas, regras, regulamentos, as práticas do cotidiano e o revelado pela observação mais apurada e as entrelinhas dos discursos podem revelar contradições e assim, trazer a tona as instituições que não estão postas abertamente.

c. O manifesto informal (comportamentos ditos e agidos e o clima).

Estes são os comportamentos diretamente observáveis dos atores, seja verbal ou motor (Idem, p. 140). Seguimos Barus-Michel quando afirma que as atitudes, a maneira de falar ou de calar, os gestos, as formas de agir com submissão ou rebelião, podem ser esclarecedores para identificar o “*clima*” e a “*atmosfera*” do ambiente interno, que a seu tempo e quando são analisados de forma atenciosa e, principalmente, relacionando com outros elementos institucionais, revelam pontos que se associando a outros formam instituições.

Estes três primeiros elementos institucionais fazem parte da instancia objetiva das instituições, podendo conter tanto analisadores históricos como organizacionais.

d. Pressões externas (a realidade do contexto atual e a influência do ambiente).

São elementos institucionais que não são diretamente observáveis nas organizações. Isto acontece porque resultam de dependências obscuras que necessitam ser decifradas na análise.

A situação do contexto no ambiente geral e operacional vai agir e muitas vezes causar turbulências nas organizações ou, ao contrário trazer estabilidade e desenvolvimento (Idem, p. 142). Portanto, o contexto econômico, político, social, técnico, tanto a nível macro como a nível micro, irão exercer influência sobre as organizações, obrigando-as, muitas

vezes, a se adaptarem e a modificarem seus comportamentos para, por exemplo, sobreviverem.

As pressões dos outros ambientes (operacional e geral), seja na área que for, criam dependências através das imposições infligidas por organizações que permeiam estes ambientes e que possuem referência direta ou não com as instituições do ambiente interno, isto se justifica nas palavras de Barus-Michel quando afirma que “*toda instituição se inscreve numa hierarquia ou constelação institucional que lhe impõe conduta e orientação...*” (2004, p 143).

e. Exigências implícitas (pertencimentos transversais e relações de grupo).

Também são elementos institucionais que não são diretamente observáveis nas organizações. São elementos implícitos muitas vezes não esclarecidos diretamente, podem pertencer ao campo interno e também ao campo externo das organizações, sendo considerados neste caso como elementos transversais.

Os atores, nas organizações, muitas vezes adotam condutas de acordo com os seus pertencimentos culturais e ideológicos, cujas normas e valores provêm de uma comunidade mais ampla, exterior as organizações, são os pertencimentos transversais. Podemos ter, por exemplo, a participação em sindicatos, filiações étnicas, socioculturais ou outros tipos de grupos ou tribos (denominação atual para grupos em áreas urbanas e com especificidades próprias), que podem determinar clivagens e grupos de pressão que suscitam comportamentos de identificação ou representações projetivas influenciando a vida institucional das organizações (Idem, p. 143).

Como vimos estes sujeitos são os particulares que podem agir como agentes de mudanças das instituições, sendo importante as suas identificações seja por observação ou pelo discurso. Estes particulares (instituições-pessoas ou instituições-grupos) podem interferir

na formação e/ou modificação das instituições.

Reforçamos que a intenção da análise é a de através do estudo dos elementos institucionais da grade de leitura e dos resultados das contradições encontradas, buscar revelar as configurações institucionais que possam influenciar a formação de parcerias entre as organizações dos três setores da sociedade em projetos de desenvolvimento, portanto, o conhecimento das exigências implícitas e de seus atores é importante, pois são estes que podem revelar contradições existentes, proporcionando assim a construção das instituições.

f. Demandas individuais (representações, necessidades, afetos e mecanismos de defesa).

Pertencem a instancia institucional do imaginário. Também são elementos institucionais que não são diretamente observáveis nas organizações e são os de mais difícil acesso, pois trata das pessoas, com suas lutas internas, com suas necessidades afetivas, com seus mecanismos de defesa, representações, com seus desejos, que formam seu imaginário, que podem ter tido influencia de ambientes diferentes dos da organização. Estes conteúdos imaginários irão se relacionar com o que está instituído nas organizações, podendo gerar com isso, inúmeras contradições. Neste projeto nos importa saber a importância destes elementos institucionais na formação das instituições e que o descortinar das configurações institucionais têm base nas contradições entre estes atores, permeados pelo imaginário e o que está posto nas organizações, não nos detendo em analisar as pessoas para conhecer suas representações, necessidades, afetos etc.

Por fim, os elementos institucionais da Grade fornecem informações para o delineamento das características institucionais das organizações. A articulação dos diferentes elementos institucionais produz complementaridades ou contradições, que formam conjuntos de sentidos, que podem auxiliar o processo de análise.

6.2. Os Analisadores

Os analisadores podem ser de dois tipos: os analisadores naturais (espontâneos, fortuitos e históricos) e analisadores construídos (dispositivo provocador da análise). Os analisadores construídos só terão necessidade para aprofundamento da análise, em casos específicos. Neste caso o pesquisador provocará situações que gerem estes tipos de analisadores. Não nos deteremos nestes analisadores neste projeto por acharmos que só devem ser utilizados quando esgotados os outros recursos.

Portanto, a partir da coleta dos dados através da observação, dos questionários e das entrevistas definimos alguns analisadores espontâneos que irão auxiliar na interpretação dos dados coletados e na busca das respostas às perguntas formuladas na pesquisa. A seguir citamos analisadores gerais que julgamos pertinentes para projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Pode-se começar pela busca de “*analisadores históricos*”, que são uma das principais fontes de coleta de informações sobre a organização, o que se justifica pela premissa de que reconstruir o passado auxilia na compreensão do presente e auxilia também a compreender como será o futuro, pois podem revelar fatos portadores de futuro. Assim, destacamos dois tipos de analisadores históricos:

- o primeiro chamamos de *analisador “histórico político”*. Este se reveste da formação histórica política do Território. Este analisador revela a cultura política local, podendo revelar fundamentos ideológicos a partir de épocas passadas o que reflete na suas posições políticas atuais.

- O segundo tipo é o *analisador “histórico sócio-econômico”*. Este analisador é um complemento do primeiro, separamos para dar uma devida atenção à situação social e econômica do Território. As raízes da desigualdade social começam na cultura política mediante a questão da sobrevivência, cuja manifestação primeira se dá no âmbito do grande

domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação, o que não permitiu o desenvolvimento social e nem econômico das pessoas que não faziam parte das elites.

Este analisador possibilita o levantamento de pistas sobre os principais motivos da criação de organizações sociais locais.

Na seqüência propomos alguns analisadores.

A partir do próximo analisador utilizamos a teoria da Sociologia Institucional, ou seja, delimitamos a “*Totalidade Dinâmica*” no tempo presente e analisamos as organizações.

- **Analisador “ambiente organizacional”**. Este analisador foi proposto porque existem diferenças em relação ao, principalmente, simbólico das organizações se confrontado com o imaginário dos indivíduos, em alguns casos. Imagina-se, por exemplo, em salvar o mundo ou melhorar a qualidade de vida das pessoas ou simplesmente em sobreviver. O pensamento pode ser diferente dos gestores em relação aos outros participantes. Estas relações levam a formação de contradições que para nós levanta inúmeros detalhes inerentes à organização, que somados levam a definição de uma ou mais instituições.

Neste sentido e para embasar o analisador, seguimos aqui o pensamento de Matos (2003) quando coloca que:

“Essa abordagem da questão organizacional se orienta no sentido de compreender o social como uma categoria diferente e mais complexa que os indivíduos que compõem, carregada das intersubjetividades das relações sociais, para além dos aspectos explícitos dos objetivos sociais e funções técnicas que estruturam as relações formais. Em outras palavras, para compreender as organizações sociais, há que se ir além dos processos racionais, procurando uma leitura mais profunda da realidade no simbólico e no imaginário coletivo.” (p. 59)

- **Analisador “coesão e identidade territorial”**. Este analisador pode ser tratado de maneira simples, perguntando: existe o reconhecimento do Território entre as diversas Organizações dos três setores da sociedade? Em que medida esta idéia de Território para o desenvolvimento influencia as características das organizações?

- **Analisador “Capital Social”** - (sub-analisadores: Grupos e redes; Confiança e solidariedade; Ação coletiva e cooperação; Informação e comunicação; Autoridade, empoderamento e ação política). Este analisador visa compreender como se dão e qual o sentido das relações interorganizacionais, tanto na sua presença como na sua ausência.

- **Analisador “busca por recursos”** - É um analisador importante nos tempos atuais, pois a busca por recursos significa muitas vezes a sobrevivência ou a manutenção de um estado de coisas (político, por exemplo) das organizações. Ele auxilia na percepção das instituições e, principalmente, na resistência ou não a mudanças das instituições por fatores e ofertas econômicas.

- **Analisador “pressões dos ambientes e do contexto atual”** - As pressões econômicas e políticas advindas, tanto a nível micro (dos municípios), quanto a nível macro (o ambiente externo) pode influenciar as posições e as formas de atuação das organizações, de modo que, muitas vezes, acontecem adaptações a estas situações.

6.3. A rede de contradições das organizações

A análise das contradições é utilizada para buscar identificar possíveis instituições existentes de forma oculta nas organizações, a partir das relações entre os indivíduos (instituintes) e as estruturas instituídas e das relações entre as organizações e os diversos ambientes em que as mesmas fazem parte. A análise se detém principalmente nas demandas individuais, que servirão para verificar o estado do jogo de forças institucionais no interior das organizações.

Assim, a análise proporciona a partir destas contradições a revelação de indícios da existência de características não explícitas nas conjunturas particulares de cada organização, que no fim, apoiadas pelos elementos institucionais da Grade de leitura proporciona a identificação de algumas instituições e conseqüentemente a aproximação das configurações

institucionais das organizações estudadas.

Na seqüência as configurações de cada organização são colocadas em relação, para então se evidenciar as possíveis influências das mesmas na formação do Capital Social e das parcerias em projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Esta análise proporciona obter algum conhecimento da estrutura da realidade institucional das organizações estudadas, na medida em que permite através da leitura de algumas das suas contradições obter uma quantidade de informações capazes de evidenciar características não lidas através do estudo da Grade. Portanto, essa forma de abordagem tem a ambição de explorar as relações dialéticas existentes nas contradições de ordem estrutural e nos conflitos entre atores de diversas origens, funções, posições e categorias sociais que participam das organizações.

Entre os diversos tipos de contradições alguns são possíveis captar e entre estes temos aquelas que se destacam pelo conteúdo da informação no momento da realização das análises.

As contradições transversais, que envolvem principalmente os macro-fenômenos influenciando os micro-fenômenos, se situam especificamente nos campos político-ideológicos e econômicos.

As contradições transversais revelam nas relações gerais alguns pontos dialéticos que propiciaram uma melhor compreensão da forma como este espaço local está estruturado e, dessa forma, uma melhor compreensão das fontes de contradição a nível micro, ou seja, dos fatores potenciais da geração das instituições próprias de cada ator.

Nas **contradições horizontais** pode-se perceber conflitos entre as organizações de setores diferentes da sociedade em realizarem ações relacionadas aos seus objetivos próprios ou atuarem conjuntamente no Território, o que traz a tona questões relativas às necessidades econômicas de cada organização e a falta de confiança nos outros atores.

Nas **contradições verticais**, destaca-se o poder (manutenção do instituído) em conflito

com perspectivas de mudança (ação dos instituintes) no nível interno das organizações. Entre estes conflitos pode-se constatar problemas de força ou de tomada de poder e conflitos relacionados há busca pelo espaço de idéias e, muitas vezes, ideal.

Entre os governos (internas) os posicionamentos políticos de cada local (município) podem interferir quanto às decisões e nos interesses de cada um em detrimento de uma ação conjunta, acreditando em uma perda política e de não reconhecimento.

No nível das **contradições elementares**, as relações internas das organizações, das atividades decisórias, dos planejamentos, podem levar a conflitos entre o que está instituído e o que se tem expectativa de realizar.

Estas questões relativas ao instituído das organizações, no nível elementar das contradições, são objetivas para os indivíduos na medida em que representam uma reprodução adequada do mundo objetivo que eles participam diretamente e são subjetivas na medida em que contêm elementos de idealização, aproximação e distorção desta realidade objetiva. Portanto, as contradições subjetivas se referem às contradições originárias dos momentos subjetivos na percepção da realidade objetiva das organizações.

O interesse em descortinar algumas contradições no nível **elementar e de grupo**, a partir do pensamento dos indivíduos, tem respaldo do papel que tais contradições representam na aquisição do conhecimento sobre o mundo não objetivo das organizações estudadas.

Modelo de tabela para evidenciar contradições e as instituições formadas a partir delas. (deve ser realizado para cada ator individual ou grupo)

Tabela 04. Análise das Contradições.

Análise das Contradições												
Organização:												
Setor:		<input type="checkbox"/> Primeiro <input type="checkbox"/> Segundo <input type="checkbox"/> Terceiro										
Ator (es):		<input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Grupo – Identificação:										
Tipos de práticas realizadas na organização						Tipos de relação com a organização						
						funcional	de afetividade	de dominação	de dependência	de rivalidade	de agressividade	de desejos negados
	Determinadas	Nível instituído										
	Toleradas											
	Encorajadas											
	Escondidas	Nível instituinte										
	Vigiadas											
	Contra-práticas											
Classificação dos atores:		<input type="checkbox"/> Particular como membro das instâncias instituídas da organização										
		<input type="checkbox"/> Particular como usuário e/ou mantenedor das instituições da organização						<input type="checkbox"/> Usuário				
		<input type="checkbox"/> Particular como agente de transformação institucional						<input type="checkbox"/> Mantenedor				
Tipo(s) de Contradições(s) evidenciadas		Transversais		Campo técnico								
				Campo econômico								
				Campo social								
				Campo político (poder)								
				Campo ideológico								
				Campo cultural								
				Outras								
		Horizontais		Recursos								
				Ambiente ideológico								
				Outras								
		Verticais		Poder de decisão								
				Capacidade								
				Legitimidade								
				Dominação								
				Outras								
		Grupo		Condições sociais / econômicas								
				Educação								
				Interesses								
				Religiosa								
				Tendências políticas								
Características gerais												
Outras												
Elementares		Projetos de vida										
		Necessidades de...										
		Insatisfação com...										
		Defesa dos...										
		Desejos/expectativas contrariadas										
Nenhuma		Outras										

<input type="checkbox"/> Campo institucional mediatizado		Tipo:	
<input type="checkbox"/> Campo institucional mediatizante		Tipo:	Entre pontos pré-definidos e possibilidades de mudança
Instituições (evidências)	Contradições	Transversais	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico
			1.
			2.
			3.
	Horizontais	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico	1.
			2.
			3.
	Verticais	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico	1.
			2.
			3.
	Grupo	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico	1.
			2.
			3.
	Elementares	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico	1.
			2.
			3.

Fonte: o autor

6.4. A medição e análise do Capital Social

Vimos nos capítulos anteriores para que projetos de desenvolvimento a nível local alcancem efetividade e eficácia é importante à participação de atores dos três setores da sociedade (Governos, Mercado e Sociedade Civil Organizada) trabalhando conjuntamente.

Isto nos leva imediatamente a pensar que uma das formas deste trabalho em conjunto seria através da formação de parcerias. As parcerias são as conexões que os atores sociais estabelecem em um determinado local, seja qual for a finalidade das mesmas – econômicas, políticas ou sociais etc. – Elas tornam-se instrumentos que permitem incluir a diversidade e a

participação coletiva dos atores sociais, podendo serem vistas também como indicadores de um fenômeno social mais amplo, o Capital Social.

O desenvolvimento local tem como ingrediente importante o Capital Social, construído na maioria das vezes através da participação em redes sociais, não só internas, mas também externas ao local específico, porém, verificamos que até se chegar à geração de Capital Social existem muitos fenômenos sociais que influenciam diretamente esta geração, que para nós são exatamente as configurações institucionais das organizações.

Portanto, para uma maior efetividade dos projetos de desenvolvimento a nível local, com a formação de parcerias, é fundamental a presença de atributos que facilitem a coordenação das ações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, ou seja, um ambiente de apoio que suporte tais processos. Estes atributos estão diretamente ligados com a presença de redes sociais e do Capital Social, que facilitem a integração coesa das organizações dos três setores.

Posto isto, passamos a analisar as relações entre Instituições, Redes Sociais e Capital Social. Parcerias para serem efetivas requerem certo grau de coesão e confiança entre os parceiros, já que não se realiza qualquer ação sem pontos devidamente acordados. Isto nos leva para a necessidade da existência de certa quantidade de estoque de Capital Social capaz de gerar fluxos de benefícios coletivos.

Em projetos de desenvolvimento territorial, os atores sociais que formam as redes e as parcerias podem ser as organizações que fazem parte dos três setores da sociedade e que possuem suas instituições e conseqüentemente suas configurações institucionais. Conclui-se, então, que estas configurações das organizações podem influenciar diretamente na formação de Capital Social e assim nas parcerias, pois as configurações entram em relação, podendo ocasionar “*n*” resultados, como vimos anteriormente.

Assim, o contato entre organizações de diferentes configurações institucionais pode

influenciar negativamente a formação de parcerias, pois estas são decorrências do estoque de Capital Social, com todas as conseqüências que isto acarreta em projetos de desenvolvimento local.

Propomos a utilização dos conceitos de Capital Social estrutural e cognitivo divididos em seis dimensões, por entendermos que estas podem trazer respostas suficientes para permitir análises e confronta-las com as configurações institucionais das organizações, buscando os pontos de influência. Desta forma, é importante para a análise a compreensão da relação entre geração de mobilização de Capital Social e as Instituições das organizações.

As seis dimensões para a verificação da existência de Capital Social no Território são: I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais (aspecto estrutural); II. Grau de Confiança e Solidariedade (aspecto cognitivo); III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação (aspectos estrutural e cognitivo); IV. Nível de Informação e Comunicação (aspectos estrutural e cognitivo); V. Coesão e Identidade Territorial (aspecto cognitivo); e VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política (aspecto cognitivo).

O primeiro tipo de análise é centrado em três indicadores básicos de Capital Social: participação em associações e redes (capital social estrutural), confiança e adesão a normas (capital social cognitivo) e ação coletiva (uma medida de resultado).

Esses três tipos de indicadores medem o Capital Social a partir de diferentes pontos de vista. A participação em associações e redes é um indicador de entrada (de Capital Social), uma vez que as associações e redes são meios através dos quais o Capital Social pode ser acumulado. A confiança pode ser vista como um indicador de entrada ou de produção de Capital Social ou mesmo como uma medida direta. A ação coletiva é um indicador de produção. Esses três indicadores são analisados em conjunto, a fim de fornecer um quadro mais completo do Capital Social e de seus impactos.

Enquanto as dimensões I, II e III provêem informações para calcular as três medidas

básicas de Capital Social (associação, confiança e ação coletiva) a dimensão IV (Nível de Informação e Comunicação) reúne dados sobre as fontes de informação e comunicação à disposição dos membros da comunidade. Esta dimensão explora os meios pelos quais as organizações recebem informações relativas às condições de mercado e serviços públicos e até onde têm acesso às infra-estruturas de comunicação.

A dimensão V (Coesão e Identidade Territorial) está voltada para dois importantes resultados do Capital Social: a coesão e a inclusão social. As comunidades se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Esta dimensão busca identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos por meio dos quais elas são gerenciadas, e quais os grupos que são excluídos dos serviços essenciais.

A dimensão VI (Autoridade, Empoderamento e Ação Política) analisa a autoridade ou capacitação (empowerment) e a ação política. Os indivíduos têm autoridade ou são capacitados (empowered) na medida em que detêm certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar (Banco Mundial 2002). As questões desta dimensão buscam averiguar a eficácia para influenciar tanto eventos locais como em políticas públicas mais amplas.

Após a realização das análises propomos a realização de tabelas com os resultados finais.

Na tabela abaixo preencher as células 1, 2, 3 e 4 de acordo com os resultados, isto proporciona uma visão geral dos aspectos cognitivos e estruturais, permitindo verificar os principais pontos fracos e fortes de cada um e com isto levantar as primeiras conclusões e relaciona-las com as instituições das organizações.

Tabela 05. Capital Social: modelo para resultados gerais.

		ASPECTOS COGNITIVOS	
		FORTES	FRACOS
ASPECTOS ESTRUTURAIIS	FORTES	(1) Alto capital social	(2) Organizações fortes
	FRACOS	(3) Associações tradicionais	(4) Anêmico, amoral, atomizado

Fonte: Krishna (2000) (In JACOBI et all, 2005)

Em uma segunda tabela detalhar os resultados gerais de cada dimensão, descrevendo o peso de cada uma no resultado geral no Território.

Tabela 06. Capital Social: aspectos gerais.

Dimensões	Capital Social	
	Aspectos gerais	Classificação
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais		(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
II. Grau de Confiança e Solidariedade		(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação		(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
IV. Nível de Informação e Comunicação		(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
V. Coesão e Identidade Territorial		(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política		(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte

Fonte: o autor

Em seguida, gerar várias tabelas (quantidade de organizações pesquisadas) que relacionam as dimensões (com resultados que possam influenciar a formação das parcerias) com as instituições das organizações pesquisadas e a relação com os elementos institucionais

da Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações.

Tabela 07. Capital Social: dimensões e instituições.

Dimensões	Organização / Setor da Sociedade		
	Nome:		
	Classificação das dimensões do Capital Social	Instituições que influenciam nas dimensões	Elementos institucionais da Grade de leitura que influenciam na dimensão (múltiplas respostas)
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. 2. 3. 4. n.	() Exterioridade/Anterioridade () O formal interno () Manifesto informal () Pressões externas () Exigências implícitas () Demandas individuais
II. Grau de Confiança e Solidariedade	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. 2. 3. 4. n.	() Exterioridade/Anterioridade () O formal interno () Manifesto informal () Pressões externas () Exigências implícitas () Demandas individuais
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. 2. 3. 4. n.	() Exterioridade/Anterioridade () O formal interno () Manifesto informal () Pressões externas () Exigências implícitas () Demandas individuais
IV. Nível de Informação e Comunicação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. 2. 3. 4. n.	() Exterioridade/Anterioridade () O formal interno () Manifesto informal () Pressões externas () Exigências implícitas () Demandas individuais
V. Coesão e Identidade Territorial	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. 2. 3. 4. n.	() Exterioridade/Anterioridade () O formal interno () Manifesto informal () Pressões externas () Exigências implícitas () Demandas individuais
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. 2. 3. 4. n.	() Exterioridade/Anterioridade () O formal interno () Manifesto informal () Pressões externas () Exigências implícitas () Demandas individuais

Fonte: o autor

Por fim, selecionar as principais instituições por organização e a nível geral (quando for o caso) tidas como influenciadoras nas relações de parceria e fazer relatório com recomendações (quando for o caso).

6.5. Leitura das instituições e dos atores responsáveis

Introduzimos uma leitura que fornece uma estrutura teórica para a análise das relações

institucionais internamente as organizações, para assim auxiliar a conclusão e recomendações. (Baseado em: “A grammar of institutions”. *The American Political Science Review*; Menasha; Sep 1995; Crawford, Sue E S; Ostrom, Elinor). Deve ser realizado para todos os atores.

Tabela 08. Leitura das instituições e dos atores responsáveis.

Leitura das instituições e dos atores responsáveis		
Organização:		
Setor:	<input type="checkbox"/> Primeiro <input type="checkbox"/> Segundo <input type="checkbox"/> Terceiro	
Ator (es):	<input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Grupo	
Instituição:		
1) Atributos dos indivíduos ou grupos diretamente envolvidos na instituição		
Nome(s):	Idade:	Sexo: (F) (M)
Escolaridade:	Posição na organização:	
Nível de envolvimento na instituição: <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		
Identificação do grupo:		
2) Possíveis conseqüências da instituição na geração de Capital Social		
Dimensões do Capital Social influenciadas	Conseqüências	
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais		
II. Grau de Confiança e Solidariedade		
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação		
IV. Nível de Informação e Comunicação		
V. Coesão e Identidade Territorial		
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política		
3) Condições de execução das conseqüências		
Quando: (tempo) -		
Onde: (ambientes) -		
Grau de extensão da(s) conseqüência(s) nas relações intersetoriais: <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		
4) Nível de participação na instituição		
<input type="checkbox"/> Obrigado <input type="checkbox"/> Proibido <input type="checkbox"/> Permitido <input type="checkbox"/> Responsável		
5) Possíveis sanções (atribuída(s) a não conformidade com a instituição)		
<input type="checkbox"/> Repreensão <input type="checkbox"/> Afastamento temporário <input type="checkbox"/> Desligamento <input type="checkbox"/> Outro(s) <input type="checkbox"/> Nenhuma		

Fonte: o autor

CAPÍTULO VII

Considerações finais

7.1. As instituições e a formação de parcerias intersetoriais

Nossas pesquisas nos conduziram para algumas considerações sobre o estudo da apreensão das instituições nas organizações. Primeiramente, remetendo a Pagés (1987), as mesmas não podem ser consideradas como entidades autônomas, mas um sistema dialético em relação aos ambientes que fazem parte e aos elementos que as compõem, portanto estas relações são responsáveis pelos sentidos específicos de uma dada organização, o que se constitui nas instituições da mesma, que no fim, as simbolizam perante os outros atores presentes nos mesmos ambientes.

Em uma segunda consideração, temos que as instituições atuais são construídas no decorrer da história das organizações, porém, não necessariamente desde a história inicial, algumas instituições podem ter marco inicial em períodos determinados, que geralmente se definem por fatos ou acontecimentos que marcam a vida estrutural das mesmas, como por exemplo, mudanças por troca de gestores, impostas através de pressões dos ambientes, devido à situação econômica e política, por pressões de assembleias gerais, que significa por pressões de particulares e grupos internos etc., a isto que chamamos de “*Totalidade Dinâmica*”.

Uma terceira consideração diz respeito às instituições se revelarem de duas formas: abertamente, quando são de fácil identificação através de documentos e observação, e fechadas, quando são de difícil constatação e somente são trazidas a tona através da análise das contradições internas e externas das organizações. As relações externas dizem respeito às contradições que podem surgir durante um processo de inter-relacionamento, seja na formulação de um duplo poder, seja quanto ao controle de instancias decisórias pelos grupos mais ativos em detrimento dos setores mais excluídos que encontram nos mecanismos de participação direta uma primeira forma de reconhecimento de seus interesses. (?)

Por fim, estas instituições entram em relação com as instituições de outras organizações nos momentos de relações entre as mesmas (como por exemplo, na formação de parcerias). É nestes contatos que as mesmas se confrontam, isso quer dizer, que as institucionais das organizações em relação se colocam em situação de defesa das características específicas de cada uma, ou seja, se colocam em situação de mútua análise em relação aos pontos de interesse próprios, que tem a finalidade de proteger possíveis abalos nas estruturas consolidadas e acordadas que mantêm as organizações como elas são, ou mesmo, em não se permitir influenciar ou ceder em certas visões de mundo que alicerçam suas bases conceituais e práticas, o que significaria abalar posições legitimadas, com todas as conseqüências deste fato.

Todos estes pontos são no fim resumidos na expectativa de não comprometer os princípios básicos que conduzem os comportamentos e as ações, formados no espaço e no tempo histórico das organizações.

7.2. O Território como estratégia para o desenvolvimento

O Território como unidade político-administrativa não existe oficialmente no Brasil, apesar de esforços do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e de outras organizações que possuem esta visão, não se tem uma definição e uma lei específica que regularize e de sentido de ator social com todas as decorrências disto.

Portanto, qualquer ação que leve em consideração o território como estratégia para projetos de desenvolvimento encontrará como premissa básica para a sua consecução os fenômenos inerentes às relações sociais, políticas e econômicas entre os atores que existem neste espaço, bem mais do que em locais que por força de poder político ou de lei já enfrentam, como é o caso do município, por exemplo.

Os atores que especificamente nos referimos são as organizações que compõem os três

setores da sociedade. Estas são conformadas por elementos culturais e cognitivos que fazem parte da “*Totalidade Dinâmica*” onde as mesmas se localizam, isto é, a realidade social neste âmbito é formada pelos sentidos criados, em função destas dimensões, que são um conjunto de representações simbólicas internalizadas e interpretadas pelos indivíduos para o entendimento dos significados das atividades, dos objetos e das relações. Neste sentido são evidenciados os símbolos cujos significados surgem a partir da interação e, que no decorrer do tempo são mantidos e/ou transformados. A cultura focaliza as crenças subjetivas, reconhecendo que os processos interpretativos internos são formados por estruturas culturais externas ao indivíduo. (SILVA, 2006)

Com isso, temos que as relações sociais a nível local se complexificam na medida em que mais e diferentes atores entram no processo e a complexidade aumenta quanto mais abrangente forem às relações destes com os vários ambientes, este é o caso dos territórios que comportam “*n*” setores e seguimentos sociais.

Diversos autores enfatizam a importância da utilização do território como estratégia para o desenvolvimento local, pois isso apresentaria inúmeros fatores que tornariam projetos mais abrangentes, eficazes e efetivos, porém deve-se levar em conta que às ações a este nível requerem uma atenção especial nos fenômenos existentes nas relações entre os atores do mesmo.

O conceito de “*Totalidade Dinâmica*” que utilizamos nesta pesquisa, remete a um determinado espaço em um tempo específico e suas relações dinâmicas com os ambientes que o envolvem. Este espaço se refere ao Território que implica principalmente nas questões sociais, econômicas, políticas e aos aspectos valorativos, normativos e tradicionais que condicionam as ações, portanto, podendo tornar-se barreira, principalmente em relação às resistências ao enfoque participativo. Assim, o Território deve ser visto como caminho para o desenvolvimento desde que se pense em estudos sobre os atores e suas instituições.

Além das questões relativas aos valores, tradições e normas, alguns autores confirmam as posições relativas ao peso do poder, do conflito e das contradições no âmbito das relações territoriais. Para Cox (1991, In Misoczky, 2002) o Território implica a observação do poder como implícito nas relações sociais, onde as relações territoriais emergem de uma arena de conflitos. Isso implica em se pensar sobre como estas relações de conflito são formadas e sobre a articulação das relações sociais localizadas espacialmente na "*Totalidade Dinâmica*".

Souza (1995, p.78, idem) também coloca o poder como categoria central, conceituando Território como um "*espaço definido e delimitado a partir de relações de poder*", e deve-se levar em conta os conflitos e contradições sociais. Para o autor na compreensão do território é preciso compreender quem domina ou influencia.

Somado a isto temos ainda a questão da territorialidade, para Mesquita (1995, p.83, idem) o espaço tem significação individual e social. Por isso, ele se estende até onde vai à territorialidade. Sendo territorialidade entendida como a projeção de nossa identidade sobre o Território. A consciência territorial, por sua vez, é entendida como a "*consciência do lugar, do "locus" da sociabilidade mais próxima vivida no cotidiano*".

Concluimos que para a abordagem territorial ser um caminho mais efetivo a ser utilizado em projetos de desenvolvimento é necessário utilizar meios de análise que levem em consideração a leitura das configurações institucionais das organizações, para assim, melhor auxiliar no planejamento das ações.

7.3. Mudança institucional ou equilíbrio institucional?

Instituições formam um conjunto de padrões de comportamento em determinado ator social, portanto mudar estes padrões significa mudar instituições e isso quer dizer mudar valores, regras, normas etc.

Assim, mudanças que venham exercer influências no campo das relações entre

organizações e grupos geralmente encontram barreiras comportamentais, que são muitas vezes fruto de visões autoritárias, de imposição de valores, de posturas arbitrárias ou por tradições, normas e valores enraizados pela formação social histórica das organizações, resultado das suas interações internas e com outros atores nos diversos ambientes.

Pela forma como são formadas as instituições nas organizações, temos que mudanças nas mesmas são difíceis de se realizarem. Portanto, as configurações institucionais têm um impacto grande nos processos de formação de parcerias.

Para nós não se trata de modificar instituições, mas de conhecê-las e com isto buscar colocar este conhecimento na preparação das ações que visem o desenvolvimento territorial, ou seja, procurar um equilíbrio entre as diferentes instituições das diversas organizações, possíveis parceiras.

7.4. Organizações, simbolismo e as configurações institucionais

Nesta pesquisa nos detemos em olhar as organizações em suas dimensões simbólicas e objetivas e, ainda os atores que as compõem na sua dimensão imaginária, verificando como as duas primeiras influenciam as posições dos atores e como estes as projetam e as transformam em comportamentos e atitudes nas relações de parceria entre organizações de diferentes setores da sociedade. O imaginário dos atores deve ser estudado para se poder realizar uma leitura das principais contradições existentes entre o que está instituído e o que pensam estes enquanto instituintes e com isso, juntamente com a Grade de Leitura das Estruturas das Organizações, levantar as instituições que formam as configurações institucionais das organizações. Interessa tentar perceber em que medida estas configurações institucionais influenciam na formação de parcerias entre as organizações dos três setores em projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Para isso, propomos metodologias e instrumentos de pesquisas de campo:

questionários para medir Capital Social, entrevistas em profundidade para entender o simbólico e o imaginário dos atores e das organizações e observações em eventos realizados no Território com as mesmas finalidades.

A análise das dimensões simbólicas, objetivas e imaginárias das organizações, para nós, evidencia das mesmas, valores, normas, regras, formas de poder, tradições, contradições tanto abertas como ocultas, que permite verificar e confirmar estes como meios de formação de comportamentos dos indivíduos, na medida em que são incorporados na formação estrutural das organizações.

Assim, a compreensão das organizações através das suas diversas dimensões pode trazer respostas para questões relativas à falta de participação destes atores em projetos de desenvolvimento, que necessitem da formação de parcerias entre os diversos setores da sociedade para obterem êxito em suas ações.

Isto implica diretamente no entendimento dos processos da formação simbólica, objetiva e imaginária nas organizações, o que tem ligação direta com a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo no contexto contemporâneo e, também, na valorização do peso da influência histórica nestes fenômenos. Ainda, importante destacar o entendimento de que estes estudos aliados aos pressupostos da “*Análise Institucional*” baseada em uma “*Totalidade Dinâmica*”, podem melhor captar a realidade e descortinar os símbolos, os valores, as normas e as contradições, o que no fim são fenômenos reveladores das instituições.

As dimensões das organizações encontram nos vários ambientes atuais, um alto grau de complexidade e é este jogo complexo que torna as relações cada vez mais difíceis de se realizar por conta da multiplicidade de fatores que agem no dia-a-dia, fragmentando valores, regras e condutas, tornando frágeis movimentos antigos e fugaz movimentos atuais, movidos muitas vezes por circunstâncias. Por isso tudo é que MORIN (1996) usa o termo complexidade para as coisas que se tem dificuldade em explicar, oriundas, principalmente,

dos processos simultâneos que produzem uma ação e, por outro lado, por fenômenos aleatórios produtores da incerteza.

Assim, ao se afirmar que relações de parceria são influenciadas pela formação institucional das organizações, como aponta Pagés (1990), “*a identidade da organização orienta a identidade pessoal.*”, estamos assumindo a importância do conhecimento do mundo simbólico para entender estas relações. Portanto, as instituições das organizações funcionam como mecanismos que estabelecem e moldam o comportamento, as ações e decisões de indivíduos ou grupos.

7.5. Concluindo

As teorias estudadas nos mostram que as organizações pertencentes aos três setores da sociedade são permeadas por simbolismos e significações, que são responsáveis pelas diferenças entre as mesmas e que estas diferenças poderão influenciar a formação de parcerias em projetos de desenvolvimento a nível territorial⁹. As dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais, para nós causadores das configurações institucionais dos grupos sociais, no nosso caso as organizações dos três setores da sociedade, ocupam um lugar de destaque nas relações entre as mesmas e, portanto, seriam mais bem compreendidas se em projetos de desenvolvimento fossem utilizadas metodologias e instrumentos de pesquisa capazes de permitir que estes fenômenos sejam observados, quantificados e qualificados.

Levando-se em consideração a base teórica estudada, entendemos que os procedimentos metodológicos da Análise Institucional são capazes de permitir o conhecimento e o entendimento de certos fenômenos, que muitas vezes implícitos nas organizações são reveladores da sua formação institucional e conseqüentemente dos comportamentos que moldam às ações das mesmas na sociedade.

⁹ Colocamos que está proposta foi realizada buscando abranger projetos a nível territorial, porém a mesma pode ser utilizada em outros níveis mais micros (locais).

Nossa linha conceitual sobre os efeitos da institucionalização das organizações para a participação em projetos de desenvolvimento foi no sentido da verificação dos efeitos das instituições na geração e mobilização dos recursos do Capital Social, enquanto meio para um maior engajamento nestes projetos. Portanto, o conhecimento dos condicionantes que influenciam, facilitando ou dificultando o fortalecimento desta forma participativa é um grande desafio para projetos de desenvolvimento.

Foi neste sentido, que estruturamos um modelo conceitual como argumentação teórica para fundamentarmos a nossa proposta. (Vide modelo na figura 02, página 131)

Para apresentarmos este modelo teórico-metodológico, utilizamos teorias que explicam as sociedades como formadas por universos simbólicos que são construídos, reconhecidos e legitimados pela expressão das suas significações. Assim, uma dada sociedade é passível de ser reconhecida pelas suas representações simbólicas e, podendo, ainda ser mais bem definidas suas características, dependendo do seu maior ou menor grau de institucionalização.

Ao realizarmos um recorte para melhor analisarmos uma dada sociedade, lançamos mão do conceito de “*Totalidade Dinâmica*”, que é a definição de um local com suas relações espaciais e temporais definidas a partir da interação com determinados ambientes e eventos que permitam uma melhor captação dos sentidos ali existentes. Este procedimento permitiu durante a realização do “*projeto teste*”, uma redução do espaço e do tempo a serem analisados, o que permitiu um ganho de precisão na aplicação dos instrumentos.

A construção dos significados em uma “*Totalidade Dinâmica*” se dá através de processos sociais, culturais, políticos e econômicos historicamente construídos.

Estes processos são responsáveis pela construção das normas, regras, tradições, valores, poderes, ideologias, etc. que permeiam uma “*Totalidade Dinâmica*”. Assim, levando-se em conta que uma dada sociedade é necessariamente dinâmica, encontrando-se

sempre em processo, ou seja, os indivíduos e grupos agem e reagem continuamente uns sobre os outros. Em outras palavras, estão sempre em interação, influenciando-se reciprocamente ou unilateralmente. Portanto a interação social é a ação social mutuamente orientada pelos significados (normas, regras, tradições, valores, poderes, ideologias, etc) presentes em certos contextos históricos.

Como vimos, uma “*Totalidade Dinâmica*” é composta por atores sociais, quais sejam indivíduos e grupos, imersos no conjunto das significações simbólicas inerentes a ela, agindo e reagindo constantemente a estas significações. Dentre estes grupos, temos as chamadas organizações que formam os três setores da sociedade (ONG’s, Mercado e Governo), que carregam as características dos ambientes e dos indivíduos que as compõem.

Estas organizações possuem áreas de atuação diferentes e conseqüentemente, visões de mundo também diferentes, portanto, concluí-se que são possuidoras de características e significações próprias, inerentes aos papéis que realizam em um dado contexto, ainda, devido muitas vezes ao processo histórico-social das suas formações.

Assim, às relações sociais são orientadas pelos significados que cada ator social possui, no nosso caso as organizações dos três setores da sociedade, isto implica que o resultado das ações de um processo de interação entre diferentes atores, sofre influência direta das significações inerentes a cada um deles. Portanto, conhecer a base de significados que atuarão em uma relação é, para nós, fator primordial para o planejamento de projetos de desenvolvimento a nível territorial e foi onde baseamos esta proposta.

Para esta apreensão testamos e apresentamos os princípios teóricos e metodológicos da Análise Institucional (Vide Cap. V). Assim, para o reconhecimento dos significados inerentes de cada organização, que a AI chama de “*instituições*”, usamos dois processos, a saber: a leitura das instituições através das análises das contradições existentes entre os instituintes e o instituído nas organizações e a leitura de elementos institucionais através da análise da Grade

de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações, ambos os processos atuando reciprocamente.

A Grade de Leitura da Estrutura Institucional das Organizações (Vide Cap. V) fornece um arcabouço descritivo para expor as instituições dos atores envolvidos, remetendo ainda a uma leitura da dinâmica das organizações, tendo como base alguns elementos institucionais.

A Grade permite compilar alguns tipos de elementos institucionais potencialmente presentes nos sistemas e cuja presença ou ausência são utilizados como índices verificadores do jogo instituído nas organizações e entre as mesmas a nível relacional.

As contradições (Vide Cap. VI) são formadas a partir das instâncias institucionais objetivas, imaginárias e simbólicas, presentes nas organizações. O reconhecimento das diferenças do momento da particularidade propicia uma análise da rede de contradições institucionais presentes nas organizações.

A elucidação das contradições visa buscar nos elementos contraditórios expostos nos discursos dos indivíduos e observados, informações que possibilitem revelar as características ocultas existentes nas organizações. Portanto, as contradições individuais e dos grupos a nível micro (intra-organizações) são utilizadas juntamente com os elementos da grade, para evidenciar as principais instituições das organizações.

Ao conjunto das instituições existentes em uma organização, chamamos de Configurações Institucionais, que moldam as ações e os comportamentos das organizações, podendo influenciar positivamente ou negativamente em processos de formação de parcerias.

Entendemos com isso, que a formação de parcerias a nível territorial, passa pela capacidade dos atores em gerar e instrumentalizar o Capital Social. Porém, o Capital Social (Vide Cap. II) é gerado a partir de relações, como por exemplo, a participação em redes.

O objetivo da medição de Capital Social é o de permitir a verificação através de um

estudo relacional entre as instituições das organizações e as dimensões medidas do Capital Social, para assim, relacionar uma ou mais instituições a uma ou mais dimensões influenciada(s) diretamente por esta(s) ou aquela(s) instituição (ões).

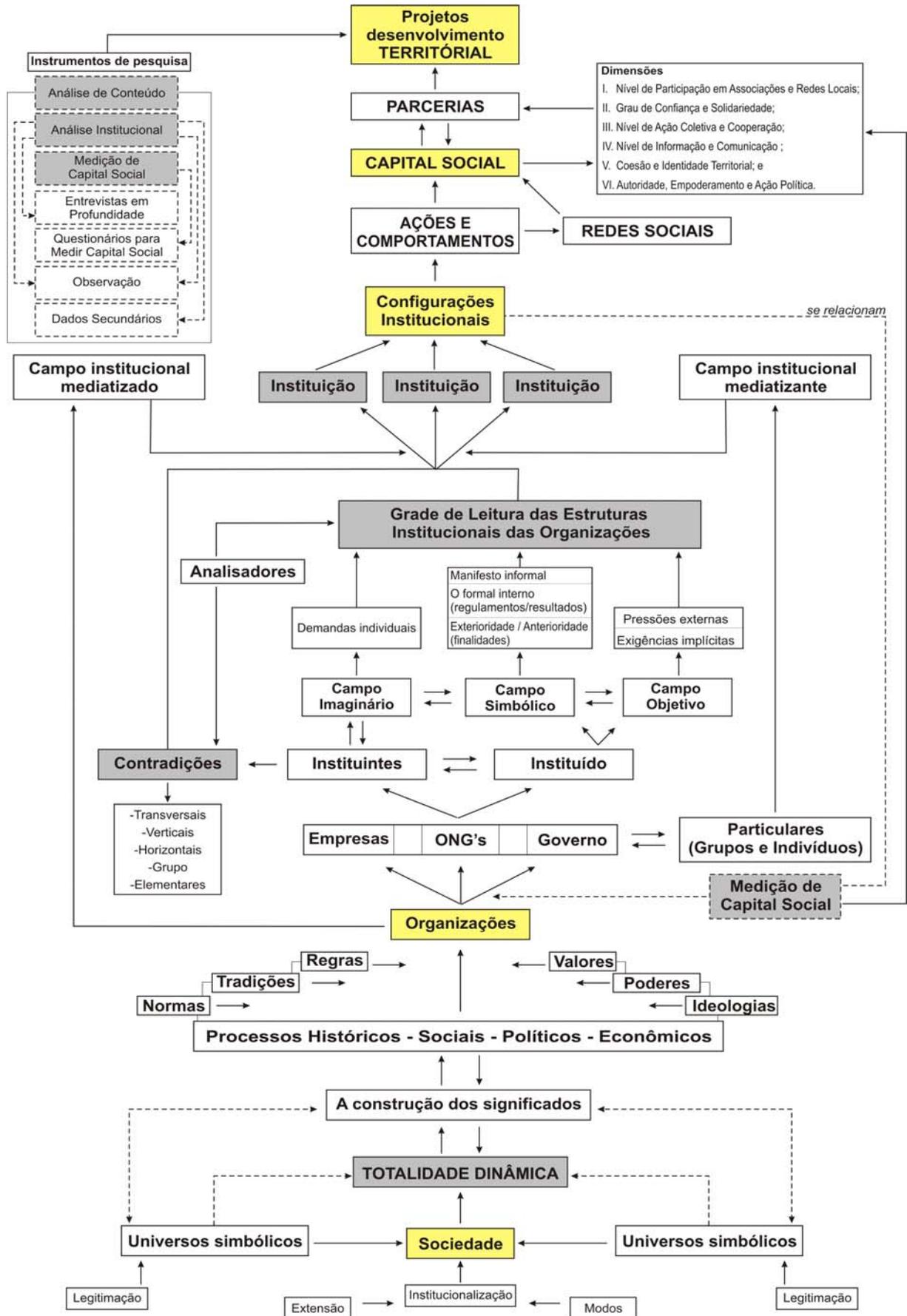
Levando-se em consideração os aspectos teóricos analisados e o que foi observado no “*projeto teste*”, concluímos que é possível planejar ações utilizando a metodologia apresentada, para que se minimizem os efeitos negativos durante a formação de parcerias e assim, evitar desperdício de tempo, de recursos humanos e financeiros.

Entretanto, esta é uma área do conhecimento na qual ainda se tem muito que explorar. Um primeiro passo a ser dado é o de testar esta proposta em diferentes contextos, para daí proceder a formulações mais precisas que confirmam as instituições levantadas, um efetivo poder explicativo sobre as relações sociais e assim, a sua possibilidade de influenciar a geração de Capital Social, importante para projetos de desenvolvimento.

Observamos que no projeto teste que realizamos (Vide Anexo E), os resultados parciais se mostraram altamente positivos para a proposta que aqui apresentamos.

Por fim, esta dissertação pretende contribuir com o avanço das formulações teóricas e práticas sobre os aspectos institucionais das organizações dos três setores da sociedade, bem como do conceito de Capital Social, diretamente relacionado a estes aspectos, buscando assim, auxiliar na melhoria das práticas participativas aplicadas em projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Figura 02 – Modelo Conceitual da Proposta Teórico- Metodológica



Fonte: o autor

VIII. Referências Bibliográficas

- ABROMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- _____. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada - volume 4, nº 2, abril/junho 2000.
- ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. *O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90*. Universidade Federal de Campinas, Tese de Doutorado. Campinas, 2006.
- ALTOÉ, Sonia (org). *René Lourau. Analista institucional em tempo integral*. Hucitec, São Paulo, 2004.
- ARDOINO, J. *Perspectiva política de la educacion*. Madrid: Narcea, 1980.
- ARDOINO, J.; LOURAU, R. *Les pédagogies institutionnelles*. Paris: PUF, 1994.
- ARDOINO, J. *Multiréférentielle (analyse)*. In: ARDOINO, J. *Le directeur et l'intelligence de l'organization: Repères et notes de lecture*. Ivry:ANDESI, 1995. p. 7-9.
- _____. *Análise institucional: gênese, atualidade e perspectivas*. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Psicologia, no dia 13.10. 1998a.
- ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBIMSON, Lindon J. & WHITERFORD, Scott. (comps.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. University of Michigan Press, 2003.
- AUSTIN, James E. *The Collaboration Challenge: How Nonprofits and Businesses Succeed Through Strategic Alliances*. Harvard Business School, The Peter Drucker Foundation, San Francisco, 2000.
- _____. *Parcerias - Fundamentos e Benefícios para o Terceiro Setor*. São Paulo, Futura, 2001.
- BARBIER, René. *Pesquisa - Ação na Instituição Educativa*. 1985.
- BARDIN, I. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 2004.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline. *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004. Tradutor(a): Eunice Galery, Virgínia Mata Machado
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.
- BENVENUTO, Jayme. *Direitos Humanos Internacionais: avanços e desafios no início do século XXI*. Recife: GAJOP, 2001.
- _____. *Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e moradia adequada*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987. 248 p.
- BERGER, Peter L & BERGER Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In FORANCHI. M. Mencarini & MARTINS, J. Souza. *Sociologia e Sociedade*. São Paulo: LTC editora, 1994.

- BAUER, Martin W.; GRASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. *Esboço de uma teoria prática*. In: SERBINO, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.
- CAPELLO, Roberta. *Economies d'échelle et taille urbaine: théorie et études empiriques revisités*. Revue d'Economie Régionale et Urbaine, número 1, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no / do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. *Globalização e inovação localizada*. Brasília. IBICT; MCT, 2000.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Vol 1. Paz e Terra, 2001.
- CAVALCANTI, Clóvis (org). *Meio ambiente, desenvolvimentos sustentável e políticas públicas*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CEATS. *Monitoramento de projetos sociais: uma proposta brasileira*. ISTR Conference – Canada – Jul'2004.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução a Teoria Geral da Administração*. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- COX, Kevin R. *Comment: Redefining "Territory"*. Political Geography Quarterly, v.10, n.1, p.5-7, 1991.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Coleção Primeiros Passos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DE SOUZA SILVA, J. S. et al. *La cuestión institucional: de la vulnerabilidad a la sostenibilidad institucional en el contexto del cambio de época. Serie Innovación para la sostenibilidad institucional*. San José, Costa Rica: Proyecto ISNAR "Nuevo Paradigma", 2001.
- DOWBOR, L. *Parcerias e alianças: o bom sendo na gestão social*. Unicef. 2002.
- DUARTE, Gleuso Damasceno Duarte; DIAS, José Maria A. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. LTC, 1986.
- ENRIQUEZ, Eugène. *A organização em análise*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FAJOPA - FACULDADE JOÃO PAULO II. *Plano de desenvolvimento institucional – PDI*. Marília, SP, 2003. (Site da Faculdade).
- FERNANDES, Rubem C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base se estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte*. RIMISP, 2006.
- FISCHER, Rosa Maria; FALCONER; Andres Pablo, FARIA, Luciana Jacques. *Estado, Mercado e Terceiro Setor: Uma análise contextual das parcerias intersetoriais*. CEATS, 2002.

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. - São Paulo: Editora Gente, 2002.

FIDEL, Raya. *The case study method: a case study*. In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992. 238p. p.37-50.

FONSECA, Antônio A. Martins. *Localismo e território diante das dinâmicas globais*. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VI - Nº 10 - julho de 2004, Salvador, BA.

FREITAS, Maria Ester de. *Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos*. São Paulo, Makron-Hill, 1991.

FRANCO, Augusto. *Capital social*. Instituto de Política. Brasília: Milenium, 2001.

_____. *Capital social e desenvolvimento*. In <http://www.aed.org.br>

FUGIMOTO, Gilberto. *Redes e Capital Social*. 2005.

FURTADO, Celso. *O novo Brasil*. Carta Capital. São Paulo, nº. 221, p. 42-44. 2002.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2001.

GALLIANO, A. Guilherme. *Introdução à Sociologia*, 1981.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo. UNESP, 1991.

_____. *Teoria Social Hoje*. Trad. Gilon César Cardoso de Souza. São Paulo. UNESP, 1996.

_____. *A terceira via*. Rio de Janeiro. Record, 1999.

_____. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

HERMANNNS, Klaus. *Participação cidadã: novos conceitos e metodologias*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais 2007*. In www.ibge.gov.br. Acesso em setembro 2007.

INTERAÇÃO. *A Maioria da População do Goitá Vive na Zona Rural de Pernambuco*. Notícias da América Latina e Caribe. Número 25. WKKF, Setembro/Novembro 2007.

IPEA – CAIXA. *Proposta e avaliação de uma política pública contra a Desigualdade econômica no Brasil*. Prêmio IPEA - CAIXA, 2007.

KRISHBA, A; UPHOFF, N. *Mapping and Measuring Social Capital Through Assessment of Collective Action for Conserve and Develop Watersheds in Rajasthan, Índia*. in GROOTAERT, C; BASTELAER, T. *The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment New York*: Cambridge University Press, 2002.

KUNSCH, Margarida Maria. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. SUMMUS, 2003.

KÜSTER, Angela. *Democracia e sustentabilidade: experiências no Ceará, Nordeste do*

- Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética - Civilização Brasileira* – 1983.
- LIMA, Jacob Carlos. *A teoria do capital social na análise de políticas públicas*. Revista Política e Trabalho. UFPB, 2001.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MAIA, João. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº. 26, abril 2005.
- MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARIS, Anna Pereira. *Introdução à Administração*. 3ª. Ed. – São Paulo, 2004.
- MARTINS, João Batista. *Abordagem Multirreferencial: contribuições epistemológicas e metodológicas para o estudo dos fenômenos educativos*. Universidade Federal de São Carlos, 2000.
- _____. (org). *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.
- MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, Breno. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: UFPE, 2004.
- MATOS, Aécio Gomes de. *Desenvolvimento e autonomia local*. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis, 2004.
- _____. *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos*. NEAD, Brasília, 2003.
- MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. *Redes Sociais, Redes Territoriais e Migrações*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG, 2004.
- MAURANO, Adriana. *A redefinição do papel do Estado e a introdução de novas figuras jurídicas no Direito brasileiro*. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 531, 20 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6073>>. Acesso em: 31 mai. 2006.
- MESQUITA, Zilá. *Do território à consciência territorial*. In: MESQUITA. Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Territórios do Cotidiano: uma introdução e novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz: UFRGS/UNISC, 1995. p.76-92.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) *Pesquisa qualitativa em saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.
- _____. (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6 ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1999.
- MISOCZKY, Maria Ceci A. *(re) encontrando o espaço do território nas estratégias de*

- organização da atenção à saúde*. PDG-UFRGS- Editora DACASA, 2002.
- MORIN, Edgar. *O paradigma perdido: a natureza humana*. 4. ed. Portugal, Publicações Europa-América. 1973.
- _____. *O método II – A vida da vida*. 2. ed. Publicações Europa-América, 1980.
- _____. *Ciência com consciência*. Portugal, Publicações Europa-América, 1982.
- _____. *Epistemologia da complexidade*. In: SCHNITMAN, D. F. (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274-289.
- _____. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. *A ética do sujeito responsável*. In: CARVALHO, E. de A., ALMEIDA, M. da C. de, COELHO. *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo, Palas Athena, 1998a.
- _____. *Edgar. Amor, poesia, sabedoria*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998b.
- _____. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo/Brasília, Cortez/Unesco, 2000.
- MUNNÉ, Frederic. *Las Teorías De La Complejidad Y Sus Implicaciones En Las Ciencias Del Comportamiento*. Revista Interamericana de Psicología, 1995. Universidad de Barcelona.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Além do institucional*. O Estado de S. Paulo, 26 de novembro de 2005, p. A2. Publicado em 03/12/2005.
- NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. *O papel do Estado e o “Welfare Mix”*. UFSC, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. *Cidadania e cultura política no poder local*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- ONU. *Declaração sobre O Direito ao Desenvolvimento*. 1986.
- ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.
- ONU. *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. 1966.
- ONU. *Relatório do Desenvolvimento Humano (IDH)*. 2003.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: bens públicos e a teoria dos grupos*, Oeiras: Celta, 1998.
- PAGÉS, Max. *O Poder das Organizações*. Atlas, 1987.
- PEREIRA, A. P. Potyara. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- POCHMANN, Márcio (org). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PUTMAN, Robert. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RATTNER, Henrique. *Prioridade: construir o capital social*. In: <http://www.abdl.org.br>. 2002.
- RICHARDSON, R. J. et all, *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. *La potencialidad Creadora y el Poder Instituyente Del Imaginário Social. ?,?*
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garomnd, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.
- SEBRAE. *DLIS – uma revolução silenciosa que contagia o Brasil*. SEBRAE. Brasília, 2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SHULTZ, Alfred. *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.
- SILVA, Marcio Rodrigues da. *O quadro complementar de oficiais: um estudo de análise institucional em ambiente militar*. UNB, 2006.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Complexidade e epistemologia*. UFPB.
- SOUZA, Marcelo José L. *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO. Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.
- STEIN, Rosa Helena. *Capital social, desenvolvimento e políticas públicas*. In *Revista Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SUNKEL Guillermo. *La pobreza em la ciudad: capital social y políticas públicas*. In *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. University of Michigan Press, 2003.
- TORRES, José Julio Martins. *Teoria da complexidade: uma nova visão de mundo para a estratégia*. PUC-PR. Curitiba-PR, 2005.
- TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.
- UPHOFF, N. *Understanding Social Capital: learning from the Analysis and Experience of Participation*. In: Dasgupta e Serageldin (orgs.). *Social Capital, a Multifaceted Perspective*. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development - The World Bank, 2000.
- VALE, Gláucia M. Vasconcellos. *Laços como ativos territoriais: uma nova abordagem para o desenvolvimento regional*. RDE – Revista do Desenvolvimento econômico. Ano VIII, nº. 14, Julho de 2006. Salvador,-BA.
- VERDE, Valéria. *Territórios, ruralidade e desenvolvimento*. Curitiba, IPARDES, 2004.
- VIEIRA, Marcelo Falcão Milano & CARVALHO, Cristina . *Sobre organizações, instituições e poder (introdução)* in : *Organizações, instituições e poder no Brasil* Vieira, Marcelo Falcão

Milano & CARVALHO, Cristina (Org). Rio de Janeiro: FGV, 2003.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. *O método dialético na produção de conhecimento nas Ciências Sociais*. U. Maringá, v. 28, n. 2, p. 241-247, 2006.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2006.

KELLOGG FOUNDATION. *Conjunto Integrado de Projetos*. 2005. Notas.

_____. *Guia operacional de avaliação dos conjuntos integrados de projetos*. 2005. Impresso.

_____. *Avaliação da iniciativa de conjuntos integrados de projetos - área comum - relatório da PGA 2 – Nordeste do Brasil – 1º, 2º e 3º volumes*, 2007.

Anexos

Propostas de Instrumentos de pesquisa

Os instrumentos devem ser adaptados para cada local.

Anexo A

Questionário Multidimensional para Medir Capital Social

(QM-MCS)

Grupo I - Organizações da Sociedade Civil

Obs.: este instrumento deve ser adaptado para cada um dos atores sociais abaixo:

Grupo II – Empresas Privadas

Grupo III – Governo(s) (municipais – estadual – federal)

Grupo IV – Consultores e Diretores de entidades que apóiam projetos

Dimensões:

I) Nível de Participação em Associações e Redes Locais (estrutural);

II) Grau de Confiança e Solidariedade (cognitivo);

III) Nível de Ação Coletiva e Cooperação (estrutural e cognitivo);

IV) Nível de Informação e Comunicação (estrutural e cognitivo);

V) Coesão e Identidade Territorial (cognitivo); e

VI) Autoridade, Empoderamento e Ação Política (cognitivo).

Dimensão I - Grupos e Redes

- 1) A Organização mantém algum tipo de atividade com outras Organizações existentes no Território (ONG's, Associação de Moradores, Órgão Públicos, Empresas Privadas etc.)?
[1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
- 2) Essa Organização trabalha ou interage com outras Organizações, **com objetivos semelhantes**, dentro do Território?
[1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
- 3) Essa Organização trabalha ou interage com outras Organizações, **com objetivos diferentes**, dentro do Território?
[1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
- 4) Que tipo de Organização desenvolve atividades junto com a sua? (resposta múltipla)
[1] ONG's [2] Poder público [3] Empresas Privadas

- 5) Estas atividades geralmente atingem o público:
 [1] Do município onde fica sua Organização [2] Somente a comunidade (Bairro)
 [3] De todo o território
- 6) Estas atividades têm correspondido às expectativas da sua Organização?
 [1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
- 7) Quais são os principais parceiros da Organização?
 [1] ONG's [2] Poder público [3] Empresas Privadas
- 8) A Organização participa de alguma rede / ações coletivas / associações no território / acompanhamento de políticas públicas?
 [1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
 Quantas _____. Quais: _____

- 9) Quantidade de ações que a Organização realiza em parceria com outras Organizações. _____
- 10) Quantas vezes, nos últimos 12 meses, sua Organização se reuniu com outras Organizações do Território para discutirem problemas do mesmo? _____
- 11) O grupo recebe algum tipo de apoio financeiro de outras Organizações (**internas ao Território**)?
 [1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
- 12) Quem mais apóia financeiramente a Organização (**interno ao Território**)? (resposta múltipla)
 [1] ONG's [2] Poder público [3] Empresas Privadas
- 13) O grupo recebe algum tipo de apoio financeiro de outras Organizações (**externas ao Território**)?
 [1] Não [2] Sim, ocasionalmente [3] Sim, freqüentemente
- 14) Quem mais apóia financeiramente a Organização (**externo ao Território**)? (resposta múltipla)
 [1] ONG's [2] Poder público [3] Empresas Privadas
- 15) Como o Sr(a) classificaria o espírito participativo em redes / parcerias, dos atores abaixo, para buscar resolver problemas do Território:

1. Muito fraco
2. Fraco
3. Médio
4. Forte
5. Muito forte

As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

Dimensão II - Confiança e Solidariedade

1) Se de repente a sua Organização precisasse de algum tipo de apoio... de qual(is) do(s) atore(s) abaixo vocês acham que receberiam o apoio solicitado:

a. Apoio financeiro.	1. Receberia com certeza 2. Provavelmente receberia 3. Não tenho certeza 4. Provavelmente não receberia 5. Definitivamente não receberia
b. Apoio material.	
c. Apoio em pessoal capacitado.	
d. Apoio em conhecimentos tecnológicos.	
e. Apoio para organização de determinado evento (geral: local, pessoas etc).	
f. Apoio para ações mesmo que estas não sejam compatíveis com os objetivos (idéias) do outro.	
	a b c d e f
Das ONG's (associações etc.)	
Dos Governos Municipais	
Do Governo Estadual	
Do Governo Federal	
Das Empresas Privadas	

2) Se for necessário apoio para um projeto da sua Organização, mas que... (a e b) a quem o Sr(a) pede apoio, porém o mesmo trará benefícios para muitas outras pessoas do Território. O Sr(a) acha que receberia o apoio solicitado:

a. não beneficia diretamente.	1. Receberia com certeza 2. Provavelmente receberia 3. Não tenho certeza 4. Provavelmente não receberia 5. Definitivamente não receberia
b. beneficia diretamente.	
	a b
Das ONG's (associações etc.)	
Dos Governos Municipais	
Do Governo Estadual	
Do Governo Federal	
Das Empresas Privadas	

3) Quanto o Sr(a) confia da sua Organização realizar parcerias:

	1. Confio totalmente 2. Confio muito 3. Nem muito, nem pouco 4. Confio pouco 5. Confio muito pouco
Com as ONG's (associações etc.)	
Com os Governos Municipais	
Com o Governo Estadual	
Com o Governo Federal	
Com as Empresas Privadas	

- 4) Se sua Organização realizar parcerias com outras Organizações, o quanto você confiaria entregar a **gestão administrativa** das ações para:

	1. Confio totalmente 2. Confio muito 3. Nem muito, nem pouco 4. Confio pouco 5. Confio muito pouco
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	
Uma Organização multiatorial *	

- Um ator social além dos limites dos municípios, ong's e empresas privadas do Território mas, aquém do nível dos poderes público estadual e federal. Formado por multiatores representantes de todas as organizações participantes com abrangência territorial e com um nível de poder policêntrico.

- 5) Se sua Organização realizar parcerias com outras Organizações, o quanto você confiaria entregar a **gestão financeira** das ações para:

	1. Confio totalmente 2. Confio muito 3. Nem muito, nem pouco 4. Confio pouco 5. Confio muito pouco
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	
Uma Organização multiatorial	

- 6) Se sua Organização realizar parcerias com outras Organizações, o quanto você confiaria entregar as **atividades de avaliação** para:

	1. Confio totalmente 2. Confio muito 3. Nem muito, nem pouco 4. Confio pouco 5. Confio muito pouco
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	
Uma Organização multiatorial	

- 7) Se sua Organização realizar parcerias outras Organizações, qual é a probabilidade de que as mesmas entreguem a atividade de **gestão administração** a sua Organização:

	1. Muito provável 2. Relativamente provável 3. Nem provável, nem improvável 4. Relativamente improvável 5. Muito improvável
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

- 8) Se sua Organização realizar parcerias com outras Organizações, qual é a probabilidade de que as mesmas entreguem a atividade de **gestão financeira** a sua Organização:

	1. Muito provável 2. Relativamente provável 3. Nem provável, nem improvável 4. Relativamente improvável 5. Muito improvável
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

- 9) Se sua Organização realizar parcerias com outras Organizações, qual é a probabilidade de que as mesmas entreguem a **atividade de avaliação** a sua Organização:

	1. Muito provável 2. Relativamente provável 3. Nem provável, nem improvável 4. Relativamente improvável 5. Muito improvável
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

- 10) Em uma relação de parceria, em sua opinião qual a probabilidade dos atores abaixo tentarem tirar proveito para si (se tivesse(m) oportunidade) fugindo, assim, dos acordos feitos para a realização das ações propostas:

	1. Muito provável 2. Relativamente provável 3. Nem provável, nem improvável 4. Relativamente improvável 5. Muito improvável
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	

O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

11) Em uma relação de parceria, já lhe ocorreu de perceber que o(s) atore(s) participante(s) não confiavam na sua Organização na realização das ações propostas:

	1. Sim 2. Não
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

Dimensão III - Ação Coletiva e Cooperação

1) Em geral, o Sr(a) concorda ou discorda das seguintes afirmações?

Para projetos de desenvolvimento em benefício do território.	1. Concordo totalmente 2. Concordo em parte 3. Nem concordo, nem discordo 4. Discordo em parte 5. Discordo totalmente
A maioria das ONG's estaria disposta a trabalhar em parceria entre si	
A maioria das ONG's estaria disposta a trabalhar em parceria com os Governos Municipais	
A maioria das ONG's estaria disposta a trabalhar em parceria com o Governo Estadual	
A maioria das ONG's estaria disposta a trabalhar em parceria com o Governo Federal	
Os Governos Municipais estariam dispostos a trabalharem em parceria entre si	
Os Governos Municipais estariam dispostos a trabalharem em parceria com as ONG's	
Os Governos Municipais estariam dispostos a trabalharem em parceria com as Empresas Privadas	
As Empresas Privadas estariam dispostas a trabalharem em parceria entre si	
As Empresas Privadas estariam dispostas a trabalharem em parceria com as ONG's	
As Empresas Privadas estariam dispostas a trabalharem em parceria com os Governos Municipais	
As Empresas Privadas estariam dispostas a trabalharem em parceria com o Governo Estadual	
As Empresas Privadas estariam dispostas a trabalharem em parceria com o Governo Federal	

2) Em uma situação de emergência no Território: a sua Organização cooperou para ajudar a resolver o problema?

[1] Não [2] Sim

3) Se sim que tipo de ações já participou ou participa atualmente? _____

4) Em uma situação de emergência no Território: a sua Organização já trabalhou juntamente com outras Organizações... para ajudar a resolver o problema?

	1. Sim 2. Não
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

5) A participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada? (resposta múltipla)

[1] Voluntária [2] Solicitada [99] Não se aplica [98] Não sabe [94] Não respondeu

6) Se solicitada, quem solicitou?

[1] Outras ONG's (associações etc.)

[2] Os Governos Municipais

[3] O Governo Estadual

[4] O Governo Federal

[5] As (alguma) Empresas Privadas

[99] Não se aplica

[98] Não sabe

[94] Não respondeu

7) Em sua opinião: das relações entre Organizações abaixo. O que as levaria a trabalhar em parceria com outras Organizações em projetos de desenvolvimento no Território? (duas respostas)

	1. Valores compartilhados 2. Objetivos semelhantes 3. Objetivos complementares 4. Expectativas de ganhos* 5. Complexidade dos problemas** 6. Nenhuma acima	
	1	2
Entre ONG's (associações etc.)		

Entre ONG's e os Governos Municipais		
Entre ONG's e o Governo Estadual		
Entre ONG's e o Governo Federal		
Entre ONG's e Empresas Privadas		
Entre Empresas Privadas e os Governos Municipais		
Entre Empresas Privadas e o Governo Estadual		
Entre Empresas Privadas e o Governo Federal		
Entre Empresas Privadas		
Entre Governos Municipais		

* Qualquer tipo de ganho, seja material, financeiro ou subjetivo (ex.: prestígio).

** Onde uma determinada Organização não conseguiria realizar sozinha.

Dimensão IV - Informação e Comunicação

1) Em caso da realização de parcerias aqui no Território, quais são os dois meios de comunicação mais utilizados para os parceiros entrarem em contato.

[1] Internet [2] Rádio [3] Pessoalmente (em reuniões) [4] Telefone
 [5] Nenhum [6] Outro _____

2) Com que frequência sua Organização entra em contato quando o(s) parceiro(s) são:

	1. Diariamente 2. Semanalmente 3. Mensalmente 4. Anualmente 5. Não se comunicam
As ONG's (associações etc.)	
Os Governos Municipais	
O Governo Estadual	
O Governo Federal	
As Empresas Privadas	

3) Com relação ao acesso de informação aqui no Território. Como o Sr(a) classifica este acesso sobre as:

	1. Muito fraco 2. Fraco 3. Médio 4. Forte 5. Muito forte
Atividades dos Poderes Públicos Municipais	
Atividades do Governo Estadual	
Atividades do Governo Federal	
Atividades das Empresas Privadas - Mercado	
Atividades das ONG's	
Atividades realizadas no Território em geral	

4) Em geral, se fosse necessário reunir emergencialmente com outras Organizações parceiras... (localizadas em várias partes do Território), qual seria o grau de dificuldade com relação a:

- a. A comunicação sobre a reunião
- b. Escolha do local (consenso)
- c. Deslocamento para o local
- d. Reunião para o próximo dia
- e. Reunião para a próxima semana

- | |
|----------------|
| 1. Muito fraco |
| 2. Fraco |
| 3. Médio |
| 4. Forte |
| 5. Muito forte |

	a	b	c	d	e
Com outras ONG's (associações, etc.)					
Com os Governos Municipais					
Com o Governo Estadual					
Com o Governo Federal					
Com as Empresas Privadas					
Com todos estes atores					

Dimensão V - Coesão e Identidade Territorial (inclusão)

1) Como o Sr(a) descreveria o grau de proximidade (união) aqui no Território, para a realização de projetos, entre os seguintes atores:

- | |
|-----------------------------|
| 1. Muito distante |
| 2. Relativamente distante |
| 3. Nem distante nem próximo |
| 4. Relativamente próximo |
| 5. Muito próximo |

Entre ONG's (associações etc.)	
Entre ONG's e os Governos Municipais	
Entre ONG's e o Governo Estadual	
Entre ONG's e o Governo Federal	
Entre ONG's e Empresas Privadas	
Entre Empresas Privadas e os Governos Municipais	
Entre Empresas Privadas e o Governo Estadual	
Entre Empresas Privadas e o Governo Federal	
Entre Empresas Privadas	
Entre Governos Municipais	

- 2) Muitas vezes há diferenças nas características entre as Organizações em um Território. Com relação aos atores abaixo relacionados (e as características citadas) qual sua opinião sobre as diferenças entre os esses atores aqui no Território:

1. Posicionamentos Políticos	1. Extremamente diferentes 2. Muito diferentes 3. Relativamente diferentes 4. Pouco diferentes 5. Muito pouco diferentes									
2. Posicionamentos Sociais										
3. Posicionamentos Ambientais										
4. Posicionamentos Ideológicos										
5. Posicionamentos Econômicos										
6. Conhecimento										
7. Valores (ética, próprios)										
8. Organizacionais / Regras internas / Estatutos										
9. Interesses										
0. Estruturas de Poder										
Entre ONG's (associações etc.)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Entre ONG's e os Governos Municipais										
Entre ONG's e o Governo Estadual										
Entre ONG's e o Governo Federal										
Entre ONG's e Empresas Privadas										
Entre Empresas Privadas e os Governos Municipais										
Entre Empresas Privadas e o Governo Estadual										
Entre Empresas Privadas e o Governo Federal										
Entre Empresas Privadas										
Entre Governos Municipais										

- 3) Alguma dessas diferenças pode causar problemas para a construção de parcerias?

[1] Sim [2] Não

3.a) Se sim, quais: (três respostas)

- [1] Posicionamentos Políticos
 [2] Posicionamentos Sociais
 [3] Posicionamentos Ambientais
 [4] Posicionamentos Ideológicos
 [5] Posicionamentos Econômicos
 [6] Conhecimento
 [7] Valores (ética, próprios)
 [8] Organizacionais / Regras internas / Estatutos
 [9] Interesses
 [10] Estruturas de Poder
 [11] Outras _____

- 4) O(a) Sr(a) acha que existem desigualdades no nível de desenvolvimento econômico entre as Cidades do Território.

[1] Sim
 [2] Não
 [98] Não sabe (com relação ao território)
 [94] Não respondeu

- 5) O(a) Sr(a) acha que as desigualdades no nível de desenvolvimento econômico entre as Cidades do Território, para formação de parcerias para projetos de desenvolvimento, são...:

[1] Um problema importante
 [2] Não devem ser consideradas um problema

- [3] Um problema de pouca importância
 - [99] Não se aplica
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 6) Quais as afirmações a seguir definem melhor as causas das desigualdades de desenvolvimento entre as Cidades do Território: (até duas respostas)
- [1] É normal que o crescimento econômico se concentre mais em algumas regiões do que em outras.
 - [2] Os governos favorecem mais algumas regiões.
 - [3] Os habitantes de algumas regiões têm mais iniciativa e são mais trabalhadores do que os de outras.
 - [4] A concentração da propriedade da terra e da renda impede o desenvolvimento de algumas regiões.
 - [5] As dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores levam algumas regiões a entrar em crise.
 - [99] Não se aplica
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 7) O(a) Sr(a) considera que o Território é rico ou pobre:
- [1] Rico
 - [2] Mais rico do que pobre
 - [3] Mais pobre do que rico
 - [4] Pobre
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 8) O(a) Sr(a) acha que, no passado, o Território já foi mais rico ou mais pobre do que é hoje?
- [1] Já foi mais rico
 - [2] Continua igual
 - [3] Já foi mais pobre
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 9) Quais são os pontos mais fortes da economia do Território? (até duas respostas)
- [1] O comércio e os serviços
 - [2] A pecuária e as pastagens
 - [3] A agricultura e os solos
 - [4] A indústria
 - [5] A localização geográfica
 - [6] O povo trabalhador
 - [7] As atrações turísticas
 - [8] A capacidade empreendedora dos habitantes
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 10) Quais são os pontos mais fracos (problemáticos) do Território? (até duas respostas)
- [1] Habitação
 - [2] Emprego

- [3] Segurança pública
 - [4] Estradas (vias de acesso)
 - [5] Meios de comunicação
 - [6] Escolas e qualidade do ensino
 - [7] Atendimento à saúde
 - [8] Atividades culturais
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 11) Pontos fracos (problemáticos) com relação à formação de parcerias no Território? (até duas respostas)
- [1] Baixo nível participativo da população
 - [2] Falta de trabalhos em conjunto entre as ONG's
 - [3] Falta de trabalhos em conjunto entre os Governos Municipais
 - [4] Falta de trabalhos em conjunto entre as Empresas Privadas
 - [5] Falta de cooperação entre os governos e a sociedade
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 12) Como um lugar para se viver o Território é ...
- [1] Ótimo
 - [2] Bom
 - [3] Regular
 - [4] Ruim
 - [5] Péssimo
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 13) Em sua opinião: quais dos atores abaixo são mais importantes para promover o desenvolvimento do Território. (até duas respostas)
- [1] As empresas locais
 - [2] As empresas que venham de fora da região
 - [3] Os Governos Municipais
 - [4] O Governo do Estado
 - [5] O Governo Federal
 - [6] As Universidades
 - [7] As associações e ONG's do Território
 - [8] Os cidadãos do Território
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 14) O que seria mais importante para promover o desenvolvimento do Território.
- [1] Fortalecer as atividades econômicas que já existem na região
 - [2] Estimular novas atividades diferentes das que já existem
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 15) Que tipo de atividade deveria ser estimulada para fortalecer a economia do Território.
- [1] A agricultura
 - [2] A pecuária

- [3] A indústria
 - [4] O comércio e os serviços
 - [5] Outro.
 - [6] Qual?
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 16) É de seu conhecimento se existem no Território Arranjos Produtivos Locais que utilizam as vantagens competitivas de mais de um município?
- [1] Sim
 - [2] Não
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 17) Se existe(m) são de produtos / atividades complementares ou similares?
- [1] Complementares
 - [2] Similares
 - [99] Não se aplica
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 18) Existe no Território alguma feira / mercado que reúna em um só local e em um mesmo dia produtos dos quatro municípios do Território?
- [1] Sim [2] Não [98] Não sabe [94] Não respondeu
- 19) Existe no Território alguma industria / fábrica que transforme produtos produzidos nos quatro municípios do Território?
- [1] Sim [2] Não [98] Não sabe [94] Não respondeu
- 20) Existe no Território alguma cooperativa que reúna produtos / produtores dos quatro municípios do Território?
- [1] Sim [2] Não [98] Não sabe [94] Não respondeu
- 21) Entre estes setores e atividades a seguir, quais os dois que deveriam receber tratamento prioritário no Território.
- [1] Habitação
 - [2] Saneamento
 - [3] Segurança pública
 - [4] Educação profissional para jovens e adultos
 - [5] Educação formal
 - [6] Turismo
 - [98] Não sabe (com relação ao território)
 - [94] Não respondeu
- 22) Quais as duas expressões abaixo que melhor definem o Território (com relação a outros). (até duas respostas)
- [1] Não se percebe semelhanças / diferenças
 - [2] Um lugar com história e cultura próprias que o diferencia de outros locais
 - [3] Um lugar que se destaca pelas semelhanças nas características econômicas
 - [4] Um lugar que se destaca pelas semelhanças nas características políticas
 - [5] Um lugar de pessoas com muitas afinidades sociais e culturais

[6] Um lugar com muitas desigualdades e conflitos sociais

[98] Não sabe (com relação ao território)

[94] Não respondeu

23) Em sua opinião as vias de acesso (estradas) que fazem a ligação entre os quatro municípios do Território, em termos de transporte de produtos e pessoas são?

[1] Suficientes [2] Insuficientes [98] Não sabe [94] Não respondeu

Dimensão VI - Autoridade / Empoderamento / Ação Política

1) Sua Organização “sente” que tem poder para tomar decisões que podem influenciar ações de desenvolvimento no Território? (ex.: políticas públicas – indicação de projetos – acordos etc...).

[1] Totalmente incapaz de influenciar

[2] Geralmente incapaz de influenciar

[3] Nem capaz, nem incapaz

[4] Geralmente capaz de influenciar

[5] Totalmente capaz de influenciar

[98] Não sabe (com relação ao território)

[94] Não respondeu

2) Qual é o grau da participação da sua Organização nas decisões que afetam ações no Território?

[1] Sobre nenhuma decisão

[2] Sobre poucas decisões

[3] Sobre algumas decisões

[4] Sobre a maioria decisões

[5] Sobre todas as decisões

[98] Não sabe (com relação ao território)

[94] Não respondeu

3) No geral, qual o impacto que sua Organização “sente” que tem em fazer o Território um lugar melhor para se viver?

[1] Um grande impacto

[2] Um pequeno impacto

[3] Nenhum impacto

[98] Não sabe (com relação ao território)

[94] Não respondeu

4) Até que ponto os governos locais, os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por sua Organização quando vocês propõem ações ou tomam decisões que afetam o Território?

[1] Muito

[2] Um pouco (algumas ações)

[3] Não levam em consideração

[98] Não sabe (com relação ao território)

[94] Não respondeu

5) Para influenciar / realizar ações no Território, em sua opinião qual o grau que sua Organização possui de ...?

- a. Poder (impor as ações)
- b. Legitimidade (aceitação da população)
- c. Legitimidade perante outras ONG's
- d. Legitimidade perante os governos locais
- e. Legitimidade perante as empresas privadas

1. Nenhum				
2. Algum (médio)				
3. Muito				
a	b	c	d	e

6) Para influenciar / realizar ações no Território, em sua opinião qual o grau que os atores abaixo possuem de ...?

- a. Poder (impor as ações)
- b. Legitimidade (aceitação da população)
- c. Legitimidade perante as ONG's
- d. Legitimidade perante os governos locais
- e. Legitimidade perante as empresas privadas

1. Nenhum				
2. Algum (médio)				
3. Muito				
a	b	c	d	e

As ONG's (associações etc.)					
Os Governos Municipais					
As Empresas Privadas					

7) Para realizar ações de desenvolvimento ao nível do Território, em sua opinião, qual a capacidade da sua Organização em ...:

- a. Recursos técnicos (conhecimento)
- b. Recursos econômicos
- c. Recursos humanos
- d. Recursos materiais
- e. Fazer parcerias

1. Nenhuma				
2. Alguma (média)				
3. Muita				
a	b	c	d	e

8) No geral, para tomar decisões importantes para a Organização, vocês costumam fazer:

- [1] Reunião, convocando todos os integrantes da Organização (assembleia)
- [2] Reunião com os dirigentes da Organização
- [3] Uma pessoa tem autonomia para tomar as decisões
- [4] Reunião com a comunidade do Território
- [98] Não sabe
- [94] Não respondeu

9) No geral, para tomar decisões importantes para o Território, vocês costumam fazer: (resposta múltipla)

- [1] Reunião, convocando outras ONG's
- [2] Reunião, convocando os governos locais
- [3] Reunião, convocando as empresas privadas
- [4] Reunião, convocando todos os atores acima
- [5] Reunião com a comunidade do Território
- [6] Vocês tomam as decisões sozinhos
- [98] Não sabe (com relação ao território)
- [94] Não respondeu

10) Como são escolhidos os líderes (diretores) na sua Organização?

- [1] Cada líder escolhe o seu sucessor
- [2] Por decisão de alguns membros da Organização
- [3] Por decisão / voto de todos os membros da Organização (assembleia)

[4] Por uma pessoa ou entidade de fora

[5] Os cargos são vitalícios

[6] Outro [5a] Especifique _____

[98] Não sabe (com relação ao território)

[94] Não respondeu

Questionário: Capital Social	
Território:	Data:
ONG ou Governo ou Empresa:	H início: H. final:
Entrevistado:	

Anexo B

Entrevistas em Profundidade

Organização	Projeto
AS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO, O MERCADO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Unidades de análise: Capital Social – Redes Sociais – Desenvolvimento – Dinâmica Territorial	INSTRUMENTO I Entrevista n°._____
(I) Unidade de coleta de dados 1 Dirigentes e participantes de ONG´s * Obs.: este instrumento deve ser adaptado para cada um dos atores sociais abaixo: Grupo II – Empresas Privadas Grupo III – Governo(s) (municipais – estadual – federal) Grupo IV – Consultores e Diretores de entidades que apóiam projetos	

Entrevista em Profundidade	
Projeto:	Data:
ONG ou Governo ou Empresa:	H início: H. final:
Entrevistado:	

Apresentação (quem é o entrevistador, quais as finalidades da entrevista).

- 1) Quais são as principais áreas de atuação da Organização?
- 2) O Sr.(a) poderia descrever brevemente como se formou a Organização.
- 3) Quais as demandas sociais que levaram à criação da Organização?
- 4) Existiu alguma demanda (influência) política que levou à criação da Organização? Se sim qual?

- 5) Por que a criação da Organização neste município / território?
- 6) Quais os principais objetivos da Organização? Qual sua missão?
- 7) Quais as ações realizadas pela Organização atualmente visando o desenvolvimento Território?
- 8) Qual a visão da Organização sobre desenvolvimento local?

-
- 9) Qual o entendimento da Organização sobre a formação de projetos de desenvolvimento com a participação dos três setores da sociedade?
 - 10) Qual o interesse / importância / motivos que a sua Organização percebe em relação à participação nestes projetos

-
- 11) O Sr(a) percebe interesse para participação neste tipo de projeto de outras ONG's do Território?
 - 12) Em sua opinião quais são os principais motivos do interesse ou desinteresse de outras ONG's em participar (ou não participar) neste tipo de projeto? O que justifica sua resposta.
 - 13) Indique ONG(s) que participam ou poderiam participar neste tipo de projeto. Porque estas?

-
- 14) O Sr(a) percebe interesse para participação neste tipo de projeto do Governo? (três esferas)
 - 15) Em sua opinião quais são os principais motivos do interesse ou desinteresse do Governo em participar (ou não participar) neste tipo de projeto? O que justifica sua resposta.
 - 16) Indique setores do Governo que participam ou poderiam participar neste tipo de projeto. Porque estes?
-

- 17) O Sr(a) percebe interesse para participação neste tipo de projeto de empresas privadas?
- 18) Em sua opinião quais são os principais motivos do interesse ou desinteresse das empresas privadas em participar (ou não participar) neste tipo de projeto? O que justifica sua resposta.
- 19) Indique empresas que participam ou poderiam participar neste tipo de projeto. Porque estas?
-
- 20) Sua organização já realizou algum tipo de ação com os outros setores (Governo e Empresas) no âmbito do Território? Quantos _____.
- 21) Se sim como foi a experiência?
- 22) Se não, por quê?
-
- 23) A sua Organização participa de algum grupo / federação / sindicato (órgão de classe)?
- 24) Qual a influência desta participação nas ações da Organização?
- 25) Existe um regulamento / norma / estatuto / que rege este(s) órgão de classe?
- 26) Que exigências são feitas para participar do(s) mesmo(s)?
- 27) Qual sua opinião sobre estas normas / regras / normas?
-
- 28) Em sua opinião quais valores e comportamentos melhor representam como a organização funciona?
- 29) Quais os valores e comportamentos melhor representam como você gostaria que sua organização funcionasse?
- 30) Como o Sr(a) classifica o ambiente de trabalho na organização?
- 31) Como o Sr(a) gostaria que fosse ambiente de trabalho na organização?
- 32) Como o Sr(a) classifica a relação da organização com outras organizações?

33) O Sr(a) participa das tomadas de decisão da organização? Se não, como se sente em relação a isto?

34) Em sua opinião poderia ser diferente? Por quê?

35) O Sr(a) concorda com as posições da organização em relação a escolha de projetos e parceiros? Por quê?

36) Para desenvolver o Território (ajudar as pessoas) a organização está agindo conforme suas expectativas?

37) O Sr(a) se sente realizado com este trabalho? Por quê?

38) Palavras finais – livre: fale mais sobre a formação de parcerias para desenvolver o Território.

Observações do entrevistador:

Anexo C

Protocolo de Observação

Organização	Projeto
AS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO, O MERCADO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Unidades de análise: Capital Social – Redes Sociais – Desenvolvimento – Dinâmica Territorial	INSTRUMENTO II Observação n°._____
(II) Unidade de coleta de dados Todos	

Observação	
Projeto:	Data:
Evento:	H início: H. final:
Participantes:	

1) Observações sobre o local e evento.

2) Observações sobre os atores sociais presentes no evento. (diversidade ou não)

3) Percebesse os principais interesses / motivos da participação dos atores sociais presentes no local? Se sim quais? Relacionam-se diretamente com a formação das parcerias para o desenvolvimento do Território?

4) Observações sobre assuntos levantados com respeito à formação de parcerias. (PONTOS POSITIVOS) – (para o desenvolvimento do Território)

5) Observações sobre assuntos levantados com respeito à formação de parcerias. (PONTOS NEGATIVOS) – (para o desenvolvimento do Território)

6) Observações gerais sobre pontos levantados pela(s) Empresa(s) Privada(s).

7) Observações gerais sobre pontos levantados pelo Governo (setores / secretarias).

8) Observações sobre assuntos levantados com respeito à formação de parcerias para o desenvolvimento local. (DIVERSIDADE DE PARTICIPANTES E DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS)

9) Observações sobre Capital Social:

10) Observações dos participantes: Visão sobre Desenvolvimento Local, Complementaridade de ações, Gestão participativa e compartilhada, Mudança Social.

11) Observações finais do observador (outras observações captadas)

Anexo D

Dados documentais secundários

Organização	Projeto
AS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS NA FORMAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO, O MERCADO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Unidades de análise: Capital Social – Redes Sociais – Desenvolvimento – Dinâmica Territorial	INSTRUMENTO III Documento n°._____
(III) Unidade de coleta de dados Todos	

Dados documentais secundários	
Projeto:	Data:
Documento:	
Fonte:	

Assuntos a serem pesquisados:

- 1) Situação sócio-econômica do Território.
- 2) Formação histórica e social do Território.
- 3) Caracterização do Território com relação a ter ou não um perfil associativo.
- 4) Realidade do contexto (atual): político, econômico, social, identidade cultural. (dos vários ambientes)
- 5) Análise dos documentos das organizações: estatutos, normas, organograma, outros.
- 6) Formação histórica e social das organizações.
- 7) Pesquisa sobre os aspectos funcionais.
- 8) Pesquisa sobre o processo de divisão do trabalho das organizações.
- 9) Dados sobre pesquisas já realizadas sobre o tema de pesquisa.
- 10) Outras informações.

Anexo E

Projeto Teste

Acompanhamento empírico da proposta metodológica

Esta pesquisa empírica (“*projeto teste*”) foi utilizado para acompanhar e testar empiricamente as metodologias propostas na dissertação. Apresentamos aqui o projeto resumidamente como forma de exemplificar a proposta teórico-metodológica, sem nos aprofundarmos nos resultados e nas análises.

Paulo Danilo Vargas Alves

Projeto Bacia do Goitá

(Conjunto Integrado de Projetos – CIP)

**As influências das configurações institucionais na formação de parcerias
entre o Estado, o Mercado e as Organizações da Sociedade Civil para o
desenvolvimento do Território Bacia do Goitá
(Pernambuco – Brasil)**

Recife-PE
Janeiro 2008

A) Informações Gerais

1. Apresentação

Este documento apresenta os resultados do estudo, da influência das configurações institucionais de organizações pertencentes aos três setores da sociedade (o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil) na formação de parcerias entre as mesmas no Território Bacia do Goitá.

O estudo levou em consideração a relação entre dinâmica territorial, desenvolvimento local, capital social e as configurações institucionais que ocorrem na formação de um Conjunto Integrado de Projetos (CIP), nome dado ao projeto de desenvolvimento territorial na Bacia do Goitá. Segundo a Fundação Kellogg¹⁰, que apóia o projeto neste território, um CIP deve ser entendido como uma quantidade “*n*” de projetos que, em forma conjunta entre os três setores da sociedade, executam ações para estabelecer um processo sustentável de desenvolvimento em uma microrregião ou território selecionado.

A partir da realização de parcerias intersetoriais, com a complementaridade de atores e de ações, um CIP possui a finalidade de desenvolver econômica e socialmente um dado Território, conseqüentemente sua formação é permeada por processos sociais complexos, onde as organizações participantes são entrecortadas por diversas instituições, próprias de cada ator social, que entram no jogo na formação das parcerias entre os mesmos, influenciando estas relações.

2. O objeto de pesquisa

Analisar a relação entre as configurações institucionais das organizações que participam do projeto de desenvolvimento no Território Bacia do Goitá, e a geração de Capital Social, elemento importante para a formação de parcerias entre organizações dos três setores da sociedade.

Portanto, o projeto consistiu em uma investigação detalhada das organizações, dos grupos dentro destas e dos indivíduos, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos institucionais envolvidos no fenômeno em estudo: a formação de parcerias intersetoriais para o desenvolvimento territorial.

3. Finalidade da pesquisa

A finalidade deste estudo é o de auxiliar no planejamento de ações a serem realizadas no Território, com a participação de organizações dos três setores da sociedade.

¹⁰ Fundação dos EUA que realiza e apóia projetos sociais na América Latina e Caribe.

4. Objetivos

1. Realizar um estudo do Conjunto Integrado de Projetos - CIP, localizado no Território denominado Bacia do Goitá no Estado de Pernambuco, analisando se as configurações institucionais dos três setores da sociedade (governo, mercado e sociedade civil) influenciam a formação de parcerias para o desenvolvimento no âmbito territorial.

2. Pesquisar quais são as principais configurações institucionais, dos três setores da sociedade, que possuam relação com o desenvolvimento territorial;

3. Verificar se a utilização do conceito de território (formado por vários municípios) como unidade de planejamento para promoção do desenvolvimento econômico e social, tendo como base as configurações institucionais dos diversos atores envolvidos, é eficaz na formação de um CIP.

4. Verificar a relação entre Capital Social e as configurações institucionais das organizações dos três setores da sociedade.

5. Procedimentos de pesquisa

Foram utilizados métodos qualitativos (entrevistas em profundidade e observação) e quantitativos (questionários estruturados) para a coleta, sistematização e análise dos dados e, ainda, informações secundárias para a leitura dos dados sócio-econômicos dos municípios que fazem parte do Território e de documentos e informações referentes às organizações a serem pesquisadas.

Como base para as investigações foram utilizados os procedimentos e princípios da Análise Institucional e do Capital Social e para a sistematização, compreensão e análise das informações coletadas, procedimentos da Análise de Conteúdo.

A pesquisa se desenvolveu no território denominado Bacia do Goitá, no Estado de Pernambuco, localizado na Zona da Mata, compreendendo os municípios de Glória do Goitá, Pombos, Feira Nova e Lagoa do Itaenga. O CIP formado neste território é apoiado pela Fundação Kellogg. A coleta de dados foi realizada com os Dirigentes e participantes de ONG's, representantes dos Governos Municipal, Estadual e Federal, representantes de empresas privadas e cooperativas, com Diretores e Consultores da Fundação Kellogg e com a utilização de fontes de dados secundários.

B) Os procedimentos da pesquisa

1. Contextualização econômica e social do Território

O Estado de Pernambuco têm cerca de 53,8% de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria, com renda inferior a R\$ 79,00 (FGV, 2004), sendo que as cinco cidades com mais proporção de miseráveis são: Manari, 90,41%; Carnaubeira da Penha, 87,26%; Iati, 82,62; São Benedito do Sul, 82,48% e Santa Filomena com 82,08%.

Muitos municípios possuem baixa renda e trabalho precário. Nesses municípios as opções são poucas, a renda gerada e a qualidade do emprego são baixas.

Em Pernambuco existem 45 municípios que geram menos de 2% do seu orçamento e dependem essencialmente das receitas repassadas pelos governos estadual e federal e apresentam pouca participação no Produto Interno Bruto (PIB) pernambucano.

Grande heterogeneidade sub-regional no Estado de Pernambuco

A realidade das regiões interioranas no Estado de Pernambuco se caracteriza por uma grande heterogeneidade no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos, decorrente, em grande parte, do caráter seletivo do desenvolvimento e dos investimentos nos diversos espaços sub-regionais. Os processos históricos, sociais e econômicos privilegiaram e ainda privilegiam áreas nas quais estão presentes vantagens comparativas resultantes da maior disponibilidade de infra-estrutura econômica, de mão-de-obra especializada e de recursos naturais, principalmente por apresentarem destaque em determinados tipos de produção e apoio governamental. São áreas que passaram por significativas transformações na sua atividade produtiva, enquanto outras permaneceram baseadas em atividades tradicionais, isto se deve, também, as diferenças de oportunidades econômicas, de ocupação e de condições de vida constatadas no âmbito sub-regional.

Esta heterogeneidade existente no interior do Estado resulta na fragilidade da rede urbana regional das áreas menos dinâmicas, o que traz implicações no desempenho da economia trazendo todas as conseqüências sociais inerentes a este tipo de problema. De modo especial no que se refere à desvantagem competitiva de sub-regiões em relação às outras de maior nível de renda, mais industrializadas, com uma rede urbana mais estruturada.

Estas diferenças entre sub-regiões no Estado mostram à necessidade cada vez maior de se abordar nas estratégias, nos programas e nos projetos de desenvolvimento, a perspectiva sub-regional como a maneira mais adequada e realista de se tratar à questão regional, sem, no entanto, deixar de considerar as relações das sub-regiões entre si e com o todo representado pelas macros-regiões pernambucana, nordestina, brasileira e mundial.

Destacamos, então, a questão de que o estudo se realiza em um local no interior de um Estado da Região Nordeste do Brasil, Pernambuco, com todas as suas especificidades e problemas oriundos do desenvolvimento histórico (social, econômico, ambiental e político) que fizeram que a região possuísse um alto nível de pobreza e de heterogeneidade sub-regional, sendo mesmo marcada historicamente pelo baixo desenvolvimento.

Caracterização do Território Bacia do Goitá (CIP)

O CIP Bacia do Goitá, apoiado pela Fundação Kellogg, localiza-se na Zona da Mata do Estado de Pernambuco e compreende os municípios de Glória do Goitá, Pombos, Feira Nova e Lagoa do Itaenga.

Localização do CIP Bacia do Goitá



As informações abaixo foram retiradas da *Revista Eletrônica Interação - Notícias da América Latina e Caribe - Número 25 - Setembro/Novembro 2007* – publicada pela Fundação Kellogg (In www.wkkf.org), do Site do IBGE (www.ibge.gov.br), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Perfil Municipal, 2000 e do Relatório da PGA2 – NE do Brasil - 2º vol. Maio, 2007 (KELLOGG FOUNDATION, 2007).

Distante cinquenta quilômetros da capital do estado, Recife, a Bacia do Rio Goitá tem na agricultura sua principal atividade econômica, assim, grande parte da população vive em áreas rurais.

Com relação à situação sócio-econômica a região apresenta taxas de analfabetismo mais altas que a média nacional e a desigualdade social é acentuada. Existe um grande número de pessoas em situação de pobreza, como veremos nas tabelas a seguir:

Feira Nova

População por Situação de Domicílio	
Ano	2000
População Total	18.857
Urbana	12.156
Rural	6.701
Taxa de Urbanização	64,46%

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	
Ano	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	98,0
Proporção de Pobres (%)	65,3
Índice de Gini	0,55

Desenvolvimento Humano	
Ano	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,606
Educação	0,642
Longevidade	0,639
Renda	0,538

Em relação aos outros municípios do Brasil, Feira Nova apresenta uma situação ruim: ocupa a 4546ª posição, sendo que 4545 municípios (82,5%) estão em situação melhor e 961 municípios (17,5%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Feira Nova apresenta uma situação intermediária: ocupa a 109ª posição, sendo que 108 municípios (58,4%) estão em situação melhor e 76 municípios (41,6%) estão em situação pior ou igual.

Glória do Goitá

População por Situação de Domicílio	
Ano	2000
População Total	27.554
Urbana	12.542
Rural	15.012
Taxa de Urbanização	45,52%

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	
Ano	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	84,5
Proporção de Pobres (%)	0,642
Índice de Gini	0,53

Desenvolvimento Humano	
Ano	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,636
Educação	0,652
Longevidade	0,742
Renda	0,513

Em relação aos outros municípios do Brasil, Glória do Goitá apresenta uma situação ruim: ocupa a 3997ª posição, sendo que 3996 municípios (72,6%) estão em situação melhor e

1510 municípios (27,4%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Glória do Goitá apresenta uma situação intermediária: ocupa a 66ª posição, sendo que 65 municípios (35,1%) estão em situação melhor e 119 municípios (64,9%) estão em situação pior ou igual.

Lagoa do Itaenga

População por Situação de Domicílio	
Ano	2000
População Total	20.172
Urbana	84,5
Rural	0,642
Taxa de Urbanização	76,07%

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	
Ano	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	82,6
Proporção de Pobres (%)	67,5
Índice de Gini	0,52

Desenvolvimento Humano	
Ano	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,638
Educação	0,690
Longevidade	0,713
Renda	0,510

Em relação aos outros municípios do Brasil, Lagoa do Itaenga apresenta uma situação ruim: ocupa a 3964ª posição, sendo que 3963 municípios (72,0%) estão em situação melhor e 1543 municípios (28,0%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Lagoa do Itaenga apresenta uma situação intermediária: ocupa a 63ª posição, sendo que 62 municípios (33,5%) estão em situação melhor e 122 municípios (66,5%) estão em situação pior ou igual.

Pombos

População por Situação de Domicílio	
Ano	2000
População Total	23.351
Urbana	13.979
Rural	9.372
Taxa de Urbanização	59,86%

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	
Ano	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	107,0
Proporção de Pobres (%)	62,2
Índice de Gini	0,57

Desenvolvimento Humano	
Ano	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,641
Educação	0,665
Longevidade	0,705
Renda	0,553

Em relação aos outros municípios do Brasil, Pombos apresenta uma situação ruim: ocupa a 3903^a posição, sendo que 3902 municípios (70,9%) estão em situação melhor e 1604 municípios (29,1%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Pombos apresenta uma situação boa: ocupa a 60^a posição, sendo que 59 municípios (31,9%) estão em situação melhor e 125 municípios (68,1%) estão em situação pior ou igual.

Quanto à educação na Bacia do Goitá, as taxas de analfabetismo funcional estão abaixo da média nacional (13,60%; IBGE 2000) e da média da região Nordeste (26,6%; IBGE 2000), a menor do país. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2006, os 1,137 milhão de jovens brasileiros analfabetos são, em sua grande maioria, pobres e negros, e cerca de 71% deles vivem na região Nordeste.

Percebe-se com este nível sócio-econômico que o Território apresenta um perfil que chama a atenção de organizações governamentais ou privadas para a implementação de projetos que possam auxiliar o mesmo a se desenvolver a partir de uma estratégia de desenvolvimento local, como é o caso do CIP Bacia do Goitá.

2. Observações em eventos e reuniões realizadas no CIP

A pesquisa começou com a observação em alguns eventos, fóruns, reuniões e oficinas de avaliação realizadas no âmbito e sobre o CIP, onde foram preenchidos os protocolos de observação. Neste primeiro momento, foi possível identificar vários atores que fazem parte do CIP e/ou do Território, bem como, verificar a falta de outros que poderiam estar participando destes encontros, já que fazem parte do Território e podemos considerá-los como atores chave neste processo. Neste sentido algumas Prefeituras, ONG's e empresas privadas consolidadas na região não se encontravam em alguns encontros de âmbito geral. Nestes eventos foram feitas as escolhas e os contatos com os atores para a aplicação dos questionários e das entrevistas.

As observações tiveram como objetivos acompanhar, descrever e analisar o processo de formação de parcerias no âmbito do Território. Assim durante os eventos e reuniões realizadas,

foram observados os comportamentos específicos dos participantes sobre o processo de implementação do CIP e, principalmente, os tipos de acordos e parcerias que os mesmos se prontificavam em realizar ou os procedimentos nos que estavam efetivamente sendo realizados.

A participação nos encontros realizados sobre o CIP permitiu o recolhimento de informações geradas nos atos espontâneos, como em reuniões entre os consultores da Fundação e os diversos participantes do CIP e em eventos desenvolvidos pelas organizações pertencentes ao mesmo, entre outras formas de participação.

Nas observações foi possível captar informações sobre as formas simbólicas de reconhecimento mútuo entre os participantes, inerentes ao ambiente de formação de parcerias para o desenvolvimento territorial, com atores de diferentes características.

Assim, discursos, atitudes pro e contra, dificuldades levantadas, vantagens e desvantagens exteriorizadas e momentos reflexivos dos atores setoriais, deixaram transparecer muito sobre os detalhes que envolvem este tipo de relação.

Por fim, as observações permitiram a coleta dos produtos, práticas e discursos dos atores envolvidos, a identificação de alguns analisadores, situando o campo simbólico de cada um que auxiliaram na verificação das instituições mais significativas das organizações que compõem os três setores da sociedade.

Durante e logo após as observações e os relatos foram feitos registros minuciosos em diário de campo (protocolo de observação) para posterior análise.

A partir disto buscou-se formatar a Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações que se completaria com as entrevistas em profundidade e os questionários estruturados para medição do Capital Social. Neste momento começava a caracterização dos atores envolvidos, quanto suas configurações institucionais.

A tabela a seguir qualifica e quantifica as observações realizadas:

Evento	Local	Participantes
1º Fórum de Desenvolvimento Territorial	ONG SERTA – Glória do Goitá-PE (novembro 2007)	Representantes dos três setores
9ª Oficina de avaliação	Recife-PE (agosto de 2007)	Representantes dos CIP's
Reunião com os consultores da Fundação Kellogg	Recife-PE (agosto 2006)	Consultores da Fundação
4º Encontro da Comunidade de Aprendizagem	Feira Nova-PE (junho 2006)	Representantes dos três setores
4º Encontro da Comunidade de Aprendizagem	Pombos-PE (junho 2006)	Representantes dos três setores
4º Encontro da Comunidade de Aprendizagem	Glória do Goitá-PE (junho 2006)	Representantes dos três setores

8ª Oficina de avaliação	Recife-PE (maio de 2006)	Representantes dos CIP's
Reunião com os dirigentes da ONG SERTA	ONG SERTA - Glória do Goitá-PE (novembro 2005)	Representantes do CIP
Encontro dos CIP's	Recife-PE (Setembro de 2005)	Representantes dos CIP's
Total		9

A tabela a seguir exemplifica a forma de registrar os resultados de cada observação realizada. Deve ser preenchida uma tabela para cada observação.

Evento	1º Fórum de Desenvolvimento Territorial
Local	ONG SERTA – Glória do Goitá-PE (novembro 2007)
Participantes	Representantes dos três setores
1) Observações sobre o local e evento.	O fórum aconteceu no Campo da Sementeira, no Município de Glória do Goitá, local onde se localiza a ONG SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa). Esta ONG ocupa um lugar central no CIP, sendo a organização que mantém relacionamento direto com a Fundação Kellogg, organização financiadora. O Evento teve como objetivo reunir o maior número possível de atores dos três setores do Território, para debater temas relacionados ao processo de desenvolvimento do mesmo, avaliando os que estavam acontecendo e levantando possibilidade da realização de outros.
2) Observações sobre os atores sociais presentes no evento. (diversidade ou não)	Estavam presentes no local um número expressivo de ONG's, porém os representantes dos governos municipais e das empresas privadas do Território eram em quantidade reduzida. Estavam presentes no evento consultores da Fundação Kellogg, que teciam comentários e abordagens técnicas sobre os temas conversados.
3) Principais interesses / motivos da participação dos atores sociais presentes no local.	Ficou evidente o interesse dos atores presentes em discutir temas relativos ao desenvolvimento do Território. Contatos e acordos iniciais foram evidenciados nas conversas. A preocupação maior ficou em torno da formação de um grupo gestor multisetorial, que seria responsável pelos próximos encontros e pela coordenação dos processos em andamento e a realizar.
4) Observações sobre assuntos levantados pelos três atores com respeito à formação de parcerias para o desenvolvimento local, complementaridade de ações, gestão participativa e compartilhada, mudança social.	Pontos Positivos: a participação de um número elevado de ONG's; o interesse demonstrado pelos atores presentes em buscar alternativas para desenvolver o Território; a formação de um grupo gestor multisetorial; Pontos Negativos: pouca participação de representantes das empresas privadas e dos governos municipais.
5) Observações sobre Capital Social.	Ficou evidenciado as relações positivas entre as ONG's presentes. Entre os atores dos três setores se evidenciou a externalização da vontade em discutir projetos para o Território, porém a pouca participação dos governos e das empresas privadas não permitiu termos uma evidencia concreta sobre a existência de Capital Social entre os mesmos.
6) Comentário final sobre o evento.	O evento, no âmbito geral, demonstrou a existência de interesse por parte dos atores sociais presentes em realizar ações em favor do Território. A participação dos jovens interessados nos problemas ficou bastante evidente, bem como a participação dos mesmos em projetos. Nota-se, ainda, que muitos dos atores realizam projetos de forma isolada e focalizada, não atingindo o Território como um todo. A pouca participação de empresas privadas no fórum e em projetos denota a existência de barreiras que dificultam a participação e as relações entre estes e os outros atores. Com relação a participação dos municípios ficou evidente a questão da condição econômica e diferenciação política dos mesmos, o que a primeira vista dificulta a formação de parcerias a nível territorial, pois as prioridades são as demandas internas de cada município.

Nas tabelas abaixo são relacionadas às principais rubricas dos conteúdos levantados durante as observações, que depois se somarão as das entrevistas em profundidade. (exemplos)

Tema		Desenvolvimento Local
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Capacidade	Recursos humanos	Execução dos trabalhos (quem)
	Econômica	Fontes de recursos compartilhadas Falta de recursos
	Técnica	Diferenças
Abrangência	Local	Projetos focalizados e localizados
	Território	Falta de oficialidade / apoio

Tema		Formação de parcerias
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Sistema decisório	Gestão participativa	Quem coordena?
Cultura Política	Ideologias	Poderes
	Conflitos	

Tema		Dinâmica territorial
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Espaço	Municípios	Áreas de abrangência dos projetos. Prioridade para quem?
	Urbano	
	Rural	
Territorialidade	Identidades locais	Não reconhecimento territorial
	Espaço físico	Recursos materiais e financeiros

Tema		Outros
Categorias	Subcategorias	Conteúdos

Na tabela abaixo são relacionados os principais analisadoras levantados durante as observações e as entrevistas, que são utilizados para a identificação das instituições das organizações. (exemplos)

Analisadores	Obs.
Histórico político	Remete a história das organizações referente, principalmente a participação e a processos ideológicos internos.
Histórico sócio-econômico	Processos que levaram a criação das organizações.
Ambiente organizacional	Questões internas de relacionamento e a influência nos processos participativos.
Coesão e identidade territorial	Assumir o território como espaço para planejamento e implementação de ações.
Capital Social	Recursos disponíveis nas redes de relacionamento internas ao território.
Busca por recursos	Conflitos gerados pela necessidade da busca por recursos.
Pressões dos ambientes e do contexto atual	Econômico e social.
Interesses políticos	Faz referência a participação com finalidades políticas partidárias.
Interesses sociais	Faz referência a participação com a finalidades de fundo social.

3. Entrevistas em profundidade

Após a escolha dos atores, segundo os critérios requeridos pelo projeto, inicia-se a aplicação das entrevistas em profundidade.

A realização de entrevistas em profundidade visou aprofundar a compreensão das configurações institucionais dos atores envolvidos. Entre seus objetivos estão: à tentativa de compreender as formas como os outros atores são percebidos pela organização, as visões gerais sobre a formação das parcerias, posições sobre desenvolvimento territorial, conhecimentos específicos sobre a organização, coletar dados para a formatação da Grade de leitura e buscar decifrar as contradições existentes na organização, através de perguntas direcionadas para isto.

Os resultados das entrevistas colaboraram para a formatação das informações requeridas na Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações e para o levantamento das contradições que auxiliaram na busca pelas instituições de cada organização.

O quadro abaixo qualifica e quantifica as entrevistas realizadas:

Fontes	Organizações
Dirigentes e participantes de ONG's	Centro das Mulheres de Vitória
	Centro das Mulheres de Glória_1
	Centro das Mulheres de Glória_2
	Associação de Jovens de Lagoa do Itaenga
	Centro de Desenvolvimento Integral de Lagoa do Itaenga
	Associação Progressista Rural
Representantes de empresas privadas	-
Consultores da Fundação Kellogg	Um consultor
Representantes do governo	-
Outros	Instituto de Ação Empresarial
Total	8

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e foram aplicadas nas organizações dos entrevistados.

Na tabela abaixo são relacionadas às principais rubricas dos conteúdos levantados durante as entrevistas em profundidade. (exemplos)

Tema		
Desenvolvimento Local		
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Abrangência	Local	Projetos focalizados e localizados
	Território	Falta de oficialidade / apoio

Tema		
Formação de parcerias entre os três setores		
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Sistema decisório	Gestão participativa	Quem coordena?
Cultura Política	Ideologias	Poderes
	Conflitos	

Tema		
Dinâmica territorial		
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Espaço	Municípios	Áreas de abrangência dos projetos. Prioridade para quem?
	Urbano	
	Rural	
Territorialidade	Identidades locais	Não reconhecimento territorial
	Espaço físico	Recursos materiais e financeiros

Tema		
Ambiente Organizacional		
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Trabalho	Sobrevivência	Oportunidade de trabalho remunerado
	Aprendizado	
	Experiência	Outras oportunidades
Identificação	Identificação com a organização	Maior ou menor interesse
	Identificação com os projetos	
Decisões	Participação	Interesses divergentes / convergentes Assumir papéis de direção Ter voz

Tema		
Outros		
Categorias	Subcategorias	Conteúdos

4. Análise de documentos

Caracterização geral dos atores pesquisados

Estudo e análise de documentos relativos às organizações pesquisadas:

Quadro I: missão, objetivos e análise histórica através de documentos, jornais, internet, livros e revistas.

Organizações	Características
SERTA	Ex.: fundado em 1989, por técnicos em agropecuária, Agrônomos, educadores pedagógicos, professores e agricultores do Agreste e Zona da Mata Sul de Pernambuco, oriundos do trabalho social da Igreja Católica. Tem o objetivo de capacitar agricultores, jovens, educadores, professores e técnicos que procuram buscar alternativas de produção, organização social e educação rural. Interessa-se não só por questões técnico-produtivas, mas também na proposição e avaliação de políticas de desenvolvimento municipal sustentável.
Centro das Mulheres de Vitória	Colocar características principais das organizações, julgadas de interesse para o objeto de estudo.
Centro das Mulheres de Glória_1	
Centro das Mulheres de Glória_2	
Associação de Jovens de Lagoa do Itaenga	
Centro de Desenvolvimento Integral de Lagoa do Itaenga	
Associação Progressista Rural	
Empresas privadas	
Governo	

Quadro II: análise dos estatutos e normas internas.

Estatuto e Regimento Interno: instrumentos que materializam uma organização. Dão personalidade à mesma. Informa o que é, para que foi fundada, quem pode participar, de onde vem os recursos e quem serão os beneficiados das suas ações, do seu trabalho.

Os Estatutos contém as regras gerais, filosofia e outros conteúdos. O Regimento Interno contém os procedimentos práticos e aspectos do dia a dia da organização.

Organizações	Pontos importantes dos documentos
Centro das Mulheres de Vitória	-
Centro das Mulheres de Glória_1	-
Centro das Mulheres de Glória_2	-
Associação de Jovens de Lagoa do Itaenga	-
Centro de Desenvolvimento Integral de Lagoa do Itaenga	-
Associação Progressista Rural	-
Empresas privadas	-
Governo	-

Nas tabelas abaixo são relacionadas às principais rubricas dos conteúdos levantados no estudo dos documentos por organização. (modelos)

Organização	Associação de Jovens de Lagoa do Itaenga	
Tema	Aspectos políticos	
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Sistema decisório	Gestão participativa	Quem coordena?
Cultura Política	Ideologias	Poderes
-	-	-

Organização		
Tema	Aspectos de gestão	
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Diretores	Quantidades	Forma de eleição
Área de atuação	Missão	Projetos
Locais de atuação	Local	Território?

Organização		
Tema	Procedimentos práticos e aspectos do dia a dia	
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Assembléias gerais	Quem?	Decisões
-	-	-
-	-	-

Organização		
Tema	Aspectos restritivos	
Categorias	Subcategorias	Conteúdos
Quadro social	Quem pode?	Trabalhos a executar
-	-	-
-	-	-

5. Questionários estruturados para medir Capital Social

Para medição do Capital Social no Território utilizamos duas categorias distintas do mesmo, mas complementares: a estrutural e a cognitiva. A categoria estrutural está associada às diversas formas de organizações sociais, tanto formais quanto informais, que favorecem a cooperação, ou mais especificamente, o comportamento cooperativo. Este tipo de capital social é gerado através de associações horizontais e redes sociais que mantenham processos de tomada de decisão transparentes e coletivos, lideranças responsáveis e práticas coletivas.

A categoria cognitiva é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores incluem-se a confiança, solidariedade e reciprocidade, que compartilhadas entre os membros do grupo criam as condições para que os indivíduos trabalhem para o bem comum. (Idem)

Utilizamos seis dimensões para a verificação da existência de Capital Social no Território:

- I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais (aspecto estrutural);
- II. Grau de Confiança e Solidariedade (aspecto cognitivo);
- III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação (aspectos estrutural e cognitivo);
- IV. Nível de Informação e Comunicação (aspectos estrutural e cognitivo);
- V. Coesão e Identidade Territorial (aspecto cognitivo); e
- VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política (aspecto cognitivo).

A seguir apresentamos alguns dados da medição realizada no Território.

O quadro a seguir qualifica e quantifica os questionários aplicados:

Fontes	Organizações
Dirigentes e participantes de ONG's	Centro das Mulheres de Vitória
	Centro das Mulheres de Glória_1
	Centro das Mulheres de Glória_2
	Associação de Jovens de Lagoa do Itaenga
	Centro de Desenvolvimento Integral de Lagoa do Itaenga
	Associação Progressista Rural
Representantes de empresas privadas	-
Consultores da Fundação Kellogg	Um consultor (não contabilizado nos cálculos)
Representantes do governo	-
Total	7

A aplicação dos questionários teve duração média de uma hora e foram realizadas nas organizações dos entrevistados.

Dimensão I

Nível de Participação em Associações e Redes Locais (estrutural)

A primeira dimensão apresentou uma “forte” participação das ONG's em redes entre si, enquanto os outros dois setores apresentaram um nível de participação “fraca”.

- Participação em Redes entre Organizações da Sociedade Civil:

Redes ONG's	%
Sim, freqüentemente	60,0%
Sim, ocasionalmente	26,7%
Não	13,3%
Total	100,0%

No geral, levando em consideração a participação em parceria dos atores para resolver

problemas do Território a resposta foi classificada no nível “*fraco*”. Como este é um indicador que reflete a entrada (possibilidade de geração) de Capital Social, concluí-se que entre as organizações do terceiro setor existe esta possibilidade, porém quando se analisa os três setores em conjunto, os resultados se apresentam “*fracos*” quanto esta possibilidade, destacando-se as empresas privadas como “*muito fraco*”.

- *Nível da participação em redes para buscar resolver problemas do Território (posição dos entrevistados):*

ONG's		Os quatro Municípios		Governo Estadual		Governo Federal		Empresas Privadas	
Nível	%	Nível	%	Nível	%	Nível	%	Nível	%
Forte	40,0	Fraco	60,0	Fraco	60,0	Fraco	80,0	Muito fraco	60,0
Médio	40,0	Médio	40,0	Muito fraco	20,0	Muito fraco	20,0	Fraco	20,0
Fraco	20,0	-	-	Médio	20,0	-	-	Médio	20,0
Total	100,0	Total	100,0	Total	100,0	Total	100,0	Total	100,0

- *Classificação da participação dos três setores em parceria para resolver problemas do Território:*

Nível de participação	%
Fraco	48,0%
Médio	24,0%
Muito fraco	20,0%
Forte	8,0%
Total	100,0%

Dimensão II

Grau de Confiança e Solidariedade (cognitivo)

Solidariedade e Confiança

Na segunda dimensão, que analisa a confiança e solidariedade, observa-se novamente a “*forte*” relação entre as ONG’s e uma “*fraca*” relação entre os três setores analisados em conjunto. Como confiança é um índice importante tanto como entrada, produção ou mesmo de medida direta de Capital Social, as respostas foram importantes para o resultado final.

- *Apoio de outros atores. (financeiro - material - pessoal capacitado - conhecimentos tecnológicos – apoio para eventos em local, pessoas etc.).*

De outras ONG's (associações, cooperativas etc.)		Dos Governos Municipais (4 cidades)	
	%		%
Receberia com certeza	52,0%	Provavelmente receberia	43,3%
Provavelmente receberia	28,0%	Definitivamente não receberia	23,3%
Não tem certeza	20,0%	Receberia com certeza	13,3%
		Não tem certeza	13,3%
		Provavelmente não receberia	6,7%
Total	100,0%	Total	100,0%
Do Governo Estadual		Do Governo Federal	
	%		%
Não tem certeza	60,0%	Não tem certeza	50,0%
Provavelmente receberia	30,0%	Provavelmente receberia	30,0%
Provavelmente não receberia	10,0%	Provavelmente não receberia	20,0%
Total	100,0%	Total	100,0%
Das Empresas Privadas			
	%		
Não tem certeza	43,3%		
Provavelmente receberia	20,0%		
Provavelmente não receberia	20,0%		
Definitivamente não receberia	16,7%		
Total	100,0%		
Índice Geral			
	%		
Não tem certeza	37,3%		
Provavelmente receberia	31,3%		
Provavelmente não receberia	12,0%		
Receberia com certeza	11,3%		
Definitivamente não receberia	8,0%		
Total	100,0%		

- **Confiança em entregar a gestão (administrativa), a gestão (financeira) e as atividades de avaliação das ações:**

Confiança em...	ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada	Organização Multiatores
	%	%	%	%	%	
Confio totalmente	45,0	-	-	-	5,0	26,7%
Confio muito	45,0	35,0	10,0	20,0	15,0	13,3%
Nem muito, nem pouco	10,0	45,0	35,0	15,0	35,0	40,0%
Confio pouco	-	-	35,0	50,0	10,0	-
Confio muito pouco	-	20,0	20,0	15,0	35,0	20,0%
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

- **Confiança receber a gestão (administrativa), a gestão (financeira) e as atividades de avaliação das ações:**

Apoio de	ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%	%
Muito provável	80,0	13,3	6,7	13,3	33,3
Relativamente provável	20,0	46,7	13,3	6,7	20,0
Nem provável, nem improvável	-	-	33,3	33,3	6,7
Relativamente improvável	-	20,0	26,7	33,3	-
Muito improvável	-	20,0	20,0	13,3	40,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dimensão III

Nível de Ação Coletiva e Cooperação (estrutural e cognitivo)

A terceira dimensão, que é um indicador de produção (as perguntas foram mais no nível de posições (opinião) de um ator em relação aos outros). Quanto à questão da posição dos atores estarem dispostos a trabalhar em parceria, as respostas foram positivas, porém, quando cruzados cada ator com outro, algumas relações apresentaram respostas negativas. No cruzamento da variável “O que levaria a organização trabalhar em parceria com outra”, ficou evidente a pré-disposição em atuar conjuntamente.

- A maioria das ONG's estaria disposta a trabalhar em parceria com:

	Outras ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

- A maioria dos Governos Municipais (4 cidades) estaria disposta a trabalhar em parceria com:

	Outros Governos Municipais	ONG's	Empresa Privada
	%	%	%
Concordo totalmente	20,0	-	40,0
Concordo em parte	20,0	60,0	20,0
Nem concordo, nem discordo	20,0	20,0	20,0
Discordo em parte	40,0	20,0	20,0
Total	100,0	100,0	100,0

- A maioria das Empresas Privadas estaria disposta a trabalhar em parceria com:

	Outras Empresas Privadas	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	ONG's
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	20,0	20,0	40,0	40,0	20,0
Concordo em parte	-	40,0	20,0	60,0	-
Nem concordo, nem discordo	20,0	20,0	20,0	-	-
Discordo em parte	20,0	-	-	-	40,0
Discordo totalmente	40,0	20,0	20,0	-	40,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

- Em uma situação de emergência no Território: a Organização já trabalhou juntamente com outras organizações para ajudar a resolver o problema?

	Outras ONG's	Empresas Privadas	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal
	%	%	%	%	%
Sim	100,0	-	40,0	40,0	-
Não	-	100,0	60,0	60,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Como principais motivos para a formação de parcerias, entre as ONG's prevaleceram

os “valores compartilhados” e entre os outros atores, a “expectativa de ganhos”. Isto demonstrou que as configurações institucionais das organizações são aspectos importantes a considerar em uma pretensa formação de parcerias para projetos de desenvolvimento.

- O que levaria os diversos atores a trabalharem em parceria com outras Organizações em projetos de desenvolvimento no Território? Geral.

	%
Expectativas de ganhos	40,0%
Valores compartilhados	20,0%
Objetivos complementares	16,0%
Objetivos semelhantes	12,0%
Nenhuma acima	10,0%
Complexidade dos problemas	2,0%
Total	100,0%

- Relações entre Organizações a seguir. O que as levaria a trabalhar em parceria com outras Organizações em projetos de desenvolvimento no Território? ONG's com:

	Outras ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%	%
Valores compartilhados	80,0	20,0	20,0	20,0	40,0
Objetivos semelhantes	20,0	40,0	20,0	20,0	20,0
Objetivos complementares	-	-	40,0	20,0	-
Expectativas de ganhos	-	40,0	20,0	20,0	40,0
Complexidade dos problemas	-	-	-	20,0	-
Nenhuma acima	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

- Relações entre Organizações a seguir. O que as levaria a trabalhar em parceria com outras Organizações em projetos de desenvolvimento no Território? Empresas Privadas com:

	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%
Valores compartilhados	-	-	-	20,0
Objetivos semelhantes	-	-	-	-
Objetivos complementares	20,0	20,0	20,0	-
Expectativas de ganhos	60,0	60,0	60,0	60,0
Complexidade dos problemas	-	-	-	-
Nenhuma acima	20,0	20,0	20,0	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

- Relações entre Organizações a seguir. O que as levaria a trabalhar em parceria com outras Organizações em projetos de desenvolvimento no Território. Entre os Governos Municipais:

	%
Objetivos complementares	40,0
Expectativas de ganhos	40,0
Nenhuma acima	20,0
Total	100,0

Dimensão IV

Nível de Informação e Comunicação (estrutural e cognitivo)

Na quarta dimensão, importante forma de manter e reforçar o Capital Social encontramos resultados negativos que ficaram entre “fraco” e “muito fraco” baixo nível de comunicação entre os atores dos três setores.

- Com que frequência as Organizações entram em contato. Geral.

	%
Não se comunicam	48,0
Mensalmente	24,0
Semanalmente	20,0
Diariamente	8,0
Total	100,0

- Com que frequência a Organização entra em contato quando o(s) parceiro(s) são:

	Outras ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%	%
Diariamente	40,0	-	-	-	-
Semanalmente	60,0	40,0	-	-	-
Mensalmente	-	40,0	40,0	20,0	20,0
Anualmente	-	-	-	-	-
Não se comunicam	-	20,0	60,0	80,0	80,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

- Com relação ao acesso de informação aqui no Território. Classificação do acesso:

	%
Fraco	33,3%
Médio	26,7%
Muito fraco	13,3%
Forte	13,3%
Muito forte	13,3%
Total	100,0%

- Em geral, se fosse necessário reunir emergencialmente com outras Organizações parceiras... (localizadas em várias partes do Território), qual seria o grau de dificuldade com relação a: a comunicação sobre a reunião, escolha do local (consenso), deslocamento para o local, reunião para o próximo dia e reunião para a próxima semana.

	Outras ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%	%
Muito fraco	8,0%	32,0%	32,0%	40,0%	40,0%
Fraco	32,0%	48,0%	44,0%	36,0%	36,0%
Médio	28,0%	4,0%	12,0%	4,0%	16,0%
Forte	28,0%	16,0%	12,0%	20,0%	8,0%
Muito forte	4,0%	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dimensão V

Coesão e Identidade Territorial - inclusão (cognitivo)

Esta dimensão verifica o grau de coesão e inclusão social, que é um dos resultados mais importantes sobre a presença de Capital Social. Com relação à coesão para realizar projetos, os resultados apresentaram respostas entre “*muito distante*” e “*relativamente distante*”.

- Grau de proximidade (união) no Território, para a realização de projetos, entre ONG's, entre ONG's e os Governos Municipais (4 cidades), entre ONG's e o Governo Estadual, entre ONG's e o Governo Federal e entre ONG's e Empresas Privadas.

Proximidade	%
Muito distante	32,0%
Relativamente distante	28,0%
Relativamente próximo	20,0%
Muito próximo	12,0%
Nem distante nem próximo	8,0%
Total	100,0%

- Grau de proximidade (união) no Território, para a realização de projetos entre Empresas Privadas e os Governos Municipais, entre Empresas Privadas e o Governo Estadual, entre Empresas Privadas e o Governo Federal e entre Empresas Privadas.

Proximidade	%
Muito distante	44,0%
Relativamente distante	24,0%
Nem distante nem próximo	24,0%
Relativamente próximo	8,0%
Total	100,0%

- Grau de proximidade (união) no Território, para a realização de projetos, entre Governos Municipais.

Proximidade	%
Muito distante	40,0
Relativamente distante	40,0
Nem distante nem próximo	20,0
Total	100,0

Com relação às diferenças nas características (Posicionamentos Políticos; Posicionamentos Sociais; Posicionamentos Ambientais; Posicionamentos Ideológicos; Posicionamentos Econômicos; Conhecimento; Organizacionais / Regras internas / Estatutos; Interesses; Estruturas de Poder), os resultados foram os seguintes: entre ONG's “*pouco diferentes*”; entre as ONG's e os outros atores entre “*extremamente diferentes*” e “*muito diferentes*”; e entre os atores do segundo e do primeiro setor também ficou entre “*extremamente diferentes*” e “*muito diferentes*”. A exceção foi o resultado entre Empresas

Privadas e os Governos que ficou entre “*relativamente diferentes*” e “*pouco diferentes*”. E, por fim entre os Governos Municipais apresentou o resultado “*extremamente diferentes*”.

- *Diferenças nas características entre as Organizações dos três setores do Território. Entre ONG's e...*

Diferenças	Outras ONG's	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%	%
Extremamente diferentes	6,0	50,0	36,0	48,0	34,0
Muito diferentes	2,0	26,0	38,0	20,0	20,0
Relativamente diferentes	14,0	10,0	20,0	22,0	38,0
Pouco diferentes	40,0	14,0	6,0	10,0	8,0
Muito pouco diferentes	38,0	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Entre Empresas Privadas e...

Diferenças	Governos Municipais	Governo Estadual	Governo Federal	Empresa Privada
	%	%	%	%
Extremamente diferentes	12,0	10,0	10,0	50,0
Muito diferentes	32,0	16,0	18,0	16,0
Relativamente diferentes	22,0	20,0	36,0	6,0
Pouco diferentes	34,0	52,0	36,0	14,0
Muito pouco diferentes	-	2,0	-	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Entre Governos Municipais

Diferenças	%
Extremamente diferentes	48,0%
Muito diferentes	16,0%
Relativamente diferentes	8,0%
Pouco diferentes	16,0%
Muito pouco diferentes	12,0%
Total	100,0%

- *Alguma dessas diferenças pode causar problemas para a construção de parcerias?*

Diferenças	%
Sim	80,0
Não	20,0
Total	100,0

- *Quais as principais:*

Diferenças	%
Posicionamentos Políticos	18,8%
Interesses	18,8%
Posicionamentos Sociais	12,5%
Posicionamentos Ideológicos	12,5%
Valores (ética, próprios)	12,5%
Posicionamentos Ambientais	6,3%
Posicionamentos Econômicos	6,3%
Organizacionais / Regras internas / Estatutos	6,3%
Estruturas de Poder	6,3%
Total	100,0%

- Afirmações que definem melhor as causas das desigualdades de desenvolvimento entre as Cidades do Território:

Afirmações	%
As dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores levam algumas regiões a entrar em crise.	30,0%
Os governos favorecem mais algumas regiões.	20,0%
A concentração da propriedade da terra e da renda impede o desenvolvimento de algumas regiões.	20,0%
Não respondeu	30,0%
Total	100,0%

Com relação ao índice que analisou a identidade territorial, o mesmo apresentou resultado negativo para este item, apesar dos resultados terem ficado relativamente próximos (índice= 10 x 7).

- O Território é rico ou pobre:

	%
Pobre	60,0
Mais rico do que pobre	20,0
Mais pobre do que rico	20,0
Total	100,0

- No passado, o Território já foi mais rico ou mais pobre do que é hoje:

	%
Já foi mais pobre	40,0
Não sabe (com relação ao território)	40,0
Já foi mais rico	20,0
Total	100,0

- Quais são os pontos mais fortes da economia do Território:

	%
A agricultura e os solos	30,0
O povo trabalhador	30,0
A indústria	10,0
A capacidade empreendedora dos habitantes	10,0
Não respondeu	20,0
Total	100,0

- Quais são os pontos mais fracos (problemáticos) do Território:

	%
Emprego	50,0
Atendimento a saúde	30,0
Habitação	10,0
Escolas e qualidade de ensino	10,0
Total	100,0

- Outros pontos mais fracos (problemáticos) com relação à formação de parcerias no Território:

	%
Baixo nível participativo da população	40,0
Falta de cooperação entre os governos e a sociedade	20,0
Falta de trabalhos em conjunto entre os Governos Municipais	10,0
Falta de trabalhos em conjunto entre as Empresas Privadas	10,0
Não respondeu	20,0
Total	100,0

- Como um lugar para se viver o Território é...

	%
Bom	60,0
Ótimo	20,0
Regular	20,0
Total	100,0

- Quais dos atores abaixo são mais importantes para promover o desenvolvimento do Território:

	%
As associações e Ong's do Território	40,0
Os cidadãos do Território	30,0
Os Governos Municipais	20,0
As Universidades	10,0
Total	100,0

- O que seria mais importante para promover o desenvolvimento do Território:

	%
Fortalecer as atividades econômicas que já existem na região	60,0
Estimular novas atividades diferentes das que já existem	40,0
Total	100,0

- Que tipo de atividade deveria ser estimulada para fortalecer a economia do Território.

	%
A agricultura	100,0

- Existe no Território alguma cooperativa que reúna produtos / produtores dos quatro municípios do Território:

	%
Sim	40,0
Não	40,0
Não respondeu	20,0
Total	100,0

- Entre estes setores e atividades a seguir, quais deveriam receber tratamento prioritário no Território.

	%
Educação profissional para jovens e adultos	30,0
Habitação	20,0
Saneamento	10,0
Segurança pública	10,0
Educação formal	10,0
Não respondeu	20,0
Total	100,0

- *Quais as duas expressões abaixo que melhor definem o Território (com relação a outros territórios).*

	%
Um lugar que se destaca pelas semelhanças nas características econômicas	30,0
Um lugar que se destaca pelas semelhanças nas características políticas	20,0
Um lugar com história e cultura próprias que o diferencia de outros locais	10,0
Um lugar de pessoas com muitas afinidades sociais e culturais	10,0
Não sabe	20,0
Não respondeu	10,0
Total	100,0

Dimensão VI

Autoridade, Empoderamento e Ação Política (cognitivo)

Na sexta dimensão percebe-se que algumas organizações afirmam possuírem capacidade de influenciar e de participar nas decisões no Território. Com relação à consideração que outros atores têm sobre as preocupações manifestadas por uma organização de um diferente setor, as respostas apontaram para “*um pouco (algumas ações)*”.

Empoderamento

- *Sua Organização “sente” que tem poder para tomar decisões que podem influenciar ações de desenvolvimento no Território?*

	%
Geralmente capaz de influenciar	80,0
Totalmente capaz de influenciar	20,0
Total	100,0

- *Qual é o grau da participação da sua Organização nas decisões que afetam ações no Território?*

	%
Sobre algumas decisões	40,0
Sobre a maioria decisões	40,0
Não respondeu	20,0
Total	100,0

- *No geral, qual o impacto que sua Organização “sente” que tem em fazer esse Território um lugar melhor para se viver?*

	%
Um grande impacto	80,0
Um pequeno impacto	20,0
Total	100,0

- Até que ponto os governos locais e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por sua Organização quando vocês propõem ações ou tomam decisões que afetam o Território?

	%
Muito	-
Um pouco (algumas ações)	80,0
Não levam em consideração	20,0
Total	100,0

- Para influenciar / realizar ações no Território. Qual o grau que a Organização possui de... Poder (impor as ações), Legitimidade (aceitação da população), Legitimidade perante outras ONG's, Legitimidade perante os governos locais e Legitimidade perante as empresas privadas.

	%
Algum (médio)	41,0
Muito	41,0
Nenhum	16,0
Total	100,0

- Para influenciar / realizar ações no Território, em sua opinião qual o grau que os atores abaixo possuem de... Poder (impor as ações), Legitimidade (aceitação da população), Legitimidade perante as ONG's, Legitimidade perante os governos locais e Legitimidade perante as empresas privadas.

	ONG's	Governos Municipais	Empresas Privadas
	%	%	%
Nenhum	20,0	48,0	44,0
Algum (médio)	48,0	32,0	48,0
Muito	32,0	20,0	8,0
Total	100,0	100,0	100,0

- Para realizar ações de desenvolvimento ao nível do Território, em sua opinião, qual a capacidade da sua Organização em...: Recursos técnicos (conhecimento), Recursos econômicos, Recursos humanos, Recursos materiais e Fazer parcerias.

	%
Nenhuma	4,0
Alguma (média)	48,0
Muita	48,0
Total	100,0

- No geral, para tomar decisões importantes para a Organização, vocês costumam fazer:

	%
Reunião, convocando todos os integrantes da Organização (assembléia)	60,0
Reunião com os dirigentes da Organização	40,0
Total	100,0

- No geral, para tomar decisões importantes para o Território, vocês costumam fazer:

	%
Reunião, convocando outras ONG's	10,0
Reunião, convocando os governos locais	3,3
Reunião, convocando todos os atores acima	6,7
Não respondeu	80,0
Total	100,0

Os resultados dos questionários apontam de modo geral que as características dos atores dos três setores podem influenciar no momento de se construírem parcerias. Este resultado se reforça quando a questão identidade territorial é colocada nos cruzamentos, na medida em que entram em jogo relações entre municípios com formações políticas históricas e atuais diferenciadas, ONG's com sentido local (município) de atuação e entes do mercado sem capacidade de atingir um nível maior de apoio, quando existem apoios.

Enfatizamos o fato de que através das observações, em algumas análises de documentos e nas entrevistas, verificamos a existência de projetos sendo realizados em conjunto, principalmente entre ONG's, outros com alguma participação dos Governos municipais, porém a presença das organizações do mercado é praticamente nenhuma.

Concluimos que existe Capital Social a ser mobilizado ou com fortes chances de ser gerado entre as Organizações da Sociedade Civil, porém entre os outros setores e destes com o Terceiro Setor ele não aparece ou aparece de forma pouca significativa.

Na tabela abaixo são detalhados os resultados gerais de cada dimensão, descrevendo o peso de cada uma no resultado geral no Território.

Dimensões	Capital Social	
	Aspectos gerais	Classificação
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais	Como este é um indicador que reflete a entrada (possibilidade de geração) de Capital Social, conclui-se que entre as organizações do terceiro setor existe esta possibilidade, porém quando se analisa os três setores em conjunto, os resultados se apresentam “fracos” quanto esta possibilidade, destacando-se as empresas privadas como “muito fraco”.	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
II. Grau de Confiança e Solidariedade	Esta dimensão analisa a confiança e solidariedade, observa-se novamente a “forte” relação entre as ONG’s e uma “fraca” relação entre os três setores analisados em conjunto. Como confiança é um índice importante tanto como entrada, produção ou mesmo de medida direta de Capital Social, as respostas foram importantes para o resultado final.	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação	Este é um indicador de produção. Quanto à questão da posição dos atores estarem dispostos a trabalhar em parceria, as respostas foram positivas, porém, quando cruzados cada ator com outro, algumas relações apresentaram respostas negativas. No cruzamento da variável “O que levaria a organização trabalhar em parceria com outra”, ficou evidente a pré-disposição em atuar conjuntamente.	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
IV. Nível de Informação e Comunicação	É uma importante forma de manter e reforçar o Capital Social encontramos resultados negativos que ficaram entre “fraco” e “muito fraco” baixo nível de comunicação entre os atores dos três setores.	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
V. Coesão e Identidade Territorial	É responsável por um dos resultados mais importantes sobre a presença de Capital Social. Com relação à coesão para realizar projetos, os resultados apresentaram respostas entre “muito distante” e “relativamente distante”.	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política	A dimensão busca averiguar a eficácia para influenciar tanto eventos locais como em políticas públicas mais amplas. Algumas organizações afirmam possuem esta capacidade e de participar nas decisões no Território. Com relação à consideração que outros atores têm sobre as preocupações manifestadas por uma organização de um diferente setor, as respostas apontaram para “um pouco (algumas ações)”.	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte

Na tabela abaixo, classificamos os setores em relação às categorias de Capital Social no nível territorial:

		ASPECTOS COGNITIVOS
		FRACOS
ASPECTOS ESTRUTURAIS	FORTES FRACOS*	(2)
		<p>O Território apresenta organizações bem estruturadas, com potencial para contribuir no desenvolvimento do mesmo. Existem características em comum, por exemplo: a preocupação pelo desenvolvimento, mais forte no nível municipal e com indícios no nível territorial. Existem redes sociais, principalmente entre as organizações do terceiro setor, articuladas em torno de temas relevantes (desenvolvimento e jovens). Estas redes se apresentam com um alto grau de centralidade e densidade voltada principalmente para uma organização civil específica no Território. Porém aspectos cognitivos** interferem na consecução de projetos em conjunto entre os atores dos três setores ao nível do Território, que no fim, podemos afirmar é reflexo das diferenças institucionais entre os mesmos.</p> <p>Existem algumas redes no Território entre os três setores, mas, muitas não são estruturadas na confiança mútua ou na solidariedade ou na ação coletiva ou na reciprocidade, consequência das suas diferenças cognitivas, o que de modo concreto não auxilia na geração de capital social e consequentemente nos projetos de desenvolvimento.</p>

* Fortes no Terceiro Setor, fraco nos outros dois e fraco entre os três setores.

** Resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo.

C) Análise institucional das organizações

1. Dados iniciais

I. Definição do Campo de análise

Analisar as relações entre as configurações institucionais das organizações dos três setores da sociedade com a existência de Capital Social entre as mesmas.

A “*Totalidade Dinâmica*” foi delimitada no espaço geográfico do Território em estudo com suas relações com os outros ambientes e o fator tempo foi o da criação da principal ONG atuante no Território, que se confunde com movimentos sociais da época.

II. Definição do Campo de intervenção

Através da análise das relações entre as configurações institucionais das organizações dos três setores da sociedade com a existência de Capital Social em suas seis dimensões, com a finalidade de auxiliar no planejamento de ações para projetos de desenvolvimento no Território Bacia do Goitá.

2. A Grade de Leitura da estrutura institucional das organizações (informações gerais para exemplificar o processo)

I. Os elementos institucionais

a. Exterioridade / anterioridades (a identidade social, a história e o território como espaço de inserção).

O primeiro elemento institucional analisado neste item foi a “*identidade social das organizações*”. As diferenças básicas são aquelas que dizem respeito ao foco e formas de atuação entre as organizações dos três setores; diferenças relativas ao próprio sentido de existência das organizações, ou seja, mercado o lucro, governo o poder e organizações da sociedade civil a causa e a liberdade de agir em prol do social.

Cabe destacar que os governos dos municípios, representantes do primeiro setor que fazem parte do Território, sendo de diferentes partidos já acarreta diferenças na forma de governar. As organizações, representantes do segundo setor, são geralmente de pequeno porte e geridas de forma familiar, tendo pouca participação nos projetos. As ONG's possuem disparidades quanto ao tamanho e a capacidade de atuação, sendo que a maioria possuem poucas pessoas a frente dos trabalhos, se diferenciando em organizações oriundas de denominações religiosas, geridas por jovens, geridas por pessoas que estiveram envolvidas em movimentos sociais de base, geridas por mulheres e com foco em gênero etc.

O segundo elemento foi a “*história das organizações*”. Destacamos que o estudo se realizou em uma região interiorana de um Estado da Região Nordeste do Brasil, Pernambuco, com todas as suas especificidades e problemas oriundos do desenvolvimento histórico (social, econômico, ambiental e político) que fizeram que a região possuísse um alto nível de pobreza e de heterogeneidade sub-regional, sendo mesmo marcada historicamente pelo baixo desenvolvimento.

A realidade das regiões interioranas no Estado de Pernambuco se caracteriza por uma grande heterogeneidade no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos, decorrente, em grande parte, do caráter seletivo do desenvolvimento e dos investimentos nos diversos espaços sub-regionais. Os processos políticos e econômicos, históricos e atuais privilegiaram e ainda privilegiam áreas nas quais estão presentes vantagens comparativas resultantes da maior disponibilidade de infra-estrutura econômica, de mão-de-obra especializada e de recursos naturais, principalmente por apresentarem destaque em determinados tipos de produção e ligações políticas. O resultado é que a Região Nordeste concentra os piores índices sociais do país, alimentados por uma prática política assistencialista e sustentados por um crescimento econômico desordenado e excludente.

As empresas, na sua maioria de pequeno porte, nasceram na luta pela sobrevivência de seus fundadores, pelo motivo, já citado, da falta de emprego e de recursos, conseqüência, muitas vezes, do domínio de “*Coronéis*” latifundiários que controlavam a política e o setor econômico.

O terceiro elemento deste item foi o “*Território*”. No nosso estudo os ambientes foram categorizados de três maneiras: em Ambiente Organizacional Interno (microambiente), materializado pelas Organizações dos três setores da sociedade, o Ambiente Organizacional operacional, materializado pelo Território Bacia do Goitá, local onde foi realizada a coleta de dados e Ambiente Organizacional Geral (total – macroambiente), materializado pelos processos de âmbito estadual, nacional e mundial que de alguma forma exercem influencia nos outros dois ambientes.

b. O formal interno (os estatutos / convenções, o funcionamento, a organização do tempo / espaço e as práticas / tarefas).

Os estatutos. São essencialmente disciplinares, contendo as regras e as normas que regem o funcionamento e os papéis dos participantes e, ainda, normatizam as relações de poder e o acesso aos modos de utilização dos meios econômicos. Visto no item 4 (Análise de documentos). Abaixo outros elementos que podem ser observados:

A ocupação dos espaços físicos. Revelam diretamente as facetas do poder e da ideologia instituídos. (não analisado neste projeto teste)

A forma de organizar o tempo. Diz respeito ao ritmo da organização e ao regime de trabalho, que podem ser reveladores de contradições, quando entra em confronto a relação vida privada e vida social, ou seja, indivíduo e coletivo. (não analisado neste projeto teste)

Por fim, **as funções e papéis.** Pode-se partir da análise do organograma funcional que designa papéis e status, dependências, reciprocidades, subordinação e as vias por onde circulam a informação. O organograma dá uma idéia da complexidade ou da simplicidade das relações funcionais, da hierarquia, da estrutura funcional se é aberta ou fechada, autoritária ou democrática, arcaica ou moderna, etc. (não analisado neste projeto teste)

c. O manifesto informal (comportamentos ditos e agidos e o clima).

Estes são os comportamentos diretamente observáveis dos atores, seja verbal ou motor. São as atitudes, a maneira de falar ou de calar, os gestos, as formas de agir com

submissão ou rebelião, podem ser esclarecedores para identificar o “*clima*” e a “*atmosfera*” do ambiente interno, que a seu tempo e quando são analisados de forma atenciosa e, principalmente, relacionando com outros elementos institucionais, revelam pontos que se associando a outros formam instituições. (não analisado neste projeto teste)

d. Pressões externas (a realidade do contexto atual e a influência do ambiente).

A situação do contexto no ambiente geral e operacional vai agir e muitas vezes causar turbulências nas organizações ou, ao contrário trazer estabilidade e desenvolvimento. Portanto, o contexto econômico, político, social, técnico, tanto a nível macro como a nível micro, irão exercer influência sobre as organizações, obrigando-as, muitas vezes, a se adaptarem e a modificarem seus comportamentos para, por exemplo, sobreviverem. (não analisado neste projeto teste)

e. Exigências implícitas (pertencimentos transversais e relações de grupo).

Também são elementos institucionais que não são diretamente observáveis nas organizações. São elementos implícitos muitas vezes não esclarecidos diretamente, podem pertencer ao campo interno e também ao campo externo das organizações, sendo considerados neste caso como elementos transversais. (não analisado neste projeto teste)

f. Demandas individuais (representações, necessidades, afetos e mecanismos de defesa).

Em um projeto nos importa saber a importância destes elementos institucionais na formação das instituições e que o descortinar das configurações institucionais têm base nas contradições entre estes atores, permeados pelo imaginário e o que está posto nas organizações, não nos detendo em analisar as pessoas para conhecer suas representações, necessidades, afetos etc. (analisado para captar algumas contradições neste projeto teste)

Por fim, a articulação dos diferentes elementos institucionais produz complementaridades ou contradições, que formam conjuntos de sentidos, que podem desencadear e auxiliar o processo de análise.

3. A construção / elucidação dos Analisadores

Através da observação, dos questionários e das entrevistas e definimos alguns analisadores que julgamos de interesse para auxiliar na interpretação dos dados coletados e na busca das respostas às perguntas que formulamos:

Começamos pela busca de “*analisadores históricos*”, onde destacamos dois tipos:

- o primeiro chamamos de *analisador “histórico político”*. Este se reveste das condições históricas que existiam em épocas passadas no Nordeste brasileiro, do domínio do latifúndio escravocrata, monocultor e esterilizador da diversidade social, que estava vinculado ao poder privado dos senhores de terras, que levou a uma cultura política do mando e da subserviência e que chegou até nossos dias, inclusive permeando as instâncias políticas em todos os níveis. Um dos elementos que podemos destacar, diz respeito à nossa estrutura agrária assentada no grande domínio territorial, que continuou praticamente intocada em vários pactos de poder. A análise desses elementos de continuidade na nossa cultura política mostrou-se relevante para o debate, que se pretende atual, da questão do desenvolvimento que envolva estes atores. Estes motivos levaram muitas organizações sociais de base a se constituírem contra o Estado e as imposições do poder financeiro de empresas e grandes produtores.

Muitas organizações sociais que existem no território estudado, possuem seus fundamentos ideológicos a partir desta época o que refletem na suas posições e características atuais.

- O segundo tipo é o *analisador “histórico sócio-econômico”*. Este analisador é um complemento do primeiro. As raízes da desigualdade social começaram desta cultura política mediante a questão da sobrevivência, cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação, o que não permitiu o desenvolvimento social e nem econômico das pessoas que não faziam parte das elites.

Hoje, a situação social e econômica do Território merece atenção. As taxas de analfabetismo são mais altas que a média nacional. A desigualdade social é acentuada. A porcentagem de pobreza é preocupante e afeta principalmente a juventude local (INTERAÇÃO, 2007). A partir desta constatação, este analisador possibilitou-nos o levantamento de pistas sobre os principais motivos da criação das organizações sociais locais e, a partir de um possível “*vies*” imaginários em direção contrária aos poderes públicos e privados (econômicos) instituídos por elites e também de desconfiança nas relações com os mesmos.

- **Analisador “ambiente organizacional”**. Este analisador foi proposto porque percebemos diferenças em relação ao, principalmente, simbólico das organizações se confrontado com o imaginário dos indivíduos em alguns casos. Imagina-se, por exemplo, em salvar o mundo ou melhorar a qualidade de vida das pessoas ou simplesmente em sobreviver. O pensamento pode ser diferente dos gestores em relação aos outros participantes. Estas relações levam a formação de contradições que para nós levanta inúmeros detalhes inerentes à organização, que somados levam a definição de uma ou mais instituições.

- Outro analisador utilizado foi o **analisador “coesão e identidade territorial”**. Este analisador tratamos de maneira simples, perguntando: existe o reconhecimento do Território Bacia do Goitá entre as diversas Organizações dos três setores da sociedade? As respostas foram negativas para o índice criado (Vide resultados do Capital Social).

- **Analisador “capital social”** - (sub-analisadores: Grupos e redes; Confiança e solidariedade; Ação coletiva e cooperação; Informação e comunicação; Autoridade, empoderamento e ação política). Este analisador visou compreender como se dão e qual o sentido das relações interorganizacionais, tanto na sua presença como na sua ausência. (Vide resultados do Capital Social).

- **Analisador “busca por recursos”** - É um analisador importante nos tempos atuais, pois a busca por recursos significa muitas vezes a sobrevivência ou a manutenção de um estado de coisas (político, por exemplo) das organizações. Ele auxiliou na percepção das instituições e, principalmente, na resistência a mudanças das instituições por fatores e ofertas econômicas.

- **Analisador “pressões dos ambientes e do contexto atual”** - As pressões econômicas e políticas advindas, tanto a nível micro (dos municípios), quanto a nível macro (o ambiente externo) têm influenciado as posições e as formas de atuação das organizações, de modo que, muitas vezes, acontecem adaptações a estas situações.

4. A rede de contradições das organizações

A análise das contradições foi utilizada para buscar identificar possíveis instituições existentes de forma oculta ou não nas organizações, a partir das relações entre os indivíduos (instituintes) e as estruturas instituídas e das relações entre as organizações e os diversos ambientes em que as mesmas fazem parte. A análise se deteve principalmente nas demandas individuais, que serviram para verificar o estado do jogo de forças institucionais no interior das organizações.

Assim, a análise proporcionou a partir destas contradições a revelação de indícios da existência de características não explícitas nas conjunturas particulares de cada

organização, que no fim, apoiadas pelos elementos institucionais da grade de leitura proporcionou chegarmos a identificação de algumas instituições e conseqüentemente nos aproximarmos das configurações institucionais das organizações estudadas. Na seqüência as configurações de cada organização foram colocadas em relação, para então evidenciarmos as possíveis influências das mesmas na formação das parcerias em projetos de desenvolvimento a nível territorial.

Esta análise proporcionou obtermos algum conhecimento, ainda que restrito, da estrutura da realidade institucional das organizações estudadas, na medida em que permitiu através da leitura de algumas das suas contradições obter uma quantidade de informações capazes de evidenciar características não lidas através do estudo da grade. Portanto, essa forma de abordagem teve a ambição de exprimir, ou pelo menos, de explorar as relações dialéticas existentes nas contradições de ordem estrutural e nos conflitos entre atores de diversas origens, funções, posições e categorias sociais que participam daquelas organizações.

Entre os diversos tipos de contradições alguns foram possíveis captar e entre estas tivemos aquelas que se destacaram pelo conteúdo da informação no momento da realização das análises. As contradições transversais, que envolvem principalmente os macro-fenômenos influenciando os micro-fenômenos, se situaram especificamente nos campos político-ideológicos e econômicos. As contradições entre os níveis local e global mostram que as mudanças decorrentes de processos econômicos recessivos no nível global (ambiente geral) e das rápidas mudanças políticas partidárias (ambiente geral, operacional e interno), trouxeram para as organizações a necessidade de repensar e reformular seus modos de agir por meio de novas formas organizacionais, no que diz respeito à adaptação ou não das condições impostas pelos ambientes, o que significa mudar posições existentes historicamente.

As contradições transversais revelaram nas relações gerais alguns pontos dialéticos que propiciaram uma melhor compreensão da forma como este espaço local está estruturado e, dessa forma, uma melhor compreensão das fontes de contradição a nível micro, ou seja, dos fatores potenciais da geração das instituições próprias de cada ator.

Encontramos algumas contradições de grupo e verticais, quando colocamos a atuação das organizações no âmbito do espaço do Território ou a atuação nos municípios independentemente, e ainda, especificamente no nível das contradições horizontais percebemos conflitos entre as organizações de setores diferentes da sociedade em realizarem ações relacionadas aos seus objetivos próprios ou atuarem conjuntamente no Território, o que trouxe a tona questões relativas as necessidades econômicas de cada organização e a falta de confiança nos outros atores.

No nível vertical, destaca-se o poder (manutenção do instituído) em conflito com perspectivas de mudança (ação dos instituintes), principalmente no nível interno das organizações, porém não se chega a constatar problemas de força ou de tomada de poder, e sim conflitos relacionados há busca pelo espaço de idéias e, muitas vezes, ideal.

Entre os governos (internas) os posicionamentos políticos de cada local (município) interferem quanto às decisões de quais locais devem receber atenção, isso se verifica nos interesses de cada um em detrimento de uma ação conjunta, acreditando em uma perda política e de não reconhecimento.

A maioria das organizações do mercado (empresas) é de pequeno porte e com poucas iniciativas de trabalho em conjunto em relação ao desenvolvimento tanto dos municípios isolados como do Território. Isto demonstrou a existência de conflitos entre a busca pela própria sobrevivência em relação à participação em projetos de parceria, ainda, pela falta de confiança nos outros setores também reforçam os conflitos.

No nível das contradições elementares, a partir da fala dos indivíduos que colocam que pertencer ou não, estar incluído ou não, estar excluído ou não, das relações internas das organizações, das atividades decisórias, dos planejamentos, levam a conflitos entre o que está instituído e o que se tem expectativa de realizar.

Estas questões relativas ao instituído das organizações, no nível elementar das contradições, são objetivas para os indivíduos na medida em que representam uma reprodução adequada do mundo objetivo que eles participam diretamente e são subjetivas na medida em que contêm elementos de idealização, aproximação e distorção desta realidade objetiva. Portanto, as contradições subjetivas se referem às contradições originárias dos momentos subjetivos na percepção da realidade objetiva das organizações.

Nosso interesse em descortinar algumas contradições no nível elementar e de grupo, a partir do pensamento dos atores sociais, tem respaldo do papel que tais contradições representam na aquisição do conhecimento sobre o mundo não objetivo das organizações estudadas e as conseqüências desse conhecimento para as esferas objetivas e subjetivas da atividade destes atores sociais e seus posicionamentos tanto no nível interno como externo ao grupo que pertencem.

Modelo (exemplo) de tabela para evidenciar contradições e as instituições formadas a partir delas. (deve ser realizado para cada ator individual ou grupo)

Análise das Contradições											
Organização:	X										
Setor:	<input type="checkbox"/> Primeiro <input type="checkbox"/> Segundo <input checked="" type="checkbox"/> Terceiro										
Ator (es):	<input checked="" type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Grupo – Identificação:										
Tipos de práticas realizadas na organização					Tipos de relação com a organização						
					funcional	de afetividade	de dominação	de dependência	de rivalidade	de agressividade	de desejos negados
	Determinadas	Nível instituído			X						
	Toleradas										
	Encorajadas										
	Escondidas	Nível instituinte									
X	Vigiadas						X			X	
	Contra-práticas										
Classificação dos atores:		<input type="checkbox"/> Particular como membro das instâncias instituídas da organização									
		<input type="checkbox"/> Particular como usuário e/ou mantenedor das instituições da organização						<input type="checkbox"/> Usuário			
		<input checked="" type="checkbox"/> Particular como agente de transformação institucional						<input type="checkbox"/> Mantenedor			
Tipo(s) de Contradições(s) evidenciadas				X	Transversais		Campo técnico				
						X	Campo econômico				
							Campo social				
							Campo político (poder)				
							Campo deológico				
							Campo cultural				
							Outras				
					Horizontais		Recursos				
							Ambiente ideológico				
							Outras				
				X	Verticais	X	Poder de decisão				
							Capacidade				
							Legitimidade				
							Dominação				
							Outras				
					Grupo		Condições sociais / econômicas				
							Educação				
							Interesses				
							Religiosa				
							Tendências políticas				
	Características gerais										
	Outras										
X	Elementares	X	Projetos de vida								
			Necessidades de...								
			Insatisfação com...								
			Defesa dos...								
		X	Desejos/expectativas contrariadas								
	Outras										
				Nenhuma							

<input type="checkbox"/> Campo institucional mediatizado		Tipo:	
<input checked="" type="checkbox"/> Campo institucional mediatizante		Tipo:	Entre pontos pré-definidos e possibilidades de mudança
Instituições (evidencias)	Contradições		
	Transversais	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): (X) Campo econômico () Campo político (X) Campo Social () Campo ideológico	
		1. Cultura Política	
		2. Social-filantrópica	
		3. Valores históricos	
	Horizontais	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico	
		1.	
		2.	
		3.	
	Verticais	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico (X) Campo político () Campo Social () Campo ideológico	
		1. Contra poder e legitimidade	
		2.	
		3.	
	Grupo	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político () Campo Social () Campo ideológico	
		1.	
2.			
3.			
Elementares	Campo principal que se relaciona(m) a(s) instituição(ões): () Campo econômico () Campo político (X) Campo Social (X) Campo ideológico		
	1. Crise financeira		
	2. Ideologia		
	3.		

5. Instituições

Na nossa pesquisa pudemos, através da análise das contradições e dos elementos da grade de leitura, captar algumas instituições dos atores setoriais estudados e que para nós entram no jogo da formação das parcerias intersetoriais.

No Primeiro Setor (o Governo), onde foram analisados principalmente os municípios pertencentes ao Território, podemos classificar assim as principais instituições: no nível micro a **Instituição “Cultura Política”**, a **Instituição “Ideologia”** e a **Instituição “Base política”**; No nível macro, mas com relação direta no nível micro, a **Instituição “O Estado”**; a **Instituição “Controle Social”** e a **Instituição “Poder e legitimidade”**.

INSTITUIÇÕES		
Organização/Setor	Principais Instituições	Contradições que podem evidenciar instituição(ões)
Primeiro Setor	Cultura Política	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Ideologia	(x) Transversais () Horizontais () Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Base política	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Controle Social	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Poder e legitimidade	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo

No Segundo Setor (o Mercado), onde analisamos algumas empresas privadas pertencentes ao Território, encontramos: a **Instituição “Lógica econômica moderna”**; a **Instituição “Crise financeira”**; a **Instituição “Lógica tradicional de gestão”** e a **Instituição “Cultura Política”**.

INSTITUIÇÕES		
Organização/Setor	Principais Instituições	Contradições que evidenciam a instituição
Segundo Setor	Lógica econômica moderna	(x) Transversais (x) Horizontais () Verticais () Elementares () De grupo
	Crise financeira	(x) Transversais (x) Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Lógica tradicional de gestão	(x) Transversais (x) Horizontais (x) Verticais () Elementares (x) De grupo
	Cultura Política	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo

No Terceiro Setor (Sociedade civil Organizada), identificamos: a **Instituição**

“*Cultura Política*”; a Instituição “*Ideologia*”, a Instituição “*Social-filantrópica*”; a Instituição “*Crise financeira*”; a Instituição “*Contra poder e legitimidade*” e a Instituição “*Valores históricos*”.

INSTITUIÇÕES		
Organização/Setor	Principais Instituições	Contradições que evidenciam a instituição
Terceiro Setor	Cultura Política	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Ideologia	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Social-filantrópica	(x) Transversais () Horizontais () Verticais () Elementares () De grupo
	Crise financeira	(x) Transversais (x) Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Contra poder e legitimidade	(x) Transversais () Horizontais (x) Verticais (x) Elementares (x) De grupo
	Valores históricos	(x) Transversais () Horizontais () Verticais (x) Elementares () De grupo

Este conjunto de instituições forma as configurações institucionais de cada ator setorial. Estas configurações definem a “*identidade*” e a “*personalidade*” das organizações, o que torna possível através de estudos conhecer “*a priori*” os princípios norteadores dos comportamentos e das ações das mesmas e assim, relaciona-los com outros princípios e se obter pontos de possíveis concordâncias e/ou discordâncias, no nosso caso, para a formação de parcerias.

6. Configurações Institucionais vs. Capital Social

Posto isto, passamos a analisar as relações entre Instituições e Capital Social. Como vimos, projetos de desenvolvimento para alcançarem seus objetivos requerem a formação de parcerias. Parcerias para serem efetivas requerem certo grau de coesão e confiança entre os parceiros, já que não se realiza qualquer ação sem pontos devidamente

acordados. Isto nos leva para a necessidade da existência de certa quantidade de estoque de Capital Social capaz de gerar fluxos de benefícios coletivos.

Os atores sociais que formam as parcerias são as organizações que fazem parte dos três setores da sociedade e que possuem suas instituições e conseqüentemente suas configurações institucionais. Assim, se concluí que estas configurações das organizações influenciam diretamente na geração de Capital Social e assim na formação de parcerias, pois as configurações entram em relação, podendo ocasionar “*n*” resultados.

Podemos concluir que o contato entre organizações de diferentes configurações institucionais influencia negativamente a formação de parcerias e assim, em decorrência disto a geração de estoque de Capital Social, com todas as conseqüências que isto pode acarretar em projetos de desenvolvimento local.

Por fim, para materializar e enfatizar os resultados da pesquisa são geradas várias tabelas (quantidade de organizações pesquisadas ou por setor da sociedade) que relacionam as dimensões do Capital Social (com resultados que possam influenciar a formação das parcerias) com as instituições das organizações pesquisadas e a relação com os elementos institucionais da Grade de Leitura das Estruturas Institucionais das Organizações.

Dimensões	Organização / Setor da Sociedade		
	Nome: Primeiro Setor		
	Classificação das dimensões do Capital Social	Instituições que influenciam nas dimensões	Elementos institucionais da Grade de leitura que influenciam na dimensão (múltiplas respostas)
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas (x)Demandas individuais
II. Grau de Confiança e Solidariedade	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Controle Social	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno (x)Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Controle Social 4. Poder e legitimidade	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal ()Pressões externas (x)Exigências implícitas (x)Demandas individuais
IV. Nível de Informação e Comunicação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Controle Social 3. Base política	()Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal ()Pressões externas (x)Exigências implícitas (x)Demandas individuais
V. Coesão e Identidade Territorial	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Base política 3. Poder e legitimidade	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Controle Social 4. Poder e legitimidade 5. Papel regulador do Estado	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas (x)Exigências implícitas ()Demandas individuais

Dimensões	Organização / Setor da Sociedade		
	Nome: Segundo Setor		
	Classificação das dimensões do Capital Social	Instituições que influenciam nas dimensões	Elementos institucionais da Grade de leitura que influenciam na dimensão (múltiplas respostas)
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Crise financeira	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
II. Grau de Confiança e Solidariedade	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Crise financeira 3. Lógica tradicional de gestão	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Crise financeira 3. Lógica econômica moderna	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas (x)Exigências implícitas (x)Demandas individuais
IV. Nível de Informação e Comunicação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Lógica tradicional de gestão	()Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal ()Pressões externas (x)Exigências implícitas (x)Demandas individuais
V. Coesão e Identidade Territorial	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Lógica tradicional de gestão	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Lógica tradicional de gestão	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas (x)Exigências implícitas ()Demandas individuais

Dimensões	Organização / Setor da Sociedade		
	Nome: Terceiro Setor		
	Classificação das dimensões do Capital Social	Instituições que influenciam nas dimensões	Elementos institucionais da Grade de leitura que influenciam na dimensão (múltiplas respostas)
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Social-filantrópica	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
II. Grau de Confiança e Solidariedade	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Social-filantrópica	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Social-filantrópica. 4. Crise financeira	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas (x)Exigências implícitas (x)Demandas individuais
IV. Nível de Informação e Comunicação	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Crise financeira	()Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal ()Pressões externas (x)Exigências implícitas (x)Demandas individuais
V. Coesão e Identidade Territorial	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Valores históricos. 4. Crise financeira	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas ()Exigências implícitas ()Demandas individuais
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política	(1) Muito fraco (2) Fraco (3) Médio (4) Forte (5) Muito forte	1. Cultura Política 2. Ideologia 3. Contra poder e legitimidade	(x)Exterioridade/Anterioridade (x)O formal interno ()Manifesto informal (x)Pressões externas (x)Exigências implícitas ()Demandas individuais

Por fim, selecionar as principais instituições por organização e a nível geral (quando for o caso) tidas como influenciadoras nas relações de parceria e fazer relatório com recomendações (quando for o caso).

7. A leitura das Institucionais nas organizações

Introduzimos uma leitura que fornece uma estrutura teórica para a análise das relações institucionais internamente as organizações, para assim auxiliar a conclusão e recomendações. (Baseado em: “A grammar of institutions”. *The American Political Science Review*; Menasha; Sep 1995; Crawford, Sue E S; Ostrom, Elinor). Deve ser realizado para todos os atores.

Leitura das instituições e dos atores responsáveis		
Organização:	<input checked="" type="checkbox"/> X	
Setor:	<input type="checkbox"/> Primeiro <input type="checkbox"/> Segundo <input checked="" type="checkbox"/> Terceiro	
Ator (es):	<input checked="" type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Grupo	
Instituição:	Cultura Política	
1) Atributos dos indivíduos ou grupos diretamente envolvidos na instituição		
Nome(s): Fulano	Idade: 36 anos	Sexo: (F) (M)
Escolaridade: Ensino Médio	Posição na organização: Trabalhador	
Nível de envolvimento na instituição: <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		
Identificação do grupo: --		
2) Possíveis conseqüências da instituição na geração de Capital Social		
Dimensões do Capital Social influenciadas	Conseqüências	
I. Nível de Participação em Associações e Redes Locais	Baixo nível de participação em redes	
II. Grau de Confiança e Solidariedade		
III. Nível de Ação Coletiva e Cooperação		
IV. Nível de Informação e Comunicação		
V. Coesão e Identidade Territorial		
VI. Autoridade, Empoderamento e Ação Política		
3) Condições de execução das conseqüências		
Quando: (tempo) - A qualquer tempo		
Onde: (ambientes) – Local		
Grau de extensão da(s) conseqüência(s) nas relações intersetoriais: <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto		
4) Nível de participação na instituição		
<input checked="" type="checkbox"/> Obrigada <input type="checkbox"/> Proibido <input type="checkbox"/> Permitido <input type="checkbox"/> Responsável		
5) Possíveis sanções (atribuída(s) a não conformidade com a instituição)		
<input checked="" type="checkbox"/> Repreensão <input type="checkbox"/> Afastamento temporário <input type="checkbox"/> Desligamento <input type="checkbox"/> Outro(s) <input type="checkbox"/> Nenhuma		

D) Conclusões e recomendações

Neste item são relatadas as conclusões sobre a pesquisa e as recomendações para o processo de planejamento ou mudanças no projeto analisado, utilizando-se os resultados das tabelas acima nas dimensões necessárias e com ações direcionadas para os atores envolvidos.

No exemplo acima:

Atuar no(s) ator(es) diretamente responsável(is) pelo baixo nível de participação em redes.